



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

A participação do indígena brasileiro na rede mundial de computadores:
uma análise do portal Índio Educa

CAROLINA PEREIRA DE OLIVEIRA

BRASÍLIA – DF, 2013

CAROLINA PEREIRA DE OLIVEIRA

**A participação do indígena brasileiro na rede mundial de computadores:
uma análise do portal Índio Educa**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientador: Profª Drª Janara Kalline Leal Lopes de Sousa

BRASÍLIA – DF

2013



**A participação do indígena brasileiro na rede mundial de computadores:
uma análise do portal Índio Educa**

CAROLINA PEREIRA DE OLIVEIRA

Monografia apresentada ao curso de Comunicação da Faculdade de Comunicação,
Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Comunicação Social.

Aprovada por:

Profª Janara Kalline Leal Lopes de Sousa
(Orientadora)

Profª Elen Cristina Gerales
(Examinadora interna)

Profº Fernando Oliveira Paulino
(Examinador interno)

Profº Fábio Henrique Pereira
(Suplente)

Este trabalho é dedicado a
Margarida Maria Pereira

AGRADECIMENTOS

Se engana aqueles que pensam que um trabalho como esse envolve esforços apenas de quem o desenvolve. Familiares, amigos, mestres também são responsáveis por dar “vida” ao trabalho. Seja pelas conversas, dicas, instruções ou mesmo pela paciência que quem já passou pela fase de “possível formando” irá perfeitamente entender.

Meus sinceros agradecimentos a minha orientadora Janara Sousa, pela atenção e energia cedidas ao trabalho. Mais que isso: pelo exemplo de professora, pesquisadora e ser humano. Muito obrigada pela experiência compartilhada e por tudo que você me ensinou. Coisas que eu trouxe para o estudo, e outras que levo para a vida.

Aos grandes amigos que fiz nos quatro anos de curso. Sem vocês, dificilmente, a caminhada teria existido. Obrigada por não me fazerem desistir quando “voltar para casa” era uma meta certa. Ellen e a família Rocha, Lais Mendes, Maíra Nunes, Deni Moreira, Patrick Cassimiro e tantos outros.

A família Correa por me adotar e fazer com que a ideia de estar longe de “casa” não fosse tão penosa. Luiz Carlos, Eunice e Ranna muito obrigada por tudo!

A Gabriela Correa não apenas por ser a minha melhor amiga, irmã de alma, mas por estar e se fazer presente em todos os momentos. Desde que você entrou na minha vida, fui mais feliz.

A Rafaela Lima e Roberta Pinheiro por serem anjos de luz. A Rafa por sempre colocar meus pés no chão e Robs por ser a pessoa mais amável do planeta. Agradeço a Deus por ter conhecido vocês.

A Jéssica Paula pelo exemplo de mulher e guerreira. Sua presença ao meu lado me faz querer ser melhor a cada dia. Você é o meu orgulho.

Ao meu estado, Rio Grande do Norte, por ser minha casa, meu chão e minhas raízes.

A minha família que por mais clichê que pareça é a base da minha vida. Minha irmã Clauba que mesmo sendo insuportável é parte do meu coração. A minha quase irmã e melhor amiga Riana “apenas” por ser ela. Obrigada por você existir com seus defeitos e qualidades, o meu amor por você não tem tamanho nem fim. Ao

meu pai pelo apoio e suporte. Ao meu irmão Caio pelo carinho. Meu tio Fabrício e família e a minha tia Loló-meninas-elvis por toda atenção, carinho e amor que vocês têm por mim.

A minha madrinha Lucinha pela atenção, histórias e companhia.

A minha mãe Sayonara por ter desempenhado seu papel de “mãe” de maneira tão bonita. Não apenas por ter me permitido sair de casa aos 18 anos para morar sozinha em Brasília, mas também por ter me incentivado a lutar pelos meus sonhos e por ter me feito entender que as consequências são parte importantíssimas do processo.

Por fim, agradeço a Deus por ter me dado uma avó como Margarida Maria Pereira. A pessoa que eu mais amei e amo na vida!

Voinha, obrigada pelos mimos, pelos colos, pelos momentos incríveis que passei ao seu lado. A senhora é a minha rainha!

RESUMO

O trabalho presente tem como objetivo trazer à tona a discussão sobre direito à comunicação, internet e os grupos indígenas. O debate tem como cerne a questão a respeito de como os novos meios e suas ferramentas podem auxiliar grupos historicamente excluídos à se inserirem em um novo modelo de comunicação (todos-todos). Através do prisma de que a comunicação é um direito de todos e, portanto, deve ser assegurado pelo Estado através de políticas públicas, o trabalho ressalta a importância de todos os grupos produzirem seu próprio discurso. Para entendermos o cenário atual é necessário analisarmos dados referente a inclusão digital e a produção de conteúdo por esses grupos. Para isso, o estudo analisou o portal Índio Educa, criado e mantido por indígenas de dez diferentes etnias. Os resultados nos revelam que o direito à comunicação e processo de inclusão digital precisam estar na pauta governamental e políticas públicas nesse sentido são de extrema importância.

Palavras-chave: índios, Direito à comunicação, políticas públicas, inclusão digital, Comunicação, internet, participação, comunidade

ABSTRACT

This work aims to arise the debate on the right to communication, internet and indigenous groups. The debate has as a main purpose the question: how the new media and its tools may help to historically excluded groups to be part of a new communication model (all - all). Through the prism of that communication is a right and must therefore be ensured by the State through public policies, the paper highlights the importance of all groups produce their own speech. To understand the current situation it is necessary to analyze data related to digital inclusion and production of content for these groups. For this, the study examined the portal Índio Educa, created and maintained by indigenous of ten different ethnicities. The results reveal that the right to communication and digital inclusion process need to be in government agenda and public policies in this way are of utmost importance.

Key--words: indigenous, Right to communication, public policies, digital inclusion, Communication, internet, participation, community

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. DIREITO À COMUNICAÇÃO.....	16
LIBERDADE E IGUALDADE.....	18
LIBERDADE.....	19
IGUALDADE.....	23
DEMOCRACIA.....	24
CIDADANIA.....	28
CONTEXTUALIZAÇÃO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO.....	30
LIBERDADE DE EXPRESSÃO	31
LIBERDADE DE IMPRENSA.....	33
DIREITO À INFORMAÇÃO	34
DIREITO À COMUNICAÇÃO.....	37
POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO.....	41
3. INTERNET E DEMOCRACIA.....	46
A HISTÓRIA DA REDE.....	48
O ESTADO E AS NOVAS TECNOLOGIAS.....	50
AÇÃO ESTATAL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL.....	52
POTENCIAL DEMOCRÁTICO X POTENCIAL COMERCIAL.....	56
MÍDIAS: HEGEMÔNICA X RADICAL.....	60
APROPRIAÇÃO DA MÍDIA HEGEMÔNICA NA WEB.....	66
PLURALISMO DE VOZES.....	73
4. ÍNDIOS DE ONTEM E DE HOJE.....	76
REPRESENTAÇÃO DAS MINORIAS NOS VEÍCULOS DE MÍDIA TRADICIONAIS.....	81
5. ANÁLISE DO PORTAL ÍNDIO EDUCA.....	89
INTERNET E PERTENCIMENTO.....	89
PROCESSO METODOLÓGICO.....	94
PORTAL ÍNDIO EDUCA.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O SITE.....	105
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
7. REFERÊNCIAS.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS

FAC – Faculdade de Comunicação

UnB – Universidade de Brasília

CGU – Controladoria-Geral da União

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

WWW – *World Wide Web*

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ASPANET – *Advanced Research Projects Agency Network*

ONU – Organização das Nações Unidas

DARPA – Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos

CGI – Comitê Gestor da Internet

CF/88 – Constituição Federal de 1988

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Proporção de indivíduos que já utilizaram um computador.....	54
Figura 2 – Crescimento da população indígena nas últimas décadas.....	76
Figura 3 – População indígena por região.....	77
Figura 4 – Página Inicial do portal Índio Educa.....	98
Figura 5 – Página "Ser Índio" do portal Índio Educa.....	100
Figura 6 – Página "Quem somos" do portal Índio Educa.....	101
Figura 7 – Página "Ajudando o Professor" do portal Índio Educa.....	102
Figura 8 – Comentários da página "Ajudando o Professor" do portal Índio Educa.....	103
Figura 9 – Página "Fale Conosco" do portal Índio Educa.....	104
Figura 10 – Ao final da página "fale conosco", o espaço destinado ao envio de comentário.....	104
Figura 11 – Página do <i>facebook</i> do portal Índio Educa.....	106
Figura 12 – Comentário em publicação da página Índio Educa.....	107

1.INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os índios e sua relação com a comunicação são poucos. Em um país cuja cultura tem influências inegáveis da cultura indígena, esse pouco interesse nos revela o quão invisível esse grupo foi e é na história brasileira. Quem eles são? o que fazem? como se comunicam? onde vivem? Para a maioria dos brasileiros essas respostas são simples e provavelmente muito parecida com a ideia do que seria um índio em 1500. Um ser que anda nu, mora em oca e é um agente defensor da natureza. Esse estereótipo tão arraigado é um reflexo da imposição de uma cultura dominante sobre outras. Aprendemos na escola, escutamos na televisão, mas nunca ouvimos dos próprios índios o que de fato eles são, o que fazem etc.

A comunicação de massa é, sem dúvida, uma propulsora de informações que auxiliam na construção desse estereótipo e que mantem o discurso hegemônico. É nesse campo discursivo, em que são construídos essas ideias, que o índio, mais uma vez, se vê à margem, invisível. Percebe-se nos veículos de mídia tradicional uma preferência por uma fala “sobre os índios” do que “feita pelos índios”, lhes dizendo perfeitamente qual posição de sujeito eles devem ocupar.

O grupo, portanto, percebe a necessidade de ocupar seu espaço (físico e discursivo). E, dessa forma, ter visibilidade é fundamental. Nesse cenário, a internet surge como um potencial aliado. Isso porque é um meio que possibilita a inserção de novos atores na posição de produtores de informação, além de ser um veículo que auxilia a criação de laços e vínculos, colaborando na construção de novas “comunidades virtuais”.

O trabalho pretende entender como os índios têm se organizado na rede mundial de computadores. Para tanto, analisaremos o portal Índio Educa. A escolha pelo site se deu pelo destaque que o portal tem entre as demais páginas indígenas e também pela proposta de recontar a história do grupo da perspectiva do próprio índio.

Dessa forma, nota-se que o tema escolhido trás em seu debate questões importantes para a comunicação na atualidade. A mudança vivenciada nas últimas décadas com a inserção da internet em que o modelo um-para-todos (comunicação de massa) ganha um novo concorrente, o modelo todos-todos (internet).

Novos grupos, incluindo as minorias, saem da posição que historicamente lhes foram imposta de receptores e se transformam também em produtores de conteúdo. Isso modifica totalmente a comunicação, lhe dando contornos, potencialmente, mais dialógicos. A discussão se torna rica à medida que percebemos a inclusão de novos grupos no papel de produtores de seus discursos, auxiliando a concretude de um real processo democrático.

O trabalho se propõe a analisar a entrada desses grupos, trazendo um portal indígena para debate. A proposta é trazer um lado questionador a respeito da ideia que nos é tão vendida sobre a “revolução da internet” e seu papel democrático. Será que esse meio consegue de fato colocar todos esses grupos com as mesmas condições técnicas e discursivas para realização não apenas de uma tomada de decisões justa, mas de apresentarem por eles mesmos suas opiniões e posicionamentos? O debate, nesse sentido, traz não apenas o potencial e as ferramentas que a rede possibilita, mas também o cenário social e econômico em que esse meio está imerso.

O estudo presente foi dividido em quatro capítulos. O primeiro deles, se presta a trazer uma discussão relacionada ao conceitos em que se fundamenta o estado de direito chegando ao debate sobre direito à comunicação. Nesse primeiro momento se destaca os eventos importantes, em um passado recente, que fortalecem a ideia da necessidade de se enxergar a comunicação como um direito que deve ser preservado e garantido a todos os grupos sociais.

No segundo capítulo a discussão se encaminha para um meio específico: a internet. As novas ferramentas e possibilidades introduzidas pela web podem auxiliar na construção de uma comunicação mais plural. Apontando não apenas o potencial democrático que o meio possui, mas também a vertente comercial ao qual ele se submete.

Além disso, é no capítulo II que destacamos a importância do conhecimento técnico na produção de informações para a conquista de credibilidade e visibilidade.

Os índios e parte de sua história serão contados no terceiro capítulo. Para entendermos as reivindicações e o papel que o grupo tem, atualmente, na história brasileira, temos que voltar no tempo e recontar o passado de guerra e intolerância ao qual os índios foram submetidos. A luta pelo espaço físico e discursivo é antiga, mas, até hoje, existe uma ferrenha disputa entre índios e outros grupos nesse sentido. A constante perda de terra e a construção de sua identidade feito por aqueles que estão do lado de fora se somam ao débito histórico que o país tem com o grupo.

A análise sobre o portal índio educa e de uma maneira geral sobre a utilização do espaço pelos grupos indígenas ficou reservado para o quarto capítulo. A discussão se centrará na questão da visibilidade e de como eles estão tentando ampliar suas vozes em um universo de tantos outros sites, blogues, etc. A ideia de “novos produtores” de informação e o fato de terem pouco conhecimento técnico do meio se revelam empecilhos para uma melhor colocação do grupo na web.

2. DIREITO À COMUNICAÇÃO

O debate proposto pelo trabalho sobre democracia, internet e minorias nos faz mergulhar em temáticas atuais relacionadas às interações sociais e os “novos” direitos – ditos de “quarta geração” – que estão sendo reivindicados pela coletividade. Para entrarmos na discussão é preciso trazer alguns conceitos à tona em um primeiro momento, para depois entrarmos a fundo na questão a respeito de comunicação e minorias.

O primeiro ponto que destacaremos no estudo são os conceitos introdutórios – ainda que em um plano mais abstrato – que nortearam os argumentos apresentados. Conhecendo-os será mais fácil a compreensão sobre noções macro do Direito e seu campo de atuação no cenário social; assim como suas ligações com a legitimação de direitos voltados para a comunicação e a sociedade.

Os modelos políticos adotados na atualidade beberam nas discussões sobre liberdade, igualdade, assim como, nos debates relacionados à democracia e cidadania, iniciadas com o surgimento dos Estados-nações. Conhecer não apenas o conceito, como também a construção do mesmo se revela uma discussão rica à medida que se percebe como os interesses e as demandas históricas sempre estiveram presentes na estruturação e na concretização de novos direitos. No nosso caso, os conceitos de democracia e cidadania colocados em tópicos futuros serão alicerces para a argumentação de que o direito à comunicação é na verdade um direito humano.

A concepção do que é direito, ou mesmo, quais as prerrogativas para se obter direitos foi modelada ao longo da história da humanidade. Grupos, civilizações, Estados-nações, todos eles tinham um rol de regras – positivadas ou não – a serem seguidas e impostas à coletividade. A esse conjunto de obrigações e deveres necessários ao convívio social deu-se o nome de Direito¹. O conceito atual e sua legitimidade são também, resultado do processo histórico e cultural ao qual fomos submetidos. Para o debate proposto é necessário levantar alguns desses conceitos essenciais que nos embasarão

¹ O conceito de Direito Natural subjetivista do jurista alemão Radbruch (1974) é baseado na teoria da natureza das coisas, ao qual, traz para o campo jurídico a importância da coerção de normas não necessariamente positivadas.

para compreender as relações entre veículos de comunicação e estruturas públicas alicerçadas em princípios democráticos e de direito.

Assim, na discussão sobre esses conceitos é importante compreender também as teorias políticas em um cenário global, ou seja, conectadas diretamente com demandas sociais, econômicas e históricas. Os embates que se travaram no campo teórico buscavam trazer soluções e modelos para as questões reais vivenciadas pela coletividade e por isso, compreendendo-os, poderemos entender o processo histórico e social que vivenciamos nos últimos séculos até as discussões sobre garantia do direito “de quarta geração”².

Para iniciar, devemos recordar os direitos de primeira geração (século XVII e XVIII) – direitos civis – relacionados à personalidade do indivíduo. Nesse primeiro momento existia a preocupação da garantia dos direitos referentes à liberdade de religião, propriedade, econômica, pensamento, reunião e pessoal. Como veremos no próximo tópico, nesse momento, as liberdades são consideradas “negativas”, ou seja, livres das interferências do Estado e tendo como base princípios liberais. São exemplos de direitos de primeira geração os direitos à vida, à propriedade, de expressão, de crença, etc.

Em seguida, os direitos de segunda geração (século XIX) – direitos políticos – traziam à discussão a extensão da participação do Estado na vida privada, além da inserção do conceito de liberdade “positiva”. Esta é relacionada com a participação individual e coletiva em um Estado democrático representativo. Nesse sentido, começa a se pensar modelos em que os entes da coletividade possam participar dos debates a respeito da coisa pública. Nesse cenário se consolidam o direito eleitoral (votar e ser votado) e a liberdade de associação a partidos políticos que se consolidam.

Já os direitos de terceira geração (século XX) – direitos sociais – requerem uma participação ativa do Estado para garantir os direitos trabalhistas, à saúde, à educação, à assistência, etc. Surge o Estado-providência. É aqui que o leque de obrigações estatais se amplia. Agora não

²Direito de “quarta geração” é descrito por Marcelo Novelino (2008) “tais direitos foram introduzidos no âmbito jurídico pela globalização política, compreendem o direito à democracia, informação e pluralismo. Os direitos fundamentais de quarta dimensão compendiam o futuro da cidadania e correspondem à derradeira fase da institucionalização do Estado social sendo imprescindíveis para a realização e legitimidade da globalização política.” (NOVELINO, 2008, apud DIÓGENES JUNIOR, artigo Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais) Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,geracoes-ou-dimensoes-dos-direitos>

mais em um plano de fundo, agindo somente quando o mercado assim o exigisse. Nesse momento, se relativiza o conceito de “liberdade negativa” e se aproxima o Estado dos direitos coletivos.

Liberdade e Igualdade

Os valores de igualdade e liberdade amplamente discutidos nos últimos séculos são fundamentais para qualquer debate, cujo intuito é compreender a formação jurídica do Direito e suas implicações sociais. A dificuldade que cerca as valorações dos conceitos diz respeito fundamentalmente a plurisemântica do conceito de liberdade e a indeterminação do conceito de igualdade. Para fins práticos, recorreremos ao filósofo italiano Norberto Bobbio em sua obra *Igualdade e Liberdade* que sintetiza, afirmando:

Os dois valores da liberdade e da igualdade remetem um ao outro no pensamento político e na história. Ambos se enraízam na consideração do homem como pessoa. Ambos pertencem à determinação do conceito de pessoa humana, como ser que se distingue ou pretende se distinguir de todos os outros seres vivos. Liberdade indica um estado; igualdade, uma relação. (BOBBIO, 1996, p.8).

Afirmar que liberdade e igualdade são a base do modelo democrático³ não afasta o sentido abstrato que carrega os conceitos. Pensar e modular uma sociedade plenamente livre e igual é estruturar essas regras no campo imaginário; nunca real. E por isso, o modelo prático de democracia alicerçados nesse conceito será sempre subjetivo, passivo de debates e discussões.

Nesse sentido, a relativização dos valores foi o ponto central da discussão sobre um modelo que contemple tanto a igualdade, quanto a liberdade. Como modelar um conjunto de regras que maximizem o bem-estar coletivo e permita, ao mesmo tempo, o espaço privado dos indivíduos? Ou ainda, como permitir a inclusão de minorias dentro do processo decisório em

³Democracia não apenas como regras para a tomada de decisões, mas, principalmente, relacionada aos princípios inspiradores de liberdade e igualdade. Um modelo regulatório de um grupo de indivíduos que se aproxima para garantir esses princípios.

um modelo justo⁴ onde se garanta também o direito das maiorias? Questões como estas permeiam os debates sobre regimes e modelos políticos, buscando sempre aqueles que melhor se adéquem a função de mantenedores de ambos os valores. Os tópicos abaixo vão retomar questões históricas que serviram de base para a construção do entendimento do restante do trabalho.

Liberdade

Quando esboçamos alguma tentativa de conceituar “liberdade”, se faz necessário voltarmos na discussão inicial do conceito nos séculos XVII e XVIII. O entrave entre o centralismo absolutista e a garantia do binômio “liberdade e propriedade” da classe burguesa, que ganhava cada vez mais influência política se tornava insustentável. Pensadores da época munidos de conhecimento de política e economia desenvolveram uma linha de estudo conhecida como “liberalismo”⁵. Tendo como base a legitimidade de um novo sistema voltado para garantias individuais, e por consequência, relativização do poderio Estatal e coletivo. O liberalismo ganhou forma e se fundamentou no conceito de liberdade. A arbitrariedade dos monarcas, somados a necessidade de se prevê garantias para a poderosa e emergente classe burguesa, resultaram na instituição da “liberdade dos modernos” ou liberdade negativa⁶. É nesse momento que se estabelecem os direitos civis ou de “primeira geração” resguardando a importância de se preservar liberdade pessoal, de religião, de pensamento, de reunião e econômica, como exposto anteriormente.

A liberdade negativa, associada à “liberdade dos modernos”, é conceituada, por Berlin, de forma simples, como a ausência de interferência, ou seja, o espaço dentro do qual uma pessoa pode agir sem sofrer obstrução por parte de outra. Um ponto importante nessa concepção é que a limitação sofrida deve ser atribuível a outro ser humano, e não à incapacidade do próprio agente. Aspecto central da liberdade negativa é a idéia de que deve existir um espaço privado, pessoal, que seja completamente livre de interferência estatal.

⁴Mais a frente será apresentado um conceito de igualdade com o mesmo significado de justiça, como nesse caso.

⁵A vertente liberal aqui citada diz respeito ao “liberalismo político”, pertencente ao “liberalismo econômico”, mas com foco em questões relacionadas ao governo e ao Estado.

⁶O pensador Benjamim Constant, em 1819 em seu discurso “De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes”, introduziu os conceitos de “liberdade dos modernos” e “liberdade dos antigos”.

(WINNER, 2012, p.56)

O enfoque liberal para a imprensa não poderia ser diferente: a liberdade de expressão só é possível sem a interferência de qualquer outra instituição, inclusive o próprio Estado. O único regulador seria o próprio mercado.

Nessa linha, postura comum entre pensadores associados ao pensamento liberal, apoiados na idéia de redução do papel do Estado às suas funções essenciais, é de desconfiança quanto a qualquer regulação governamental sobre a imprensa ou sobre os meios de comunicação de massa. Mesmo correndo o risco de incorrer em generalizações, pode-se afirmar que a tônica do pensamento liberal, nesse aspecto, é de que a imprensa é uma instituição que favorece o projeto democrático, e de que a intromissão do governo nesse livre mercado representaria riscos inaceitáveis à liberdade de expressão. (WINNER, 2012, p.57)

O conceito até então de liberdade era claramente proposital ao modelo vigente. Para o pensador e teórico do liberalismo John Stuart Mill (2000), a liberdade estava no poder “ser livre” daquilo que a esfera pública impõe, ou seja, resguardando o espaço privado, livre de interferências do poder público. Mill denunciava a tendência ao surgimento de sociedades governadas pela “maioria” e que fossem suprimidos os interesses individuais em detrimento do grande grupo.

Foi somente no século XX que o debate sobre “liberdade” e seu campo de alcance foram ampliados. Novas linhas de estudos introduziam o conceito de “liberdade positiva” distinto daquele já definido pelos liberais clássicos. A “liberdade positiva” é compreendida como “ser livre para agir”, decidir seu futuro, dar a si mesmo a sua própria lei. Se o primeiro conceito de “liberdade negativa” está visivelmente relacionado a um espaço privado, o segundo, por sua vez, está fortemente associado à idéia de participação política.

Já a liberdade positiva, associada à liberdade dos antigos, no entender de Berlin, está ligada ao desejo de ser senhor de si próprio, de modo que a vida e as decisões de cada indivíduo não dependam de forças externas. O conceito está, assim, fortemente associado às idéias de *independência* e de *autogoverno*, assim como à participação política. (WINNER, 2012, p.56)

A crítica feita pelo pensador liberal Isaiah Berlin (1969) a “liberdade positiva” era relativa á sua ligação estreita com o democratismo tendente a ser racionalista, ou seja, incompatível com a garantia da liberdade negativa, abrindo margem para um Estado autoritário. (WINNER, 2012)

É, de fato, simples constatar a existência de uma tensão entre os direitos individuais do homem privado, associados à liberdade negativa, e a soberania política dos cidadãos democráticos, associada à liberdade positiva - ou seja, entre as noções de Estado de direito e de democracia. Por um lado, a cristalização de determinados direitos fundamentais subtrai da maioria legitimada poderes de decisão; por outro lado, a irrestrita soberania do povo poderia conduzir à violação de direitos de minorias. (...) Sob a ótica liberal, à qual Berlin se filia, o conceito positivo de liberdade e o ideal de autogoverno trariam embutidos riscos de autoritarismo e poderiam facilmente comportar interpretações associadas ao autoritarismo ou ao paternalismo, como, por exemplo, a idéia de assimilação do indivíduo pelo “espírito nacional”, ou a idéia de supressão da vontade individual descentralizada em favor de uma política “exterior” capaz de revelar e realizar o “interesse comum”. (WINNER, 2012, p.56-57)

Uma outra vertente liberal, conhecida como “liberalismo moderado”, que teve como um dos seus principais teórico John Rawls (1993), trouxe uma aproximação teórica entre os conceitos de liberdade e igualdade. Em sua obra *“Political Liberalism”* também traz a idéia do consenso na arena política, se aproximando da construção do conceito de “deliberacionismo”, como veremos no tópico relacionado à democracia.

Para o trabalho é importante frisar o destaque que Rawls (1993) deu em sua obra, à liberdade de expressão, ainda que voltada exclusivamente para o âmbito político, excluindo dessa forma os meios de comunicação de massa. O argumento é de que a liberdade é importante para assegurar uma alocação igualitária dos recursos.

A idéia rawlseana de Liberalismo Político está intrinsecamente ligada à idéia de uma sociedade organizada em torno de uma democracia constitucional. Os princípios de justiça consistem numa aproximação razoável e numa extensão dos juízos ponderados (...) Para que se tenha um processo político ideal, é indispensável que a Constituição garanta as liberdades de consciência e de pensamento, as liberdades pessoais e a igualdade de direitos políticos. (OLIVEIRA N., 1999 apud GOMES, 2009, p.24).

O direito à liberdade de expressão ainda que pertença ao rol das liberdades negativas não se encerra nele. O pensamento atual argumenta, sobretudo, na necessidade de ações positivas do Estado para a garantia dessa liberdade. Thomas I. Emerson (1970) declara em sua obra *The System of Freedom of Expression*:

O Estado tem também um papel positivo a desempenhar na manutenção da liberdade de expressão na sociedade moderna. Ele deve proteger pessoas e grupos que tentem exercer este direito de interferências privadas e não governamentais, seja através da força, seja por outros métodos. Ele deve também adotar medidas positivas para promover e encorajar a liberdade de expressão, seja fornecendo os meios, eliminando distorções na mídia ou tornando as informações acessíveis (EMERSON, 1970, apud SARMENTO, 2006, p.02)

No Brasil, os avanços significativos nesse campo ocorreram após a redemocratização do país e da promulgação da Constituição de 1988. É nesse momento que a liberdade de expressão se torna prática e possível, já que incorporada ao corpo positivado da Carta Magna. Entretanto, deve-se fazer uma ressalva para o caráter “negativo”, ou seja, sem interferências da liberdade de expressão. Quando nos referimos ao direito à Comunicação ou mesmo à informação, nota-se que garantir somente o direito à expressão não será suficiente para assegurar os dois. Dentre esses, a liberdade de expressão é a que menos exige participação ativa do Estado.

O direito à Comunicação e a informação apresentam, um rol mais extenso de obrigações jurídicas necessárias para que sejam concretizados, como veremos adiante.

Igualdade

Ainda no rol de direitos civis e reforçando os princípios de justiça (princípios fundamentais) apontados pelo filósofo americano Rawls (2000)⁷, é necessário destacar o princípio da igualdade (repartição equitativa das

⁷Como dito no tópico anterior, Rawls traz tanto o princípio de liberdade como de igualdade para fundamentar o estado democrático de direito.

vantagens da cooperação social), em que as desigualdades sociais e econômicas têm de ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo: (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável; e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos (RAWLS, 2000 apud WINNER, 2012, p.61); mesmo trazendo à discussão a relevância de igualdade social para a construção de direitos, na teoria do liberal-moderado Rawls, o princípio da liberdade sempre tem primazia, ainda que seja preciso relativizar o princípio da igualdade.

Para o italiano Norberto Bobbio (1996), é preciso distinguir tanto o valor conceitual como axiológico dos dois termos. Se o conceito de liberdade tem uma plurisemântica e, por vezes ambiguidade que dificulta o entendimento; igualdade, entretanto, tem na indeterminação o ponto crucial para sua difícil valoração. Isso porque, se faz necessário responder duas perguntas antes de se concluir o sentido: a) igualdade entre quem? b) igualdade em quê? Bobbio (1996) argumenta: *X é livre* é uma proposição dotada de sentido, enquanto *X é igual* é uma proposição sem sentido. É nesse momento, que recorreremos a um termo que expresse esse mesmo sentido e se apresente como um valor⁸.

Em outras palavras, a liberdade é o bem individual por excelência, ao passo que a justiça é o bem social por excelência (e, nesse sentido, virtude social, como dizia Aristóteles). Se quiser conjugar os dois valores supremos da vida civil, a expressão mais correta é liberdade e justiça⁹ e não liberdade e igualdade, já que a igualdade não é por si mesma um valor, mas o é somente na medida em que seja uma condição necessária, ainda que não suficiente, daquela harmonia do todo, daquele ordenamento das partes, daquele equilíbrio interno de um sistema que mereça o nome de justo (BOBBIO, 1996, p.16).

Mesmo apreendendo “justiça como um termo axiologicamente significativo e igualdade axiologicamente neutro” (Bobbio, 1996, p.24), o termo igualdade ganhou um valor simbólico em disputas ideológicas e políticas que não pode ser desprezado. Assim, a evocação do termo diz respeito a uma extensão da igualdade para todos. Dessa forma, o conceito ganha em valor

⁸Bobbio não enxerga igualdade como um valor, mas como um modo de estabelecer um determinado tipo de relação entre os entes de uma totalidade (1996, p.13)

⁹Para o objetivo do trabalho o significado de justiça adotado foi o clássico aristotélico como igualdade, não como legalidade.

político e representa a busca pela garantia de um ideal contraposto a sistemas em que poucos se beneficiam em detrimento do restante da coletividade.

Para fins didáticos, devemos estabelecer os critérios de igualdade que sustentam o modelo democrático, ainda que percebamos que esses critérios carregam uma valoração subjetiva longe de ser absoluta. Isso é perceptível ao longo da história humanidade. Regras que antes eram justas (com mesma valoração do termo igual), sob o olhar contemporâneo são absurdas. Assim, é necessário que se faça um recorte dos critérios sobre justiça que embasaram e moldaram o sistema de governo atual. No nosso caso, os dois significados abaixo para o termo igualdade serão importantes, isso porque, eles nos revelam o modelo que o Estado democrático se fundamentará.

1 – Igualdade perante a lei e de Direito

2- Igualdade de oportunidades

O primeiro como um dos pilares do Estado liberal, em que o conjunto de regras coercitivas garante a igualdade entre pares; já o segundo, relacionado ao Estado democrático social, nos traz uma reflexão sobre a competitividade injusta traçada pelo sistema econômico vigente em busca de bens escassos. Ambas as vertentes serão aproveitadas nos tópicos seguintes, quando tratemos os conceitos de democracia e cidadania, mas deve-se ressaltar a distinção factual dos valores. Garantir o primeiro não significa a garantia do segundo.

Democracia

É visível, tanto na academia como no senso comum, uma valoração positiva do sistema democrático. Percebe-se que o modelo adotado atende, (enquanto “democracia ideal”) ou se presta a atender as demandas sociais da atualidade. Enquanto os direitos fundamentais trazem à tona questões relacionadas às garantias individuais, o debate sobre democracia e cidadania se estende para a coletividade.

A busca por garantir a inclusão não apenas de parcela dos indivíduos nas decisões políticas, mas também de grupos, muitas vezes minoritários, é o grande desafio para o sistema de governo. A democracia como escopo para a

inserção de minorias, bebe nos debates sobre o alcance da cidadania e vice-versa. Os dois conceitos se vinculam enquanto garantias coletivas e hoje são temáticas urgentes para a modelação de um sistema mais justo e igualitário.

Os debates teóricos relacionados ao processo de participação democrática na tomada de decisões se concentram em questionamentos voltados para qual deveria ser o papel do modelo democrático. As duas principais concepções divergiam quanto à função do processo; os liberais, como visto anteriormente, com idéias ligadas fortemente ao individualismo enxergavam no Estado apenas o aparato de Administração pública para coordenar as relações sociais; no outro polo, a visão republicana. O Estado faz parte do corpo social e a participação ativa da coletividade na tomada de decisões é uma forma de “reflexão de um complexo de vida ético” (HABERMAS, 1995, p.39). Para Luiz Felipe Miguel (2004), em seu artigo Modelos utópicos de Comunicação de massa para a democracia, a vertente liberal-pluralista corresponde à ideologia oficial dos regimes de tipo ocidental. E mais:

Nele, o conteúdo democrático consiste basicamente na concorrência eleitoral e na vigência de um conjunto de liberdades e direitos formais, que, entre outros objetivos, buscam gerar um ambiente propício à competição entre as elites políticas. (MIGUEL, 2004, p.133)

O ponto-chave nessas discussões é a determinação das garantias ao indivíduo. Se por um lado, se faz necessário que todos na coletividade gozem de direitos fundamentais para a manutenção das liberdades individuais; na concepção republicana, entretanto, este direito se estende à participação política. O foco sai do indivíduo e vai para o coletivo. Da autonomia privada para autonomia pública.

A justificação da existência do Estado não se encontra primariamente na proteção de direitos subjetivos privados iguais, mas sim na garantia de um processo inclusivo de formação da opinião e da vontade políticas em que cidadãos livres e iguais se entendem acerca de que fins e normas correspondem ao interesse comum de todos. Dessa forma espera-se dos cidadãos republicanos muito mais do que meramente orientarem-se por seus interesses privado (HABERMAS, 1995, p. 41).

As críticas ao republicanismo relacionadas, principalmente, à liberdade positiva, como já mencionada anteriormente, culminou no aparecimento do neo-republicanismo. Os autores dessa vertente Pettit, Sunstein e Skinner, trazem novos conceitos, que não se encaixam nos extremos de “liberdade negativa” ou “liberdade positiva”. Para Pettit (2002), o valor da liberdade se aproxima ao modelo liberal, já que é previsto a ausência de dominação, e republicano, visto que é necessário um aparato político para assegurar a proteção aos indivíduos (WINNER, 2012, p.68).

Outro modelo importante para a discussão é o de democracia deliberativa (deliberalismo) que encontra em Jürgen Habermas um dos seus maiores expoentes. Essa corrente bebeu nas teorias do liberalismo moderado de Rawls e destaca a garantia da participação política e do consenso nas disputas. O objetivo da teoria é encontrar um molde político que melhore a participação na tomada de decisões. Algo não apenas relacionado ao campo de votar e ser votado, mas na reflexão política a respeito da deliberação e participação.

Assim, a condição para a deliberação autêntica é que a comunicação provoque reflexão de forma não coercitiva, o que exclui o exercício da dominação por meio do poder, manipulação, doutrinação, propaganda, falsidade, ameaças e tentativas de imposição de conformidade ideológica (WIMMER, 2012 p.73).

Ou seja, “a realização efetiva da democracia depende da existência de um ambiente comunicacional livre de constrangimentos e voltado à promoção do entendimento racional” (MIGUEL, 2004, p.133). Luiz Felipe Miguel cita em seu artigo a mídia ganha pouco espaço no debate, ficando restrita ao “universo dos princípios abstratos”.

A dificuldade de implantação do sistema em sociedades complexas foi o grande entrave do debate: Como garantir que a democracia direta seja realizada com um grande número de cidadãos? Além disso, como não permitir que aqueles mais “articulados” sejam privilegiados em detrimento dos que se expressam de maneira hesitante e pouco clara? A qualidade da deliberação se

tornaria uma forma de garantir os interesses de determinados grupos em detrimento de outros?

Na tentativa de relacionarmos as correntes teóricas democráticas com a função da mídia é de valia apontar uma outra vertente conhecida como “pluralismo agonista”, “agonismo” ou “democracia radical” que argumenta a necessidade de grupos historicamente minoritários participarem do processo democrático. Isso porque, os teóricos dessa corrente reforçam a necessidade do conflito e do discurso multifacetado como necessários para a democracia, entrando em choque com o consenso político rawlsiano.¹⁰

Até o presente momento, questões relacionadas aos veículos de comunicação são deixadas à margem do debate. Entretanto, alguns críticos da Comunicação irão se correlacionar com essas teorias ligadas a democracia, somadas as relações entre direitos individuais para ressaltar o papel do agente de comunicação dentro do cenário político. Do prisma liberal, como objeto inserido no mercado, os meios de comunicação se ajustam aos preceitos democráticos e a qualidade da informação. De maneira que se os veículos trouxerem baixa qualidade de informações ou mesmo subverter, omitir, falsear em função de interesses de determinados grupos, o público e os veículos concorrentes irão denunciá-lo. A lógica do autocontrole de mercado também se aplicaria aos meios de comunicação, pois estes fariam parte do modelo econômico e dessa forma, seguiriam as mesmas regras. A informação aqui retratada estaria isenta de visões de mundo, interesse e diferentes perspectivas, seria a “informação pura”, objetiva vista de um prisma ideal, tal como uma mercadoria.

Sob um diferente olhar, a democracia deliberativa enxerga a mídia como o instrumento de discussão de assuntos relevantes ao interesse público, importante para a concretização da democracia.

A idéia relacionada ao consenso como ideal a ser atingido, retirando da política o caráter conflituoso é amplamente questionado. Como conseqüência,

¹⁰“Nesse sentido, distancia-se, em alguns aspectos, de pensadores como Habermas e Rawls, que colocam ênfase sobre a ideia de criação de consensos racionais por meio da deliberação. O deliberacionismo, para os agonistas, seria incapaz de lidar com diferenças profundas.” (WINNER, 2012) Isso porque, por vezes, o consenso não será possível dentro da disputa por bens escassos, sendo o conflito, a única via de disputa.

teóricos que se definem deliberais, como Young e Thompson¹¹ – citados por Luiz Felipe Miguel – trazem uma nova interpretação do papel para a democracia efetiva. A questão central se torna o controle da mídia. Percebe-se claramente o domínio dos veículos de massa na atualidade por grupos minoritários representantes de um discurso hegemônico. É importante que outros grupos marginalizados possuam voz, para que cheguemos a um ideal de democracia em que todos os grupos possam ter acesso aos debates e a tomada de decisão.

A inserção de novos discursos contra-hegemônicos é fundamental para garantir a participação de todos os segmentos sociais na arena política e construir, dessa forma, uma democracia efetiva. A discussão sobre controle midiático é importante não apenas para estudantes de Comunicação, mas como podemos ver é fundamental para a representação de todos os grupos no sistema de governo vigente.

Cidadania

O fundamento explícito do artigo primeiro da nossa Carta Magna¹², cuja construção histórica no país muito diz respeito à luta social, revela a importância da cidadania no modelo democrático.

Nunca se falou tanto em cidadania e inclusão social como nas últimas décadas. O conceito foi se moldando historicamente à medida que se estabeleciam demandas e reivindicações. Dessa forma, é pouco provável que finalizaremos o conceito de cidadania e os direitos ao qual ela abarca nesse trabalho. Isso porque a discussão está em aberto e requer uma análise

¹¹Para Luiz Felipe Miguel(2004) podemos encaixá-los como teóricos da “democracia radical”. “E muitos dos autores que classifico como democratas radicais não estão imunes aos encantos do ideal da discussão racional e tendem a se auto-rotular como deliberacionistas, como é o caso de John B. Thompson e, de maneira mais matizada, da própria Iris Marion Young. Mas eles são mais sensíveis às desigualdades concretas existentes nas sociedades contemporâneas e, por consequência, à necessidade de equalizar as condições de acesso à disputa política; são mais sensíveis, também, ao caráter irrecorrível dos mecanismos de representação política. Isto é, em seu projeto ganha destaque o empoderamento de grupos hoje marginalizados, categoria ampla que inclui trabalhadores, mulheres, minorias étnicas etc.” (MIGUEL, 2004, p.157)

¹²Dos Princípios Fundamentais. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: II - a cidadania. (Constituição Federal, 1988)

histórica e política que cerca a temática, “o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2003, p. 09).

Se antes o conceito estava estritamente relacionado à democracia e tão somente a participação popular, soberania do povo e à liberdade individual; hoje se percebe uma ampliação de garantias e direitos que englobam o âmbito individual e coletivo. Historicamente se encontram três grandes momentos em que se modelou o conceito de cidadania:

1-Período greco-romano. Relacionado à participação democrática e do indivíduo – cidadão¹³- na tomada de decisões.

2-Revoluções: inglesa, americana e francesa. Esse período, como exposto anteriormente, é marcado pela garantia dos direitos individuais.

3-Atual, em que se percebem articulações de grupos minoritários, tais como mulheres, negros e deficientes físicos e mentais na construção de direitos, que garantam a inclusão desses grupos nas diversas esferas sociais; não mais “apenas” no âmbito da tomada de decisões políticas. O embasamento da construção desses direitos é a ampliação do conceito de cidadania.

Na prática, legitimar esse rol de direitos garante a reivindicação, mais do que nunca, legítima no processo de inclusão. A cidadania é um conceito muito mais prático do que abstrato, muito mais próximo da realidade dos indivíduos. Para o nosso trabalho esse conceito é vital. Tanto a democracia (participar da tomada de decisões) como o direito à cidadania estão abarcados dentro do conjunto de direitos fundamentais. Esses direitos são na verdade, resultados de anos de luta pela inclusão de minorias. Não há como pensar em direito à comunicação, sem que esses já estivessem sólidos no corpo jurídico.

Contextualização do Direito à comunicação

Compreender as relações políticas e sociais da atualidade é também entender os seus movimentos paradoxais e seus principais entraves. O sistema globalizado que envolve milhões de pessoas em um fluxo de informação rápida nunca antes visto é responsável pela crescente importância dada aos debates

relacionados à comunicação. Não apenas isso, a comunicação, como foi colocada anteriormente, não está somente vinculada a uma vertente comercial/econômica que a idéia de globalização nos sugere. Os direitos fundamentais ligados a ela se apresentam como um pilar essencial na existência da democracia vigente.

Os questionamentos mais recentes nos revelam a comunicação como um novo direito social, para alguns considerado de “quarta geração”. Essa visão amplia o alcance daquilo que se enquadra dentro do direito à comunicação. Se outrora era visto como um direito vinculado tão somente às liberdades de expressão e de imprensa e ao direito à informação – ligados aos direitos negativos, de “primeira geração”. Hoje, engloba também o direito de se comunicar, como exposto no relatório Mac Bride (1980):

Hoje em dia se considera que a comunicação é um aspecto dos direitos humanos. Mas esse direito é cada vez mais concebido como o direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado (MACBRIDE, 1980).

O direito à comunicação constitui uma evolução histórica cujo alvo é a liberdade e a democracia, “a mais importante atividade para o ser - livre desloca-se do agir para o falar, da ação livre para a palavra livre” (ARENDR, 1999, p. 56). Para compreensão global das minúcias do debate é necessário compreendermos as reivindicações e em seguida as consolidações das liberdades – expressão e imprensa – e do direito à informação, antes mesmo de debatermos o atual cenário do direito à comunicação.

Liberdade de expressão

A garantia legal que sustenta a liberdade de expressão no país é ampla. Desde 1985 com o período de redemocratização no Brasil vem se tornando sólida a idéia da liberdade desta como essencial para sistema adotado no país desde então.

Toda a pessoa tem direito à liberdade de expressão. Esse direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de

comunicar informações ou idéias, sem que possa haver a ingerência da autoridade pública e sem consideração de fronteiras. O presente artigo não impede os Estados de submeterem as empresas de radiodifusão, cinema ou televisão a um regime de autorização. (Convenção Européia dos Direitos do Homem, art.10, § 1º, apud LEYSER, 1999, p.2)

Para ilustrar os muitos avanços no campo legal, vale apresentar os dispositivos jurídicos nacionais, como também aqueles oriundos de tratados e acordos internacionais:

- 1- Como o direito assegurado pela Constituição Federal (CF/88): A Constituição brasileira teve a preocupação de ressaltar a liberdade de expressão como cláusula pétrea e, portanto, não pode ser objeto de emendas que visem reduzir essa garantia e nem mesmo de deliberação com o intuito de abolição da mesma. Nota-se que o contexto em que foi feita a CF/88 trazia muitas desconfianças decorrentes do regime autoritário anterior e que era preciso que a lei suprema do país trouxesse em seu corpo positivado a liberdade de expressão para combater qualquer tipo de censura – vinda do Estado ou não.

Capítulo: DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS
Artigo 5º, IV “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

IX “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.
(Constituição Federal, 1988)

Capítulo: DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 220º A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (Constituição Federal, 1988)

- 2- Normas infraconstitucionais: De maneira complementar aos artigos já colocados pela CF/88 há leis que visam combater qualquer violação a esse princípio. O principal dispositivo é o Código Penal. Essas leis asseguram também a relativização do princípio, isso para que não

ocorram excessos da parte que esta se expressando.¹⁴ Além das questões relativas à segurança nacional, também calúnia, difamação, indução à práticas criminosas são resguardadas perante a liberdade de expressão. As leis 7.716/89, 7.170/83, 8.069/90 (Lei que penaliza crimes de discriminação, segurança nacional e o estatuto da criança e do adolescente, respectivamente) são exemplos claros de restrições legais ao princípio.

- 3- Tratados e acordos internacionais: atualmente ocorre um grande fluxo de informações dos mais diversos pontos no mundo. O que está acontecendo no Oriente Médio é em tempo real repassado para pessoas na Europa. A informação perdeu seu caráter local e por isso, foi objeto da construção de acordos internacionais que visam à estipulação de regras e garantias. Os principais são: Declaração Universal dos Direitos do Homem, Tratado Internacional de Chapultepec, Carta Democrática Interamericana, Declaração Americana Sobre Direitos Humanos e a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão.

É notório o esforço do legislador em regular a liberdade de expressão, mas vale, também, ressaltar o papel de outros agentes da sociedade civil organizada, tais como Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e no campo internacional a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Todos eles apresentam um papel importante como promotores das garantias conquistadas. Entretanto, na prática se percebe desvios que agridem de maneira velada a liberdade de expressão. Além disso, essas garantias legais estão sendo tomadas como base de defesa para grupos de empresários da Comunicação com o objetivo da não regulamentação do setor. Segundo eles, seria uma violação à liberdade de expressão permitir que o Estado

¹⁴Dentro da própria Constituição, outros artigos como o próprio art.220, § 1o “da Carta Magna agasalhou o respeito à privacidade do indivíduo como uma das limitações à liberdade de informação(...)Com isso, tem-se expressa reserva legal qualificada, que autoriza o estabelecimento de restrição à liberdade de imprensa com vistas a preservar outros direitos individuais, não menos significativos, como os direitos da personalidade em geral.”(LEYSER, 1999, p.2-3).

interfira no segmento, caracterizando censura. O outro polo da discussão afirma que a Comunicação como serviço público não pode ficar refém de poucos grupos que controlam a maior parcela de informação do país – segundo o Projeto de Governança Global (GGP), nove famílias detêm os oligopólios da mídia, controlando aproximadamente 85% das informações que circulam no país. Essa concentração reforça apenas um discurso hegemônico no país e retira da Comunicação seu papel de trazer pluralismo para o debate, perdendo muito em seu caráter democrático e social.

Liberdade de imprensa

A essa liberdade se garante um extenso debate no campo jurídico. Quando falamos em “imprensa” estamos nos referindo a esta como uma instituição, em sua maioria, regida interesses privados. A discussão se volta para o exposto anterior: manipulação dos empresários da Comunicação para a não regulamentação da área. Para o trabalho, nos concentraremos em incluir essa liberdade para a construção de um real direito à Comunicação, em que haja plenas condições de trabalho para os agentes da área, mas ressaltando o grande entrave prático que se faz presente no cenário brasileiro, devido à concentração de meios nas mãos de poucos empresários.

Mais absurdo ainda era pensar a comunicação como um direito mais amplo do que o consagrado, mas restritivo, direito à informação, do qual beneficiava-se fundamentalmente a imprensa, enquanto instituição, e seus proprietários privados, como agentes privilegiados de projeção de poder sobre as sociedades. (RAMOS, 2005, p.247)

Outro ponto do debate é o conflito entre informação relevante para a sociedade e vida privada, entre a informação e a privacidade. A imprensa, enquanto grupo de mediadores que produzem e controlam os meios de comunicação, deve ser independente, livre e forte dentro de um Estado de Direito, mas deve também sofrer punições quando agrida à honra, à privacidade ou outros princípios fundamentais.

Na verdade, se a liberdade à informação for de relevante interesse social, o direito à vida privada deve ser afastado em detrimento do interesse público-social dessa liberdade de informação plenamente

definida e delimitada. Em síntese, a solução da colisão desses direitos deve ser examinada em cada caso concreto levando-se em conta o princípio da proporcionalidade. (LEYSER, 1999, p.8).

Direito à informação

Voltado, principalmente, para questões relacionadas ao direito à informações de cunho público, as discussões sobre qual a amplitude que esse direito contempla está sendo plenamente debatida nos últimos anos no país. Introduzido nos anos 1980 na agenda política “a transparência do Estado manteve-se restrita à retórica do discurso democrático” (JARDIM, 1999, p.21) Esse direito é, hoje, um dos pilares da transparência governamental e o contrário – precariedade dos serviços prestados ao cidadão – indica o caráter autoritário do Estado.

A noção que a informação manipulada pelo Estado é pública e o acesso a elas representa uma melhor condição do cidadão na participação da tomada de decisões é o epicentro do debate. Embora como Murilo Cesar Ramos (2005) coloca em seu texto Comunicação, Direitos sociais e Políticas públicas, o direito a informação representa uma importante garantia, mas por si só não garante o pleno exercício democrático. A informação ainda que importante para a consolidação de garantias sociais, agora é parte, não o todo.

Como vemos, a informação – na forma de liberdade de pensamento, de expressão, de culto e de reunião – enquanto insumo fundamental para a cidadania, faz parte da primeira geração dos direitos humanos e pode ser encontrada já na gênese da modernidade ocidental. Ela gestou, no entanto, um direito humano restritivo, traduzido contemporaneamente no direito que temos, nas democracias representativas de massa, de ser informados – direito que, reconhecemos, tende a ser, fora das ditaduras e dos regimes autoritários, muitas vezes extremamente amplo. Mas, por mais amplo que possa ser, será sempre insuficiente. (RAMOS, 2005, p.246).

Cerca de 90 países já têm legislação específica relacionada ao direito à informação pública, segundo dados revelados pela Controladoria Geral da União (2011). A primeira nação a desenvolver mecanismos legais sobre o acesso aos dados públicos foi a Suécia em 1766, mas foi somente no final do

século XX que os países perceberam a importância de se construir normas que não apenas garantissem o acesso, mas também o facilitasse.

O acesso à informação mantida pelo Estado constitui um direito fundamental de todo indivíduo. Os Estados têm obrigações de garantir o pleno exercício desse direito (Declaração Interamericana de Princípios de liberdade de expressão, item 4).

No Brasil, os instrumentos legais somados a introdução de políticas públicas com o intuito de aplicar as normas jurídicas têm mostrado resultados tímidos e dispersos, mas em grande parte reais. O mais recente deles foi a criação da Lei de Acesso à Informação (12.527/11), mas não o único. Anteriormente, leis como as de Responsabilidade fiscal e do Processo administrativo, já obrigavam as instituições governamentais a divulgar dados relacionados ao orçamento e dar publicidade aos atos administrativos. Além disso, pode-se citar a construção do portal da transparência do governo federal (<http://www.portaltransparencia.gov.br/>) em que é possível obter informações sobre destinação e aplicação de verbas etc. O portal se mostrou uma ferramenta rica de informações públicas acessíveis aos cidadãos.

Outra lei importante é a lei 8.159/91 sobre arquivos públicos e privados. A importância da lei como exposto por José Maria Jardim (1999) diz respeito a organização do Estado com suas informações e a sua distribuição.

O papel do Arquivo [Nacional] será, portanto, não prioritariamente o de construtor da memória nacional, mas o de instrumentalizador do novo Estado, recolhendo, preservando e fornecendo ao governo, sempre que necessário, as provas jurídicas de sua existência e ação. Ao instrumentalizar o Estado e ao lhe dar identidade pela escrita legal, o Arquivo torna-se uma dimensão do próprio Estado, na medida em que espelha, através da documentação que recolhe e guarda, sua própria organização. (COSTA,1997, apud JARDIM, 1999, p.22)

Ainda assim, o país está distante do objetivo de garantir o acesso rápido e eficiente às informações públicas. Segundo José Maria Jardim (1999), uma das dificuldades é a necessidade de uma melhor organização devido ao alargamento das demandas sociais traduzidas em aumento do fluxo de informação entre Estado e a coletividade.

Um dos motivos para o aumento do fluxo é a grande demanda por informações trazidas no bojo da criação de dispositivos que garantem o acesso a elas. Administração Pública tem grande dificuldade para permitir o acesso as informações, já que carece de uma melhor estrutura. “Seja nas instituições arquivísticas ou nos serviços arquivísticos, a ausência de padrões de gestão da informação, somada às limitações de recursos humanos, materiais e tecnológicos, resulta em deficiências no seu processamento técnico e acesso” (JARDIM, p.27)

A fragilidade na organização de suas estruturas somada a poucos investimentos nesse campo, nos distancia das garantias práticas que o direito à informação nos assegura.

Coadjuvante como construtor da memória nacional, o Arquivo Nacional e os demais arquivos públicos brasileiros tampouco encontrarão na sua função instrumental uma atuação protagonista. Isto implicou no desenvolvimento de instituições e serviços arquivísticos “periferizados” na administração pública e incapazes de fornecer informações suficientes, em níveis quantitativo e qualitativo, ao próprio aparelho de Estado, à pesquisa científica e tecnológica e à sociedade civil (JARDIM, 1999, p.22).

Percebe-se que para o cumprimento da norma é necessário que se faça uma reestruturação no setor arquivista do Estado, permitindo não apenas o acesso à informação, mas de uma maneira organizada e rápida.

A informação “publicizada”, produto e insumo desse processo, encontra lugar em diversos aparatos institucionais clássicos do Estado como arquivos, bibliotecas, centros de documentação etc. Estes modelos organizacionais, no entanto, já se mostram insuficientes face à emergência de novos modos de produção e uso da informação (JARDIM, 1999, p.29).

No cenário contemporâneo em que o papel da informação ganha cada vez mais destaque, “Vê-se, portanto, que as noções de globalização e sociedade de informação implicam numa terceira, a de economia da informação. Trata-se, neste caso, de se reconhecer a informação como um recurso estratégico” (JARDIM, p.29) e, portanto, a função do Estado não se limita apenas a garantir o acesso as informações, mas também como

organizador estratégico das mesmas.

A esta situação de desigualdade informacional, corresponderia, portanto, o maior desafio da revolução informacional: “a partilha da informação, da qual a apropriação privada e o monopólio social são também uma fonte de ineficácia e de paralisia mesmo para aqueles que a monopolizam” (DOWBOR, 1997, apud JARDIM, 1999, p.28).

Nos tópicos subseqüentes iremos trazer a construção do direito à Comunicação como abarcador das garantias e liberdades aqui citadas e sintetizador das demandas sociais que englobam a temática.

Direito à comunicação

Nas últimas décadas se percebe um grande movimento em torno das discussões sobre as liberdades de pensamento, expressão e do direito à informação. Todas elas se somam para a elaboração de debates em um prisma mais completo. Discussões que englobam tudo o que se foi pensando antes se somam ao direito à participação do indivíduo em uma real comunicação. Murilo Cesar Ramos (2005) aponta “O direito à Comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (p.248). A luta anterior para a constituição e a consolidação dos direitos que citamos foi fundamental para a luta atual. Hoje, o objetivo é ampliar os direitos humanos fazendo com que se estenda ao direito à comunicação.

A mudança não será apenas na qualidade ou quantidade de informação e seu alcance. Quando se fala em direito à Comunicação surge a exigência da comunicação dual, em dupla direção, ou seja, não apenas de receber informações, mas também de produzi-las.

Para Husband(1996), como exposto da obra de John Downing (2002), o direito à Comunicação passa a ser também “o direito de ser compreendido”, afirmando:

[Isto] nos impõe a todos o dever de tentar compreender o outro. Trata-se de rejeitar e reprovar as práticas egocêntricas e etnocêntricas de combater os atos comunicativos dos outros, dentro ou fora do grupo. [...] Sem a inclusão da reivindicação subordinada do direito a ser compreendido, o direito de comunicar-se torna-se facilmente uma democracia de Babel egocêntrica e unidirecional. (HUSBAND, 1996 apud BOWNING, 2002, p.69).

Com essa exigência mudamos totalmente o patamar da discussão. Percebe-se, agora, uma necessidade de todos os grupos, sejam eles minoritários ou não, dialogarem com as mesmas condições para que, portanto, tenhamos uma efetiva democracia. O direito que busca se assegurar agora, na verdade, é um conjunto de outros direitos que se completam e possibilitam a participação do sujeito no processo de tomada de decisão e na sua interação com o grupo.

Assim, destacam-se direitos tradicionais, como a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de associação, a liberdade de imprensa, rádio e televisão, o direito de voto, a proteção da privacidade e dos direitos associados à personalidade, entre outros, que, em seu conjunto, buscam assegurar aos cidadãos a possibilidade de livremente interagir uns com os outros, pautando e participando das controvérsias públicas com vistas à formação democrática da opinião e da vontade. (WIMMER, 2012, p. 103-104)

Os primeiros indícios dessa mudança, do cerne da questão são percebidos em 1946, ano da criação da UNESCO¹⁵. Ainda com uma visão funcionalista, os relatórios da época reforçavam os avanços tecnológicos do processo de comunicação.

De forma mais explícita essas resoluções atestam o lugar da mídia de massa como mediadora dos conflitos políticos e culturais, via exercício livre do direito à informação, “prolongação normal do direito a educação” e criticam mais abertamente o privilégio de alguns poucos países em exercer tal direito”. (GOMES, 2007, p.86).

¹⁵Considerada uma organização importante na introdução e consolidação do debate, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) por muitas vezes foi incentivadora das discussões sobre direito à Comunicação em um prisma global.

Fazendo coro as reivindicações da época, os avanços foram relativos ao livre fluxo de informações, necessários para o sistema global que ganhava forma.

A década de 1960 trouxe um novo prisma para o debate, isso devido, principalmente, a entrada de outros Estados nas Nações Unidas. Os extremos das discussões estavam entre os denominados países de “primeiro mundo”/desenvolvidos e de “terceiro mundo”/subdesenvolvidos. Nesse momento, os debates geravam mais discussão, isso porque todos os lados (primeiro e terceiro mundo) podiam se expressar e claro, entrar em conflito. Entretanto, foi somente nas décadas seguintes que percebemos debates mais sólidos. Com a criação da NOMIC (Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação) e da publicação do Relatório “Um Mundo e Muitas vozes – Comunicação e Informação na Nossa Época” (Relatório Mac Bride), em 1980, que se evidenciava a comunicação como um importante instrumento estratégico econômico e político.

Em resumo, a indústria da comunicação está dominada por um número relativamente pequeno de empresas que englobam todos os aspectos da produção e da distribuição, estão situadas nos principais países desenvolvidos e cujas atividades são transnacionais. A concentração e a transnacionalização são conseqüências, talvez inevitáveis, da interdependência das diferentes tecnologias e dos diversos meios de comunicação, do custo elevado do trabalho de pesquisa e desenvolvimento, e da capacidade das empresas mais poderosas em introduzir-se em qualquer mercado (MACBRIDE, 1980, p.197) (trad. livre) ¹⁶

O debate trouxe para a discussão não apenas os países que detêm controle da comunicação, como também os controlados. As questões relacionadas à Comunicação dizem respeito também ao sistema econômico e social excludente que concentra os bens e o domínio nas mãos de poucos

¹⁶Original: “En resumen, la industria de la comunicación está dominada por un número relativamente pequeño de empresas que engloban todos los aspectos de la producción y la distribución, están situadas en los principales países desarrollados y cuyas actividades son transnacionales. La concentración y la transnacionalización son consecuencias, quizá inevitables, de la interdependencia de las diferentes tecnologías y de los diversos medios de comunicación, del costo elevado de la labor de investigación y desarrollo, y de la aptitud de las firmas más poderosas cuando se trata de introducirse en cualquier mercado”

países. Essas questões logo entraram em conflito com os ideais dos países desenvolvidos que instigavam a livre circulação da informação, mas em nenhum momento desejavam colocar em pauta questões relacionadas as imensas desigualdades impostas por eles aos países periféricos. A partir desse ponto surgem outros relatórios e declarações de apoio tanto a promoção dos direitos humanos como de inclusão da discussão sobre comunicação e informação na pauta.

A década de 1990 trouxe mudanças para a questão.

Ao invés do discurso acusado de político e ideológico, investiu nas ações pontuais e técnicas do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), especificamente, nas novas tecnologias de informação e comunicação. Talvez fosse a tentativa de um discurso “apolítico” com prática política.(...) O debate radical deu lugar a uma análise mais segmentada com vista a dirimir os efeitos e não as causas: problemas globais com tratamento local (GOMES, 2007, p.115)

Os debates se centraram nas redes de informática e na consolidação das liberdades de informação e de expressão em alguns países recém saídos de regimes totalitários. O foco estava, sem dúvida, sobre as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). A internet, uma delas, suscitava inúmeros debates, ainda que voltados muito mais para o direito ao acesso do que propriamente para o direito à participação.

A discussão se alastrou também para a sociedade civil, entidades, ativistas e estudiosos, que têm se posicionado favoráveis a consolidação de um direito à Comunicação. Uma das mais representativas articulação de organizações não-governamentais é conhecida como CRIS (Communication Rights in the Information Society - <http://www.crisinfo.org>). O movimento é liderado por diversos países e tem como finalidade pautar discussões sobre a democratização da Comunicação, além de promover um fórum mundial para o debate, a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), já realizada em 2003 na Suíça e em 2005 na Tunísia .

(...) focaliza o tema do direito à informação e à comunicação na sociedade da informação. Quanto a este último aspecto não se limita a preocupações acerca da “brecha digital” e a inclusão universal dos cidadãos à Internet, mas dos direitos de domínio público, software

livre e de propriedade intelectual, e ao acesso global a todas as tecnologias de informação e comunicação, incluindo menção explícita aos meios comunitários (Declaração, 2003, apud Peruzzo, 2005, p.24).

Além disso, a comunicação também foi alvo de debates nos fóruns sociais mundiais que embora tratem de vários temas, reservou discussões a respeito do papel democrático da Comunicação e sua influência na crescente desigualdade econômica. Nota-se um progresso nas discussões, mas pouco avanço prático.

Políticas públicas para Comunicação

Fazer política é antes de tudo desenvolver estratégias para as demandas impostas pela coletividade, ou seja, “política é a resolução pacífica de conflitos” (RUA, 1997). A tarefa não é simples, ainda mais em sociedades complexas em que coabitam em um mesmo sistema político diversos atores sociais com as mais diferentes reivindicações, influências, interesses etc. O jogo político tem como função, portanto, solucionar esses conflitos.

Esta (a política) envolve coerção - principalmente como possibilidade - mas que não se limita a ela. Cabe indagar, então, o que é a política.(...) É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (RUA, 1997, p.1)

A formulação de políticas públicas representa medidas tomadas pelo Estado para atender as demandas impostas e garantir seu papel de mantenedor e construtor de políticas voltadas para os direitos da coletividade. Para o trabalho iremos adotar o conceito de políticas públicas como “(...) o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.” (RUA, 1997, p.1). E dessa forma, vale destacar sua diferença em relação à decisão política, já que em alguns momentos esses conceitos podem se mesclar e, assim, mascarar a complexidade do ato de pensar e construir tais políticas.

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, 1997, p.1).

O papel do Estado não se resume tão somente a alocação desses recursos como também o de possibilitar a garantia dos atores envolvidos no desenvolvimento de tais ações por meio do entendimento dialógico da política. A Constituição Federal de 1988 prevê a participação social como controle estatal e como formuladora de políticas públicas. Como já foi colocado no trabalho, a CF/88 foi elaborada em um período de redemocratização do país e, portanto, assegurar essas medidas foi fundamental para a estabilização do sistema político.

A arena política em que estão envolvidos os atores sociais é cercada de preferências e interesses responsáveis pela disputa, jogo e a persuasão dos grupos. Aqueles que se saem melhor – por maior poder econômico, político ou de influência – no combate são os mesmos que garantem a manutenção de seus interesses.

Os jogos são as situações onde a lógica é vencer o adversário em uma situação específica, sem eliminá-lo totalmente do processo, de tal maneira que ele possa vir a ser um aliado num momento posterior. Esta situação é a mais típica do mundo da política, sendo exemplificada pelas negociações, barganhas, conluíus, coalizões de interesses (RUA, 1997, p.8).

Dessa forma, fica evidenciado que o jogo político pode ganhar contornos “injustos”, retirando ou enfraquecendo grupos com pouco poder de barganha ou, por vezes, excluídos do processo. É papel do Estado, portanto, assegurar que todos os grupos sociais tenham “voz” no processo de decisão política.

A mídia, como um dos atores sociais, tem papel central no jogo.

Contudo, os estudos sobre o impacto da comunicação na formação de valores políticos não se limitam a apontar sua utilização em regimes de exceção. Cada vez é mais óbvio que não há como conceber a realidade da política contemporânea, nas democracias, sem colocá-la em relação com a variável midiática.(...) Diante de uma sociedade cuja ambiência, em última instância, é estruturada em grande medida pela lógica dos meios de comunicação de massa, a informação pública disponibilizada pelos aparatos tecnológicos de mediação apresenta-se como uma das fontes fundamentais a partir da qual o cidadão mediano forma opinião (LEAL; STEVANIM, 2008, p.181)

Reconhecendo essa instituição como fundamental para o processo democrático, fica evidenciado o papel que o Estado deve assumir para ampliar a todos o direito de ter voz e de ser ouvido. Os veículos de mídia são também espaço de exposição para os atores políticos (LEAL; STEVANIM, 2008, p.185). Assim, o direito à comunicação passa também por uma mídia plural. “Essas políticas (públicas) podem ser definidas como um amplo arsenal de medidas elaboradas pelo poder público competente com a finalidade de afinar o sistema de Comunicações em relação aos direitos e demandas da sociedade civil”. (HAJE; LEAL; PAULINO, 2008, p.1).

O pensamento convencional sobre os meios de comunicação de massa no século XX enfocou a capacidade das organizações de mídia desempenharem um papel na democratização das sociedades, ao criarem uma esfera pública por meio da qual as pessoas poderiam ser fortalecidas para tomar parte nos assuntos cívicos, no fortalecimento das identidades nacional e cultural, na promoção de expressões criativas e do diálogo. Em quase todos os setores nos quais a mídia era vista como essencial para esses valores, alguma forma de intervenção governamental era profundamente necessária para capacitar e facilitar o papel da mídia. Tão logo a produção da mídia começa a requerer maior grau de organização e mais recursos do que possam ser gerados em base artesanal, alguma forma de regulamentação estrutural foi profundamente necessária para assegurar que a mídia atendesse a um padrão mínimo de responsabilidade social (RABOY, 2005, p.183).

Dessa forma, vale ressaltar o papel do Estado também na regulamentação dos veículos de mídia. Não apenas quanto aos modelos de financiamento, programação e gestão, mas também no papel que a mídia desempenha como cenário de visibilidade e esfera que atenda as condições do

bem público (LEAL; STEVANIM, 2008).

Ainda assim, a manutenção de um espaço crítico de discussão é um desafio para as democracias de massa. Esse desafio está colocado para uma comunicação que pretenda atuar de fato para além dos limites do Estado e do mercado, como é idealizada a proposta de uma rede pública de televisão “ (LEAL; STEVANIM, 2008, p.187).

No artigo Políticas de comunicação, buscas teóricas e práticas, Suzy dos Santos e Érico da Silveira (2007) trazem os modelos regulatórios de mídia analisados por McKnight, Newman e Solomon (1996). O primeiro deles, Propriedade Pública, é baseado no monopólio estatal, englobando a regulamentação e a propriedade dos veículos. No outro extremo estaria o modelo de Livre Mercado em que a regulamentação estatal seria mínima e a propriedade dos meios pertenceria à iniciativa privada. Os outros: Acesso Universal, Infra-estruturar de comunicações abertas, Fiduciário Público seriam mistos entre funções públicas e privadas, variando entre maior presença estatal ou não.

O debate existente na equação entre propriedade privada e assegurar o pluralismo de vozes é o cerne da discussão. O modelo americano de cujo principal financiamento vem por meio de publicidade é mais próximo do modelo de Livre Mercado, em que engloba a idéia de produzir informação como mercadoria. Esse modelo entra em choque com os europeus – em especial o britânico – em que o custeio se dá em grande parte por verba pública (impostos ou taxa). A proposta é manter o veículo de certa maneira independente economicamente das possíveis pressões mercadológicas.

Os modelos apresentados são uma tentativa de encaixar o papel positivo e negativo do Estado. Até que ponto pode o Estado interferir nas comunicações sem que se caracterize censura, mas sim com o fim de manter as condições necessárias para informar e comunicar a coletividade? Essa questão envolve características particulares e históricas de cada país e deve ser encaixada conforme as condições e demandas locais.

As políticas de comunicação representam a participação ativa dos governos nesse controle e seu debate caminhou lado a lado com o desenvolvimento de idéias relacionadas aos direitos humanos e as liberdades

de expressão e de imprensa já abordados nesse trabalho. Percebe-se que esse conceito surge em uma esfera internacional (âmbito da Unesco) e segue suas discussões pelo mundo basicamente em duas vertentes: o fluxo livre da informação e o de uma participação positiva do Estado, variando a intensidade e a frequência dos debates de país para país.

No campo da Comunicação percebe-se o agrupamento de diversos grupos da sociedade civil juntamente com o poder público na elaboração de políticas públicas interligadas com a Comunicação no país. As mais recentes conquistas da área dizem respeito a elaboração da lei 12.527/11 conhecida como Lei de acesso à informação que garante aos cidadãos obtenção de informações de cunho público, auxiliando na transparência governamental e no próprio processo de cidadania. Isso somado aos já existentes dispositivos jurídicos que garantem as liberdades de expressão e de imprensa, além de controles regulamentários trazidos pela portaria 1220/07, que estabelece a classificação indicativa. Entretanto, ainda é necessário que se pense em projetos específicos para a área e que visem uma comunicação mais igualitária para assegurar o exercício democrático, já que para isso deve-se também ser ampliado o alcance técnico, incluindo na pauta governamental, dessa forma, políticas públicas voltadas para a inclusão digital, como falaremos no capítulo seguinte.

Esse primeiro capítulo trouxe conceitos básicos para o entendimento do restante do trabalho. Conceitos esses que são fundamentais para compreensão da estrutura democrática em que os grupos reivindicam seus direitos e garantias. O direito à comunicação é um deles. Ouvir e ser ouvido, compreender e ser compreendido é o desafio que é imposto ao sistema de governo vigente. No próximo capítulo, entraremos mais a fundo na temática relacionada as novas tecnologias da informação e seu papel no pluralismo de vozes e no processo democrático.

3. INTERNET E DEMOCRACIA

O mundo está em processo acelerado de mudanças. É difícil encontrar alguém que discorde dessa sentença, e mais ainda, que não perceba essas alterações no cotidiano. Pagar contas, marcar consultas, conhecer novas pessoas, estudar, fazer pesquisas etc. Tudo isso mudou. A vida que tínhamos há 20, 30 anos atrás se modificou de forma muito rápida. Estamos vivendo na “sociedade da informação” e como o próprio nome sugere, centrada nas tecnologias da informação e comunicação (TICs). “Subjacente a todas aquelas atividades corriqueiras está uma imensa malha de meios de comunicação que cobre países inteiros, interliga continentes e chega às casas” (TAKAHASHI, 2000, p.3). Uma grande rede que nos une e possibilita uma comunicação quase que instantânea de pessoas em qualquer parte do planeta.

[A sociedade da informação] é um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infraestrutura de informações disponível. É também acentuada sua dimensão político-econômica, decorrente da contribuição da infraestrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos. Sua importância assemelha-se à de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. Tem ainda marcante dimensão social, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação (TAKAHASHI, 2000, p.5).

Nesse sentido, fica claro a dimensão que a informação tomou. Hoje, os debates dos mais variados temas, passam também por discussões sobre a comunicação e seus impactos, já que são base do modelo de “sociedade em redes” ou seja, base do modelo social que estamos vivendo. Para Castells (2006), na verdade, a mudança reside não na informação como objeto, mas sim, na maneira como esta informação está disposta, organizada. Essa é a grande distinção que marca e revoluciona.

Frequentemente, a sociedade emergente tem sido caracterizada como sociedade de informação ou sociedade do conhecimento. Eu não concordo com esta terminologia. Não porque conhecimento e

informação não sejam centrais na nossa sociedade. Mas porque eles sempre o foram, em todas as sociedades historicamente conhecidas. O que é novo é o facto de serem de base microelectrónica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes (CASTELLS, 2006, p.17).

A sociedade em redes, enquanto “uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias” (CASTELLS, 2006) ganha o mesmo conceito empregado à globalização sendo “outra maneira de nos referirmos (...), ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica.” (CASTELLS, 2006). Esse novo modelo de organização trazido pelas TICs também nos revela uma nova forma de estabelecer interações sociais. A internet, por exemplo, nos proporciona um contanto nunca antes experimentado no nosso processo histórico. Pessoas de extremos geográficos podem estabelecer vínculos e se inserirem nos mesmos grupos, apesar de uma possível distancia física.

A construção de um social em rede caracterizado por circuitos informativos interativos nos obriga a repensar as formas e as práticas das interações sociais fora da concepção funcional-estruturalista baseada em relações comunicativas analógicas. O mesmo papel da tecnologia comunicativa no interior das relações sociais deve ser completamente repensado, as fórmulas da sociedade de massa, baseada na distinção identitária entre o emissor e o receptor, entre empresa e consumidor, instituições e cidadãos, não conseguem mais explicar a complexidade das interações sociais contemporâneas (DI FELICE, 2007, p.30).

Entretanto, a tecnologia, por si só, não pode ser responsável única pela mudança vivenciada no século XXI. As transformações e seus impactos ficam mais claros quando os unimos ao processo social. Ambos são modeladores das mudanças históricas, agindo em conjunto, sem que possamos traçar uma única linha delimitando o papel e influencia da tecnologia. “O dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida e representada sem suas ferramentas tecnológicas” (CASTELLS,2002, apud DI FELICE, 2007, p.29).

É por isso que difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para quem são usadas as tecnologias de comunicação e informação. O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de performance superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projetos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede (CASTELLS, 2006, p.19).

A história da rede

É, portanto, nessa transição de paradigmas que surge a internet. Uma das tecnologias responsáveis por dar forma ao modelo de sociedade em rede, que cresceu em números vertiginosos nas últimas décadas, ainda que não tenhamos condição para definir se continuará reproduzindo o modelo excludente ou se trará avanços no campo dos direitos humanos e cidadania. Traremos essa discussão mais a frente no trabalho, neste momento, nos concentraremos na história da internet desde sua formulação até a atualidade.

O esquema considerado ousado para época, criado por militares americanos, tinha objetivos meramente bélicos. A internet surge na década de 1960 como uma ideia da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DARPA) para construir uma rede, cujo objetivo era ser um sistema de comunicação menos suscetível a ataques soviéticos. O contexto de guerra, sem dúvida, impulsionou o molde e a arquitetura de rede em que foi pensada a internet. A ideia de se construir uma 'rede' era fundamental, já que não existiria um centro de controle apenas, dificultando, portanto, o ataque ao meio. Entretanto, a estratégia militar em si não era recente.

De certa forma, (a internet) foi o equivalente eletrônico das táticas maoístas de dispersão das forças de guerrilha por um vasto território, para enfrentar o poder de um inimigo versátil e conhecedor do terreno (CASTELLS, 1999, p.44).

A mudança se deu na estrutura do novo meio que iria, no futuro, ser apropriado por grupos e indivíduos com objetivos diversos e muito diferentes do proposto pela DARPA. Foi nesse ponto que a nova rede inovou e com a soma de fatores sociais, econômicos e culturais, iria, em um futuro próximo, revolucionar.

A mesma DARPA, foi responsável pela criação, em 1969, da ARPANET, considerada o embrião da internet. A estratégia por trás da rede era, novamente, distribuir a informação por vários computadores para dificultar um possível bombardeio e, conseqüentemente, a perda dos dados.

O embrião da Internet, a Arpanet - *Advanced Research Projects Agency Network* nasceu, no ano de 1969, durante o auge da Guerra Fria nos Estados Unidos, resultado das pesquisas para evitar bombardeios russos. A ideia era não ter todas as informações concentradas em um único computador ou em poucas máquinas. Isso porque essas informações se tornavam alvos fáceis de ataques. Era só bombardear o Pentágono, por exemplo, que o sistema de informação americano poderia ficar profundamente danificado. A Arpanet, então, era uma proposta de militares para evitar os nós de informações e promover uma redundância destas em vários computadores, evitando assim um colapso do sistema e a perda de dados (SOUSA, 2009, p.190).

Ao final do período de guerra fria, o governo decidiu contratar uma equipe de pesquisadores para auxiliar no desenvolvimento da ARPANET. Dessa forma, liberaram o uso da rede para profissionais de quatro universidades americanas (UCLA - Universidade da Califórnia, em Los Angeles; SRI – *Stanford Research Institute*; UCSB – Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara e a Universidade de Utah). Foi nesse momento que ARPANET ganhou novo significado, servindo agora como uma rede com interesses também acadêmicos. Na década de 1980, os computadores pessoais ficaram mais baratos e dessa forma, o acesso a rede ficou mais acessível. Entretanto, foi somente na década seguinte em que houve uma grande popularização da rede.

a popularização só chegou mesmo na década de 90 com o uso comercial do protocolo HTTP, que permitiu a montagem de sites no sistema WWW-*World Wide Web*, o que os tornou mais atraentes porque permitiu o uso de cores e sons (SOUSA, 2009, p.191).

O Estado e as novas tecnologias

Percebe-se que não é por acaso que o Estado foi o responsável pela construção da tecnologia. Estudos, como por exemplo, do próprio sociólogo espanhol Manuel Castells, apontam historicamente o papel determinante do Estado no processo de inovação tecnológica. Não apenas de desenvolver, mas também, de desencorajar. O exemplo clássico dado pelo sociólogo é o da China, país cuja herança tecnológica é importantíssima para a humanidade, teve seu processo tecnológico atrasado por um Estado burocrático que desencorajava a modernização tecnológica estatal, temendo um levante social incontrolável. Em outro extremo, mas que também serve como exemplo, se encaixa o Japão, cujo governo desenvolveu iniciativas para adaptar as inovações americanas relacionadas à internet. O Estado não deve ser considerado o único fator limitante ou responsável pelo desenvolvimento tecnológico, mas ao longo da história se confirma a relevância das decisões estatais no plano social e, por consequência, no plano tecnológico. E dessa forma, fica evidente a função social de difundir a tecnologia, nesse caso, inclusive a de fomentar políticas públicas de inclusão digital.

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados. Em grande parte, a tecnologia expressa a habilidade de uma sociedade para impulsionar seu domínio tecnológico por intermédio das instituições sociais, inclusive o Estado. Portanto, a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional (CASTELLS, 1999, p. 31).

O Estado e seus entes federativos devem compreender a difusão da tecnologia, principalmente, sendo elas de comunicação, como um direito que

deve ser assegurado a todos os cidadãos. Isso porque, a não propagação pode ampliar ainda mais as desigualdades sociais e econômicas.

O governo, nos níveis federal, estadual e municipal, tem o papel de assegurar o acesso universal às tecnologias de informação e comunicação e a seus benefícios, independentemente da localização geográfica e da situação social do cidadão, garantindo níveis básicos de serviços, estimulando a interoperabilidade de tecnologias e de redes. Além disso, cabe ao governo estimular e viabilizar a participação de minorias sociais e outros segmentos marginalizados, os pequenos negócios, bem como as organizações sem fins lucrativos, de modo a que esses segmentos possam ter acesso aos benefícios que a sociedade da informação possa proporcionar. Cabe ainda estabelecer condições equânimes de competição entre os diferentes agentes econômicos, sem inibir as iniciativas de investimento e de novos negócios e implementar não só políticas públicas, mas também um aparato regulador e legal, harmônico e flexível, que proteja os interesses dos cidadãos e estimule o desenvolvimento do setor privado (TAKAHASHI, 2000, p.11).

O Brasil não foge à regra. A forte presença estatal na fomentação de políticas para a inclusão e fomentação de tecnologias referentes à comunicação é antiga. Até a década de 1950, vivíamos uma fase ainda embrionária na telecomunicação e foram medidas governamentais as responsáveis pelo desenvolvimento da área. A partir dos anos seguintes, a necessidade de integração nacional, assim como de pensar a comunicação e a representação do fluxo de informações, foi responsável pelo caráter relevante que a temática tomou no contexto da época, tanto para o Estado como para a própria academia, que viu na formação de uma rede a possibilidade do acesso quase instantâneo a troca de informações.

No primeiro momento, as redes tinham como objetivo instrumentalizar militares e pesquisadores, mas não tardou para que se percebesse o seu potencial econômico. O surgimento do WWW (World Wide Web) e o protocolo HTML foram responsáveis por transformar a web em algo mais acessível e didático para os navegadores. Foi no ano de 1994 que a internet saiu da esfera acadêmica e começou a ser comercializada para o público em geral. No país, a responsável pelo serviço, em caráter experimental, foi a EMBRATEL.

O crescimento acelerado, somado a atual dependência dos meios digitais, é o resultado de 20 anos da adesão da rede no país. Hoje, são cerca de 83 milhões de brasileiros conectados à rede, segundo documentos divulgados pelo CETIC.br em 2012. Esse número representa um aumento de 148% nos últimos seis anos. Isso revela o crescimento acelerado deste meio, fazendo frente, inclusive, a meios já tradicionais de comunicação no país em relação ao acesso. Ainda assim, o Brasil é um país de grandes contrastes sociais e isso se reflete diretamente nos números relacionados ao acesso aos meios digitais, já que regiões marginalizadas socialmente, tendem a ficar excluídas também do processo digital.

Ainda assim, a internet surge como veículo dotado de grande potencial para diminuir as desigualdades sociais ou aumentá-las, como veremos a diante. Tudo depende de como a sociedade irá utilizar o meio.

Ação estatal: políticas públicas de inclusão digital no Brasil

Para nos atermos a profundidade da questão a respeito da inclusão digital no país, devemos, em primeiro lugar, trazer dados referentes a exclusão social. O Brasil enquanto potência emergente na economia tem grandes entraves sociais relacionados, principalmente, com a distribuição de renda. Segundo dados da ONU (2009) o índice de Gini (responsável por medir as desigualdades sociais e que pode variar de 0 a 1, em que quanto mais perto de 1 mais desigual é o país) no Brasil era de 0.52. Menor do que nos anos anteriores, mas ainda alto quando comparado a um cenário internacional. Sendo o oitavo país mais desigual do mundo.

A inclusão digital não pode ser apartada da inclusão autônoma dos grupos sociais pauperizados, ou seja, da defesa de processos que assegurem a construção de suas identidades no ciberespaço, da ampliação do multiculturalismo e da diversidade a partir da criação de conteúdos próprios na internet, e, pelo ato de cada vez mais assumir as novas tecnologias da informação e comunicação para ampliar sua cidadania. A mensagem central para a inclusão digital é de caráter universalista e foi dita por Boaventura de Souza Santos: “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (Souza Santos, 75 apud SILVEIRA, 2003, p. 431).

Essa problemática engloba muitas questões como: desemprego, acesso desigual à saúde e educação, pobreza e até acesso às informações e à comunicação. A inclusão digital tem o propósito de diminuir essas disparidades ou pelo menos não acentuá-las. Em um país cujo número de analfabetos chega a 12,9 milhões¹⁹, ou seja, 8,6% da população, o acesso à informação fica nitidamente comprometido. Percebe-se, ainda, que a exclusão digital é uma decorrência da exclusão social (SILVEIRA, 2003). Dessa forma, o Estado se vê obrigado a intervir por meio de políticas públicas para garantir a inserção de todos. Entretanto, é de suma importância que a sociedade civil e o mercado somem esforços nesse sentido. O primeiro pode auxiliar na execução das políticas públicas trazendo experiência e novas ideias. Já o segundo – ainda que pensando prioritariamente no lucro – pode fazer trabalhos de marketing que melhorem a imagem da empresa junto ao público e ao mesmo tempo auxilie no combate a causa, ampliando suas ações de responsabilidade social.

Nos últimos anos o domínio de instrumentos digitais tem sido fundamental para se conseguir bons empregos e, portanto, estar marginalizado desse conhecimento é também estar à margem dos melhores postos de trabalho. Contudo, essa é uma definição mínima da inclusão digital: ter conhecimentos sobre como utilizar o computador. Para muitos estudiosos está incluso digitalmente não é apenas ter acesso a um computador desconectado da internet. A exclusão está relacionada diretamente a esse acesso.

Hoje são mais de 2,4 bilhões²⁰ de internautas em todo o mundo e 83,4 milhões²¹ no Brasil. No país, 55% dos domicílios têm computadores em casa, mas somente 38%²² da população tem acesso a internet em casa. Um outro dado importante nessa análise é o acesso conforme a renda, detalhado no gráfico abaixo:

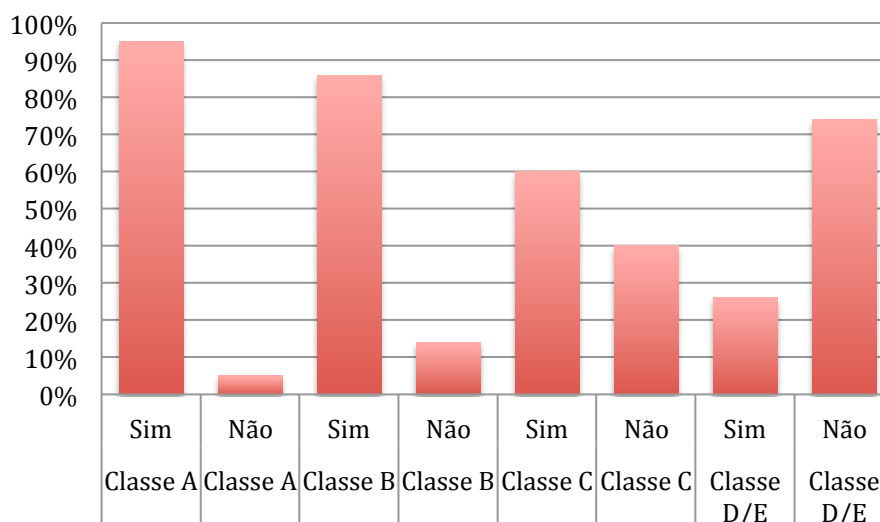
¹⁹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2011.

²⁰ Fonte: Agência sueca Pingdom, 2012.

²¹ Fonte: Ibope/Nielsen Online, 2012

²² Fonte: Cetic.br, 2011.

Figura 1 - PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE JÁ UTILIZARAM UM COMPUTADOR



Fonte: NIC.br - out/2012 a fev/2013

Com a análise dos dados acima fica claro o disparate relacionado às classes sociais. As classes A e B não apenas são as que mais têm acesso à internet, mas também são sempre as primeiras a possuírem as novas tecnologias. Neste cenário fica evidente a desigualdade de condições oferecidas, aumentando, conseqüentemente a desigualdade em outras esferas.

Apenas dois países, Estados Unidos e Canadá, concentram quase a metade do acesso mundial à internet, precisamente 41% (Internet Business, 25 de junho de 2001). A sociedade rica usa com intensidade as redes informacionais para se comunicar, armazenar e processar informações, enquanto os países pobres e em desenvolvimento têm suas populações distantes dos benefícios das redes informacionais. (...) Essa nova elite comandaria uma sociedade partida entre “inforicos” e “infopobres”. Sua hipótese se chocava com as inúmeras promessas de que o mundo teria encontrado uma tecnologia incorporadora e democratizante *per se*. A tecnologia da informação não estaria trazendo uma sociedade mais equânime, ao contrário, seu rápido espraiamento pelo planeta trouxe mais desigualdade e dificuldade de superá-la (SILVEIRA, 2003, p.425).

Durante toda a história da humanidade os grupos dominantes também possuíam tecnologias que representavam fonte de poder e de manutenção dos estratos sociais. No sistema atual a informação – seja a sua produção,

ou ainda seu alcance – ganhou o patamar de força produtiva dominante. (DANTAS apud SILVEIRA, 2003, p.426).

Assim, a sociedade em rede constitui comunicação socializante para lá do sistema de *mass media* que caracterizava a sociedade industrial. Mas não representa o mundo de liberdade entoada pelos profetas da ideologia libertária da Internet. Ela é constituída simultaneamente por um sistema oligopolista de negócios multimídia, que controlam um cada vez mais inclusivo hipertexto, e pela explosão de redes horizontais de comunicação local/global. E, também, pela interação entre os dois sistemas, num padrão complexo de conexões e desconexões em diferentes contextos. (CASTELLS, 2006, p.24).

Assim, a inclusão digital ganha o status de discussão importante à medida que se torna cada dia mais essencial ao estilo de vida global. A informação se transforma em um bem estratégico, poderoso e saber usá-la será fundamental para países e grupos. Segundo Silveira (2003, p.434), a inclusão digital tem três frentes importantes que devem estar contempladas em políticas públicas: mercado de trabalho, cidadania e educação.

A primeira delas, como já foi colocada, diz respeito a importância de se ter o domínio técnico dos instrumentos para alcançar bons postos de emprego. A segunda, cidadania, está relacionado com a ideia de participação no meio. Nesse contexto, a internet não é só um veículo de cunho comercial, é também um direito do cidadão já que a comunicação e a informação são direitos de todos e o acesso a eles deve ser assegurado. A terceira linha coloca a educação juntamente com a rede no auxílio a formação sociocultural dos estudantes, possibilitando uma gama maior de instrumentos e auxiliando os debates e o aprendizado em sala de aula.

Essas vertentes, apesar de cumprir fins distintos não podem caminhar separadamente. Entender inclusão digital por apenas um desses prismas é deixar de lado as potencialidades do meio.

Desse modo, as políticas de inclusão digital não podem servir à manutenção e à expansão do poder das megacorporações do localismo globalizado (Souza Santos). Devem incentivar a desconcentração de poder e não os monopólios. Devem incentivar o desenvolvimento e autonomia das localidades, regiões e nações pobres e não sua subordinação às cadeias de marketing do mundo

rico. Devem incentivar a liberdade e não o aprisionamento às redes privadas. Devem consolidar a diversidade e não a monodependência (SILVEIRA, 2003, p.445).

O que se percebe na prática é um aumento do número daqueles que hoje estão incluídos digitalmente, mas esses dados pouco revelam as condições reais de uso e a participação desses grupos, que há pouco tempo atrás eram os excluídos ou analfabetos digitais.²³

Os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema. Continuam marginalizados. O que mudou foi a maquiagem da pobreza (...) Ficar fora, entretanto, precisa ser visto dialeticamente, porque, sendo inevitável a penetração das novas tecnologias, os pobres estarão dentro, mas como excluídos. Serão incluídos, de qualquer maneira, na margem. Aparece, então, o desafio do que seria inclusão digital para eles. Como regra, a tendência é considerar inclusão o que não passa de efeito de poder, à medida que se reservam para eles os restos, tais como: equipamentos sucata, cursos precários, ambientes improvisados, treinamentos encurtados, programas baratos (DEMO, 2005, p.36 e 38).

Entender o funcionamento da máquina não necessariamente nos faz compreender a lógica do meio. Estar incluso digitalmente não é apenas saber manusear máquinas, mas também conseguir fazer uma leitura crítica sobre o impacto e influência desses novos meios.

Aprender a “ler a realidade”, incidindo em outro nível da discriminação digital: embora possa saber lidar com ela, não a sabe ler, no sentido de compreender, interpretar, reconstruir. Não sabe pensar os desafios de uma sociedade e economia informacionais (LASH apud DEMO, 2005, p.38).

Potencial democrático x Potencial comercial

As novas tecnologias da informação estão no foco de grandes debates na atualidade. Seus potenciais e seu real uso em escala global e local são temas importantes para a compreensão do modelo globalizado e do grande

²³Na definição feita pelo professor da Universidade de Brasília, Pedro Demo: “alfabetização digital significa habilidade imprescindível para ler a realidade e dela dar minimamente conta, para ganhar a vida e, acima de tudo, ser alguma coisa na vida.”, fica claro a amplitude que o conceito carrega, descartando uma visão meramente técnica da inclusão digital.

fluxo de informações em todas as partes do planeta. Algumas correntes apontam para os benefícios que os novos meios podem propiciar a humanidade, trazendo em seu projeto um modelo mais democrático e de fácil acesso a todos. Outras correntes enxergam na internet uma reprodução dos modelos de fluxo de informação tradicionais como televisão e rádio. A internet seria um veículo não menos preocupado com o teor comercial, como proposto, mas sim, está reeditando o conceito de informação como mercadoria. A mudança estaria na velocidade e na amplitude que essa poderia alcançar.

A proposta de inserção de vários grupos dentro da internet e todos com o poder de produzir e de selecionar o conteúdo, garante ao veículo o status de potencial democrático. Isso porque se isento de outros interesses, o meio pode auxiliar, de fato, na consolidação do debate pelo tomada de decisão entre diversos grupos, ampliando o processo democrático.

Nessas mídias chamadas de convencionais, o sistema hierárquico de produção e distribuição da informação segue um modelo mais rígido, baseado no modelo um-para-todos. Já no ciberespaço, a relação com o outro se desdobra no contexto todos-todos. Nesse sentido, este ambiente comunicacional emerge com a potência que comporta o discurso democrático em sua gênese. A expansão e a consolidação do ciberespaço apontam para uma nova comunicação e, nela, os conceitos teórico-clássicos não expressam de maneira pertinente o sentido do que ocorre na atualidade, em face das tecnologias infocomunicacionais (COUTO, EDVALDO SOUZA, MELO, CAIO, MOREIRA, ANA PAULA, XAVIER, MAISE, 2008, p.112).

A possibilidade de abrir o já tradicional sistema um-para-um e transformar os antigos receptores em também produtores ou coprodutores de informação, revela um grande ganho para uma efetiva comunicação. Luiz Ramiro Beltrán (1981) traz esse novo conceito de comunicação enquanto:

(...) processo de interação social democrático baseado no intercâmbio de símbolos mediante os quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação. Todos têm direito à comunicação com o propósito de satisfazer suas necessidades de comunicação por meio da utilização dos recursos da comunicação.

Esse discurso precisa ser ressaltado juntamente com políticas públicas que visem à garantia dos direitos humanos e da comunicação, fazendo frente, dessa maneira, aos interesses comerciais do meio que restringem a participação e as condições igualitárias de todos os grupos dentro do “fazer comunicação”.

Por outro lado, outros teóricos da área trazem o efeito nefasto que as tecnologias de informação estão trazendo para a sociedade. Como já visto nesse trabalho, a informação é tida como força produtiva dominante, um bem estratégico para a manutenção de uma sociedade dividida em estratos sociais. O capitalismo, enquanto sistema econômico vigente, sofre grandes transformações em sua “base reprodutiva em que se estruturam seus determinantes tecnológicos” (SILVEIRA, 2003). Isso significa que as tecnologias da informação estão sujeitas ao sistema econômico. A informação deixa de ser vista do prisma da cidadania e passa a ser compreendida como mercadoria.

O capitalismo torna-se uma sociedade dependente de tecnologias da inteligência, ou seja, que ampliam imensamente a capacidade de gerar conhecimento, o que requer um preparo e capacitação complexa de amplos segmentos da sociedade. Por esse motivo, existe um outro lado estratégico da inclusão digital. É exatamente o que se refere à indispensável massificação do uso das tecnologias da informação pelo conjunto da sociedade, não somente pelos seus segmentos de elite (SILVEIRA, 2003, p.426).

A inclusão digital tem também o objetivo de construir um grande mercado consumidor dessas novas tecnologias e será resultado da própria ampliação do mercado como ocorrido com outros veículos de massa tradicionais. A proposta interessante de trazer benefícios sociais que os outros veículos não conseguiram se perde com os sinais que apontam para a ampliação da disparidade econômica entre os grupos sociais em uma velocidade muito mais rápida.

Para o capitalista, a filantropia, a responsabilidade social e a solução de problemas públicos estão subordinadas a dinâmica empresarial do lucro. O mercado, as forças da oferta, primeiro pensam em vender e ampliar as vendas de seus produtos e serviços. Dificilmente a inserção social ocorrerá como uma

externalidade positiva do cruzamento das curvas da oferta e da demanda produzidas pelas forças de mercado ou, também, por um ato voluntário e consciente do empresariado sério e altruísta (SILVEIRA, 2003, p.427)

Nesse sentido, a inclusão digital quando encaminhada para a vertente comercial pode desvirtuar a proposta inicial de agregador social. A imagem repassada de que a globalização une os países em torno de uma única cultura e que os veículos de comunicação estão revolucionando o sistema de produzir e receber informações precisa ser revista. A globalização, enquanto nova fase de acumulação capitalista, gera contrastes ainda mais gritantes entre países pobres e ricos, onde uma cultura se impõe as demais se tornando a “cultura global”. Na atualidade, percebe-se uma industrial cultural - representando a cultura dos países desenvolvidos - estabelecendo modelos e normas de caráter internacional.

A luta pela inclusão digital pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos sociais socialmente excluídos da tecnologia da informação. Entretanto, pode ser apenas mais um modo de estender o localismo globalizado de origem norte-americana, ou seja, pode acabar se resumindo a uma forma a mais de utilizar um esforço público de sociedades pobres para consumir produtos dos países centrais ou ainda para reforçar o domínio oligopolista de grandes grupos transnacionais (SILVEIRA, 2003, p.431).

A luta pela inclusão social deve, hoje, também caminhar lado a lado a batalha pela inclusão digital. Sendo o segundo parte do primeiro. Não há que se falar de inclusão digital sem antes passar pelo campo social, voltando novamente o conceito para uma vertente relacionada à cidadania. O crescente domínio dos veículos e sua imposição ao mundo – gerando a tecnod dependência²⁴ dos países subdesenvolvidos – fazem com que o tema ganhe em importância e urgência.

²⁴ A tecnod dependência diz respeito a dependência da estrutura social em relação as tecnologias e por isso “O controle da tecnologia torna-se vital e dita as possibilidades de desenvolvimento e de inclusão social” (SILVEIRA, 2003, p.444).

No próximo capítulo abordaremos a inserção, ou sua tentativa, de um grupo indígena através do portal Índio Educa e analisaremos a maneira que esses grupos minoritários estão se colocando na web e elaborando seu próprio discurso.

Mídias: hegemônica x radical

Antes mesmo de mergulhar na representação de grupos minoritários feita pela mídia hegemônica de massa é preciso compreender também as mídias com discursos contra-hegemônicos e suas implicações para a construção dos movimentos sociais e da luta pelos direitos dos grupos marginais.

Em primeiro lugar, vale frisar que o conceito de mídia como exclusivamente aquela que é controlada por um discurso elitista e excludente é vago, ainda que legítimo. Isso porque não contempla a inserção de outras formas de mídias também inseridas dentro do corpo social, deixando de lado as formas experimentais e marginais do processo que têm papel importante para a construção real do conceito.

Outro ponto que deve ser destacado, antes mesmo de introduzirmos o assunto, é o conceito de audiência. É evidente que esse se dará de acordo com o prisma de quem vê. Para os empresários da comunicação é de “clientes que precisam ser fidelizados ou mesmo atraídos para consumir as informações produzidas pelo veículo”; na outra vertente, visto de um ângulo mais social, como “agentes ativos capazes de pautar não apenas a agenda, mas também de modificar o meio em que estão inseridos”. Ambos os conceitos nos são relevantes, isso porque em diferentes momentos olharemos os veículos de comunicação de massa pelas duas ópticas. E, por vezes, pela mistura delas. Ainda assim, vale frisar que o conceito de audiência como uma massa amorfa e indiferente que consome tudo que lhe é imposto sem questionamentos já foi superado e pouco somará à análise que o trabalho se propõe.

A visão de mídia hegemônica enquanto detentora de um papel puramente mercadológico, estando em outro polo a mídia radical, alternativa,

se torna algo frágil, passivo de ser questionado, pois perde-se a noção que essas mídias podem, por vezes, se mesclarem.

Uma razão importante para o sucesso da cultura de massa produzida comercialmente, observa ele [Jésus Martín-Barbero], é exatamente o fato de que as indústrias da cultura comercial dão destaque a inúmeros elementos da expressão cultural popular. Seus produtos e linguagem não são meras imposições de cima para baixo (DOWNING, 2002, p.35).

A cultura popular é, de fato, distinta da cultura de massa, mas não oposta como possa parecer. “A cultura popular é a matriz genérica da mídia radical alternativa. Ela também se entrelaça com a cultura de massa comercializada e com as culturas de oposição.” (DOWNING, 2002, p.41). Seguindo essa linha de raciocínio fica claro a dificuldade de encaixar os conceitos como branco ou preto, ou mesmo, como opostos e excludentes, sendo um totalmente contrário ao outro. Isso além de dificultar o entendimento, também tende a ser superficial e desconexo da realidade.

Mas ainda que não possam ser vistas como extremos - já que pode, inclusive, dividir as mesmas raízes da cultura popular – as duas mídias possuem em essência muitas divergências. A primeira – em uma visão gramsciana - como perpetuadora do sistema dominante e que possui em sua dominação instituições de controle da informação e da cultura, tais como igrejas, universidades, escolas e claro o conjunto de mídia tradicional. A segunda, responsável pela resistência à hegemonia e por trazer uma visão alternativa ao sistema vigente. Downing afirma,

Ao mesmo, a perspectiva de Gramsci oferece uma nova maneira de entender essa mídia. Numa estrutura em que as classes e o estado capitalista são analisados meramente como controladores e censores da informação, o papel da mídia radical pode ser vista como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade (...) No entanto, a opinião de Gramsci dirige igualmente nossa atenção para cenários menos tensos, talvez mais cotidianos, nos quais se poderia descrever a hegemonia capitalista em termos de *autocensura* exercida pelos profissionais da mídia convencional (2002, p.49).

E como o próprio autor revela – trazendo novamente os conceitos de Gramsci para o debate - essa autocensura vinda dos profissionais atuantes na mídia tradicional pode ser de maneira consciente ou ainda, mais forte, instintiva e inconsciente. E assim, traz para a discussão a importância da mídia radical na tentativa de combate aos modelos impostos.

(...) a mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças positivas (2002, p.50).

Esclarecida a importância da atuação da mídia alternativa enquanto propulsora de modelos opostos aos dominantes, vale ressaltar, também, seu papel junto aos movimentos sociais. Ainda que de maneira superficial, definiremos movimentos sociais como atuantes no processo político e que não se encaixam dentro do modelo de instituições democráticas tradicionais (como os partidos políticos por exemplo). Os movimentos sociais são também responsáveis por instigar a construção da opinião coletiva.²⁵

E nesse sentido, a mídia alternativa é determinante na construção da esfera pública²⁶ e da organização dos movimentos sociais, responsável em grande parte pelo êxito dos mesmos. Ou seja, fica evidenciado o papel dessa mídia em estimular o debate e trazer novos protagonistas para a discussão.

A internet e suas diversas ferramentas são, hoje em dia, muito utilizadas por essa mídia. Seu amplo alcance, somado ao baixo custo de inserção no meio, fazem do veículo um ambiente repleto de mecanismos que podem auxiliar a organização e a ampliar o alcance das informações.

A produção de tecnologias adequadas e disponibilidade de financiamentos são obstáculos que os projetos comunitários têm de

²⁵ J. Downing trabalha bem esse conceito dando especial destaque para a energia política vital encontrado, hoje, com mais frequência nos movimentos sociais do que propriamente em instituições como partidos políticos, muito mais interessados no jogo de tomada de decisões do que na construção politizada da opinião social para o grupo.

²⁶ Novamente Downing, agora trazendo Habermas e o conceito de esfera pública “zona alternativa para o debate radical e a reflexão dentro da atual sociedade” (2002, p.63)

enfrentar para produzir mídia em comunidades desfavorecidas (THIOLLENT, 2011, RAMALHO, 2007, p. 46). A internet ascende, assim, como o espaço onde o comunitário encontrou novas possibilidades devido a reconfigurações de movimentos sociais (GATTI, BERMUDEZ, 2010, p. 29), à facilidade de utilização de plataformas como os blogues, e ao baixo custo, se comparada com os gastos para imprimir e veicular um jornal ou revista. (TAVARES, 2012, p.2)

Nos últimos anos surgiram diversos casos que unia a internet aos movimentos sociais, uma associação que tomou grandes proporções. Um dos casos mais emblemáticos foi os levantes sociais intitulados como primavera árabe. Responsável pelas quedas de ditadores, a onda de protestos começou na Tunísia e depois eclodiu também em outros países do norte da África e no Oriente Médio. A organização dos movimentos, assim como o êxito das manifestações foi creditado a internet. Mas não só isso, o potencial da web de comunicação “todos-todos” trouxe grande visibilidade ao levante, ampliando as pressões internacionais que auxiliaram nas quedas dos tiranos.

Por fim, verifica-se que a Primavera Árabe demonstra que a informação aliada à capacidade de mobilização das pessoas via internet representam ferramentas interessantes para a destruição de regimes ditatoriais. Ademais, é importante observar que a preservação dos canais de informação será fundamental para a construção de Estados democráticos de direito, em substituição às monarquias absolutistas e às repúblicas ditatoriais do norte da África e do Oriente Médio (CABRAL, 2011 apud SOUZA, ano, p.41).

No Brasil, experimentamos algo parecido. Movimentos sociais tomaram conta das ruas das principais capitais do país, principalmente entre os meses de junho e julho de 2013. O descontentamento popular somado as ferramentas de organização provenientes da internet resultaram em movimentos de norte a sul, com grande número de adeptos. Algo pouco usual no país, já que os protestos costumam ser específicos para uma causa e com um número menor de manifestantes. Desde 1992 o país não via algo parecido.

Dessa forma, fica evidente que não podemos desconsiderar a importância dos meios que não são considerados “jornalísticos”, mas estão na rede e produzem conteúdo. Os chamados “meios cidadãos” trazem uma nova leitura por aqueles que vivem os acontecimentos e não apenas por uma ótica institucional.

Os meios cidadãos surgem como uma possibilidade de diferenciação dos meios jornalísticos por não possuírem, necessariamente, o caráter institucional, sendo muitas vezes meios mais espontâneos, onde portão de edição está aberto, o que permitiria oferecer uma perspectiva que não está presente na cobertura da mídia tradicional. É a possibilidade de tornar visível esse olhar diferente que torna as mídias participativas tão atraentes. O “outro”, considerado ausente ou estereotipado na narrativa jornalística tradicional, adquire um novo espaço, dessa vez através da sua própria voz. (TAVARES, 2012, p.2)

Os blogues, redes sociais (como *twitter*, *facebook*, etc) e sites se revelam importantes, pois possibilitam ao outro (pouco escutado pelas mídias tradicionais) não apenas serem ouvidos, mas também produzir seu próprio discurso. No caso do grupo estudado, os índios, esses instrumentos se transformam em espaço para reivindicações e para sua própria autodeterminação.

Nesse caso, a criação e a manutenção dos *sites*, portais e *blogs* faz parte de um jogo imaginário constituído no processo discursivo desencadeado no bojo das lutas indígenas em prol de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. As novas condições históricas mostram que os indígenas das diferentes regiões do país estão cada vez mais engajados em ações e movimentos em prol da autodeterminação. Assim, a resistência dos sujeitos e os movimentos reivindicatórios em prol de direitos não deixam de ser materializadas nos/pelos discursos que circulam na rede sob novas condições de produção obtidas pelas novas tecnologias, em especial a internet (FERREIRA, 2013, p.48)

Para um grupo que historicamente foi colocado à margem, ter um espaço em que possa denunciar transgressões e se posicionar em questões que lhes dizem respeito é de suma importância.

Com esses reconhecimentos e garantias, é possível que os povos indígenas possam conseguir outras conquistas e avançar em direção à autodeterminação desejada. Embora a circulação de sentidos sobre os índios ainda seja, em grande parte dos casos, marcada pelos estereótipos, não há como negar a presença desses sujeitos e suas organizações no país na contemporaneidade. Nesse sentido, o uso das novas tecnologias da comunicação, em especial a internet, é componente importante nas lutas e movimentos. Fazer parte do mundo globalizado, no qual a sociedade cada vez mais se utiliza das novas tecnologias, é uma realidade que pode até estar distante da maioria das comunidades e aldeias, mas apresentam-se como aspecto significativo das conquistas almejadas. (FERREIRA, 2013, p.51)

Nesse contexto se destacam os blogues, local de fala acessível a grande parte dos internautas, tanto por sua facilidade de adesão, como pela aceitação de qualquer tipo de discurso. Neles encontramos opiniões e interação.

Sendo assim, mais do que um mecanismo de postagens de diários on-line, os *blogs* são espaços que promovem redimensionamento da autoria na rede, dando voz a sujeitos historicamente silenciados. No caso analisado, os *blogs* dos autores indígenas, mais do que suporte de linguagem, funcionam como suporte de autoria, possibilitando gestos de interpretação, e nestes, a resistência dos índios na rede. (FERREIRA, 2013, p.190-193)

Esses instrumentos podem se revelar parte de uma mídia contra-hegemônica, pois abre espaço para o discurso contrário ao tradicional e institucional veiculado pelos grandes veículos de massa. Dessa forma, é preciso fazer algumas considerações sobre a valoração dada a internet como responsável pelos movimentos sociais. No caso das revoltas citadas anteriormente, as manifestações chegaram a receber o título de “revolução online”. A internet foi e é uma maneira de organização de movimentos, assim como outras mídias alternativas. Não sendo responsável única pela proporção tomada pelos protestos. Não estamos retirando a importância da rede nas manifestações. Seu amplo alcance fez com que as revoltas fossem vistas no mundo todo de uma perspectiva de quem estava presente. Exemplo parecido com o ocorrido com a adesão do Exército Zapatista de Libertação

Nacional (EZLN) à internet no México em 1994.²⁷ Entretanto, o mesmo veículo pode fazer papel contrário aos movimentos, como por exemplo, de censor. Tudo depende de quem está utilizando o meio. Di Fática (2003) afirma em seu artigo em relacionado a primavera árabe:

Se por um lado a rede foi aclamada como redentora para povos sufocados pelo peso da opressão, por outro ela se transformou em um sofisticado mecanismo de coerção social a serviço das ditaduras árabes. Segundo Fuchs (2011), conteúdos criados pelos próprios usuários e disponibilizados nas redes sociais podem ser utilizados como isca para futuras identificações de desertores (...) Programas de computador e equipamentos desenvolvidos pela Blue Coat Systems Inc., como o Packet Shaper, prometem “controlar o tráfego de conteúdo na web”, o “impacto de redes sociais como o Facebook” e “bloquear categorias inteiras de conteúdo” na Internet. Já o software ProxySG 9000 pode “fornecer controle completo sobre todo o tráfego na web, autenticação e localização de usuários, filtragem, inspeção e gerenciamento de banda”. Todas as informações citadas neste parágrafo foram colhidas do site da própria companhia, que descreve minuciosamente seus produtos (2003, p.4-5).

Dessa forma, fica claro que a internet tem auxiliado a proliferação de discursos distintos dos tradicionais. Isso não quer dizer que os movimentos contra-hegemônicos começaram com a rede e nem que se encerrem nela. E nem mesmo fazer uma associação cega de que a internet necessariamente estimula a proliferação de movimentos sociais, já que existem exemplos inclusive da rede como sensor e desestimulador dos mesmos.

Apropriação da mídia hegemônica na web

O surgimento da internet e sua rápida propagação fomentaram várias discussões não apenas sobre o meio, mas também a respeito da qualidade da informação que a internet veicula. Uma das principais questões nesse sentido é “as notícias vindas do online têm corrigido – ou replicado – as

²⁷ Em 1994, o EZLN fez com que suas reivindicações e seu discurso fossem ouvidos por grande parte dos organismos internacionais. Os camponeses indígenas utilizaram a internet para ampliar suas vozes e chamar atenção para questões sociais e econômicas vividas pelos indígenas mexicanos.

desigualdades e as limitações do jornalismo fornecido pela mídia tradicional?” (PATERSON, 2006) (trad. livre)²⁸. Esse ponto é de extrema relevância para o trabalho já que levanta a discussão a respeito do papel inovador da web. E mais: se a ideia tão propagada do poder democrático do meio é ou não apenas um disfarce a respeito da “ilusão da diversidade de informações e de uma gama infinita de perspectivas” (PATERSON, 2006)²⁹ trazidas pela indústria online. Vale ressaltar que a discussão pertinente ao trabalho, nesse momento, envolve a relação do internauta e seu acesso às notícias e informações jornalísticas, não mergulhando, portanto, na esfera do entretenimento proporcionado pelo meio, nem mesmo ao conteúdo proveniente de “meios cidadãos”.

O pesquisador americano Chris Paterson (2006) em seu artigo *News agency dominance in international news on the internet* traz dados importantes para o debate. Em primeiro lugar vale frisar que o estudo tinha como objeto as notícias internacionais e foi realizado nos Estados Unidos e Canadá, países com uma realidade totalmente diferente do Brasil em termos econômicos, sociais e culturais, mas que vale como exemplo para entendermos a tendência da internet. Além disso, o estudo faz uma análise entre os anos de 2001 a 2006. Paterson (2006) afirma: “Nos últimos cinco anos, o fluxo de notícias internacional aumentou em aparente diversidade de reportagens originais, mas diminuiu ou permaneceu estática na diversidade real de reportagens originais” (trad. livre)³⁰.

Na mesma pesquisa Paterson traz números que revelam a rápida introdução da web no cotidiano do americano. Em 2000, em torno de 23% dos americanos afirmavam que suas principais fontes de notícias vinham da internet. Esse número aumentou em 10% nos dois anos seguintes e, em 2004, 42% dos americanos já tinha, de alguma maneira entrado em contato com as notícias da web. O artigo credita esse levantamento à Pew Internet &

²⁸ “if online news has corrected - or replicated - the inequities and limitations of the international journalism provided by “traditional media.” (PATERSON, 2006)

²⁹ This period has seen the emergence of the news aggregation industry and with it a somewhat disguised reliance on a surprisingly limited set of news organisations, even as that industry offers news consumers the illusion of information diversity and an endless range of perspectives. (PATERSON, 2006).

³⁰. “In the last five years, international news flow on the Internet has increased in apparent diversity of original reporting but decreased or remained static in actual diversity of original reporting.” (2006)

American Life Project³¹ que afirma que 50 milhões de americanos recorrem à internet para acessar notícias diárias. Esses dados revelam a popularidade que a notícia oriunda da internet tomou, transformando o meio em um relevante veículo de transmissão de informação de amplo alcance, ainda que, como visto anteriormente no trabalho, tenha dificuldade de inserção em alguns países. O crescimento apontado pelas pesquisas foi associado aos investimentos em melhorar a quantidade de informação e de transformar o site em algo mais didático e ao mesmo tempo mais atraente. Apesar do rápido crescimento, os números, nos Estados Unidos e Canadá, estabilizaram nos últimos anos. “Pesquisas mostram uma contínua perda de audiência da televisão e mídia impressa, mas a um ritmo mais lento do que em qualquer outro momento da década anterior.” (State of the News Media, 2005)” (PATERSON, 2006) (trad. livre)³².

O autor ressalta um período importante para a maturação e consolidação do veículo: o “dot com bubble” (a bolha da internet). O abalo econômico ocorrido em 2001 em que diversos jornalistas online foram despedidos e um novo modelo para a produção de informação emergiu no meio. Modelo esse baseado em um contingente mais restrito de profissionais jornalísticos produzindo notícias, transformando as informações encontradas na internet cada vez mais concentradas nas mãos de poucos produtores. Esse novo sistema de produção de notícia, por poucas empresas internacionais para o mercado local³³ e global fez com que a internet se tornasse um campo de domínio de poucas agências de notícias.

A clara formulação das novas estratégias de mídia por parte das principais agências de notícias, que modelam significativamente o ambiente atual de notícias online; e o início de novos modelos de

³¹ Pew Research Centre For The People and The Press “Internet News: More Log On, Tune Out” (June 11, 2001) <people-press.org>

³² “Surveys show a continuing loss of audience by television and print, but at a slower rate than at any time in the preceding decade (State of the News Media, 2005).

³³ A mudança ocorrida nesse novo modelo diz respeito também ao crescimento das agências de notícias na produção local, o que antes era muito concentrado na esfera global tomou novos rumos e hoje podemos perceber a consolidação dessas agências tanto no plano local como global, consolidando as como grandes fontes de informação. Muito disso pode ser creditado ao fato de agora essas agências podem ter seus próprios portais, não dependendo mais dos antigos “intermediários” da informação.

distribuição de notícias online têm desafiado e, em alguns casos, reforçou as tendências já identificadas no fluxo de notícias. Google News é especialmente importante no que se refere ao último ponto. Esse período viu a adoção generalizada de banda larga, e estudos têm conectado este momento a um aumento substancial do acesso a notícias online (State of the News Media, 2005; Pew, 2005) (PATERSON, 2006) (trad. livre)³⁴.

A internet é, hoje, vista como um dos motivos para o crescimento do poderio das agências de notícias internacionais. Desde a década de 1980³⁵ quando grandes empresas de comunicação nos Estados Unidos cercearam os recursos de seus profissionais de jornalismo, as agências internacionais foram mais demandadas e seu poder de influência tomou uma crescente destacável. Para o autor o mercado de “atacado de notícias” e seus produtores visam agradar os “clientes” jornalistas trazendo para as notícias um caráter mais neutro e objetivo, mas ainda distante de ser imparcial.

O problema de se ter poucas fontes reside principalmente na veiculação da mesma visão de mundo, agora e mais do que nunca, em escala global. Isso se comprova no artigo quando o autor revela uma análise de uma reportagem a respeito de uma revolta estudantil em Teerã, capital do Irã, em 1999. Apenas algumas agências de notícias produziram informações a respeito do acontecido, ficando evidenciado que as empresas jornalísticas apenas reproduziam e, em alguns casos, apenas editava partes da notícia. A análise sustentou o argumento sobre o crescente poder de influência que essas agências têm na produção em grande escala não apenas de informações, mas também de ideologias. Além disso, o autor afirma que “(...) os principais sites dos Estados Unidos: CNN, MSNBC e ABC, estão fazendo jornalismo internacional menos original do que há cinco anos”³⁶ e alerta para: “Na verdade, eles (empresas de jornalismo) parecem menos preocupados

³⁴Original: The clear formulation of new media strategies by the leading news agencies, which have significantly shaped the current online news environment; and the beginnings of new models for online news distribution which have challenged and, in some cases, reinforced previously identifiable trends in news flow. Google News is especially significant in regard to the final point. This period has seen the widespread adoption of broadband, and studies have linked this with substantially increased online news use (State of the News Media, 2005; Pew, 2005) (Paterson, 2006).

³⁵E no caso da web, como colocado anterior, 2001 representou uma crise para as empresas jornalísticas, mas um grande crescente para as agências de comunicação.

³⁶It is especially noteworthy that the major US sites, CNN, MSNBC, and ABC, are doing substantially less original international journalism than they were five years ago.

com a imagem de fornecer coberturas de notícias original e mais preocupado com o fornecimento de uma grande quantidade de notícias cobertas”³⁷ (PATERSON, 2006) (trad. Livre).

As principais críticas: visão branda das notícias, homogênea, destaque para as fontes oficiais. Todas essas características revelam o tratamento dado à informação como uma mercadoria que deve ser vendida a todas as partes do mundo, da Austrália ao Brasil. O oligopólio dessa informação se dá devido aos elevados custos para enviar e manter jornalistas em outras partes do mundo, além da experiência que os profissionais das agências já adquiriram fazendo reportagens em lugares inóspitos e até mesmo em zonas de guerra “eles sabem melhor, como zonas de conflito e regiões em desenvolvimento do mundo, as agências de notícias frequentemente produzem notícias quentes que falta nos outros veículos” (PATERSON, 2006) (trad. livre)³⁸.

Nesse sentido, a internet se tornou o veículo ideal para transmitir informações devido a sua velocidade e também porque as próprias agências de notícias podem se estabelecer como portais, sem depender dos antigos intermediários. Para o autor essas agências nunca foram tão influentes como agora, e muito dessa importância deve ser creditada à internet.

Além da forte presença das agências de notícias internacionais no mercado local e global, outro fator importante para a pouca diversidade de informações na web é o fortalecimento de portais de busca como agregadores de notícias,

Os portais, agregadores e de busca, que são os principais fornecedores de notícias online, têm substancialmente incorporado o mesmo. Nos últimos cinco anos se transformaram em portais agregadores, em um esforço para tornar a aparente enorme quantidade de notícias na internet facilmente disponíveis para o seu público – mantendo seu público em seus sites (PATERSON, 2006) (trad. Livre).³⁹

³⁷ In effect, they seem less concerned with the image of providing original news coverage and more concerned with providing a large quantity of coverage.

³⁸ “they know best, like conflict zones and developing regions of the world, the news agencies frequently break stories other major media miss.” (Paterson, 2006).

³⁹ The portals, aggregators, and search engines which are the leading online news providers have substantially merged into the same thing. In the last five years portals have transformed into aggregators in an effort to make the apparently enormous amount of news on the internet easily available to their audience – while keeping their audience at their sites.

Os exemplos mais emblemáticos são os do Google News e o do Yahoo. O primeiro, em especial, se consolidou no meio se tornando o líder dos sites de buscas na atualidade. Com um site voltado precisamente para a seleção automática de notícias de acordo com algoritmos de computador, os quais se baseiam na relevância e qualidade da informação, o portal entrou de vez na briga entre aqueles que definem o agenda-setting na web. Outro ponto importante é a possibilidade, inclusive, de se obter notícias “personalizadas”. Os portais detêm todas as informações dos “clientes internautas” e filtram as notícias mais relevantes para determinado usuário de acordo com o assunto desejado. Quanto a isso, fica claro que a notícia se tornou uma mercadoria e chegar até um público seletivo é a função dos portais de busca. Além disso, outra questão polêmica que envolve o assunto é até que ponto é um limite sadio do mercado nos “guiar” ou “selecionar” de acordo com o nosso perfil, ou em outro extremo, estamos sendo vigiados e mesmo induzidos por um filtro de notícias que são consideradas ideais para nós?

Ainda assim, esses portais de busca reforçam o poderio das agências de notícias internacionais, já que amplificam o alcance da informação. Não sendo estes preparados com equipes de profissionais para produzir suas próprias notícias.

Dessa forma, o autor prossegue em seu argumento de que a internet não apenas não trouxe uma gama maior de fontes como concentrou o mercado nas mãos de algumas poucas empresas de notícias. “Em 2001 MediaMetrix relatou que os usuários de internet dos Estados Unidos gastam mais de 50% de seu tempo online em sites de propriedade de quatro empresas: AOL, Yahoo, Microsoft e Napster”⁴⁰ (PATERSON, 2006) (trad. Livre). Isso faz com que percebamos a relação do usuário com os portais de notícias da internet é semelhante à relação do público com os meios de comunicação tradicionais – televisão, rádio, jornais impressos, etc. O internauta estabelece seus sites favoritos e recorre a eles para obtenção de notícias, não explorando as diversas possibilidades do meio.

⁴⁰By 2001 MediaMetrix was reporting that US web users spend more than 50% of their time online with websites owned by four companies: AOL, Yahoo, Microsoft, and Napster (CNN, 2001;Solomon, 2001).

A pesquisa da Pew descobriu que 46% dos usuários de internet dos EUA vão a sites de empresas nacionais de notícias produzidas em televisão como por exemplo a CNN ou MSNBC, enquanto 39% vão para sites de "portais como Yahoo or Google (Horrigan, 2006 apud PATERSON, 2006) (trad. livre)⁴¹.

O mesmo fenômeno ocorre no Canadá e Reino Unido no período analisado. Paterson também ressalta o pouco debate sobre o duopólio da transmissão de informação – vindos das agências Reuters e AP – e suas consequências para a comunicação de maneira geral. Ainda, para o autor, durante os anos de 1960 e 1970 muito se discutia a respeito dos impactos que apenas cinco empresas de notícias que controlavam a produção de informação tinham para a pluralidade de vozes, mas que hoje – ainda que mais problemático, pois temos apenas duas – o debate tenha perdido força.

A conclusão que chegamos é que a ideia vendida de um grande fluxo de informações devido a milhares de *links* sobre todos e quaisquer assuntos se esbarram no controle de produção de grande parte dessas informações por poucas agências de notícias. As “muitas” informações saem da mesma fonte, reproduzindo a mesma ideia, apenas parafraseando a notícia.

A economia política das notícias online não é uma da diversidade, mas uma de concentração e do potencial democrático da mídia que continua a ser principalmente potencial. Este estudo procurou demonstrar que, apesar da avalanche de informações disponíveis online, as fontes de mídia antigas e conservadoras (com c minúsculo) permanecem como contadores* das notícias que circulam no mundo. Esses fornecedores estão comprovadamente ligados ao jornalismo, assim como ao poder estabelecido e a cultura promocional como isso pode ser (PATERSON, 2006) (trad. livre)⁴²

⁴¹ “A Pew survey found that 46% of US Internet users go to the website of a national TV news company such as CNN or MSNBC, while 39% go to “portal websites such as Yahoo or Google” (Horrigan, 2006).

⁴²The political economy of online news is not one of diversity but one of concentration, and the democratic potential of the medium remains mostly that – potential. This study has sought to demonstrate that despite the deluge of information available online, the most conservative (with a small c) old media sources remain the privileged tellers of most of the stories circulating about the world. Those providers are demonstrably wedded to journalism as tied to established power and promotional culture as it can be.

Pluralismo de vozes

Em meio a essa aparente avalanche de informações vindos da internet e debatidos principalmente no tópico anterior, se encontram as principais questões sobre os novos meios de comunicação e seu papel revolucionário. O primeiro deles, visto exaustivamente, se cerca sobre o fim democrático do veículo, permitindo, dessa forma, que todos os grupos debatam não apenas na arena política, mas também no plano ideológico com as mesmas condições materiais. O debate, entretanto, não se encerra nesse ponto. Vale, ainda, trazer uma nova discussão relacionada à capacidade técnica de produzir informações em que grupos excluídos historicamente no processo de comunicação não possuem.

Dessa forma, iremos trabalhar nesse tópico com o ideal de internet, enquanto espaço democrático para todos os grupos, destituído de seus interesses comerciais e ideológicos. Aqui, o meio é “apenas” a arena de discurso desses grupos. Assim, fica evidente que para um debate “justo” não diz respeito tão somente as condições para o local de fala, mas também o entendimento das técnicas de se fazer ouvir.

Essa questão fora levantada nos tópicos anteriores quando vimos brevemente alguns das correntes sobre o sistema de governo democrático, mais precisamente como crítica a democracia direta e seu modelo de deliberação. Young (2000) afirma que os grupos ou indivíduos que têm a melhor retórica se destacaram em detrimento do restante da coletividade.

Questão associada decorre do fato de que as formas usuais de argumentação tendem a privilegiar os interlocutores mais “articulados”, mais racionais, menos inibidos e melhor educados, marginalizando aqueles que se expressam de forma hesitante, pouco clara, emotiva, informal ou contestadora, ou, ainda, aqueles que assumem padrões de linguagem de grupos minoritários (YOUNG apud WINNER, 2012, p.75).

O mesmo ocorre com os produtores de informação, aqueles melhor preparados, ou seja, possuidores de técnicas de argumentação, têm maior chance de serem notados. Os dados referentes à pesquisa realizada pelo americano Chris Paterson também se somam a esse argumento. Isso porque

o Paterson afirma que o grande crescimento dos portais hegemônicos muito se deu pelo investimento tanto na quantidade de informação, como na maneira que ela se apresentava nos portais. Todo o entendimento e estudos com o intuito de compreender a mente humana é fundamental para captarmos o olhar do, no caso da web, internauta. E dessa forma, a competência para se ter voz e saber utilizá-la é imprescindível para ampliar a visibilidade do grupo.

Quando recortamos a temática para a internet, percebe-se a necessidade não apenas de possuir a técnica para a produção de notícias no veículo – que por suas características demandam uma nova estrutura da informação, ou seja, mais rápidas e menos extensas – como também requer o conhecimento do próprio meio. A internet, assim como os outros veículos de comunicação, possui técnica específica. Para a elaboração de um site, por exemplo, é necessário que o novo produtor de informações tenha o mínimo conhecimento de programação. Isso fora o domínio de design e estruturação de elementos gráficos na composição da página. O que transforma a ideia de ser produtor de informações e notícias em algo mais complexo. Para se obter destaque no meio é preciso se fazer ouvir e para isso é preciso se munir de técnicas de comunicação que muitas vezes esses grupos não possuem, dificultando ainda mais a inserção das minorias marginais no processo de deliberação política e social.

Fica claro que apenas estar no meio não assegura necessariamente o pluralismo de vozes. Os grupos precisam de conhecimentos técnicos e do próprio meio para construir um discurso que ganhe destaque na rede. O processo de inclusão digital também diz respeito a esse entendimento global da internet. Competir por visibilidade com meios tradicionais se torna uma tarefa árdua para esses grupos, isso porque esses grandes veículos já possuem conhecimentos sobre essas técnicas, corroborando para a pesquisa do americano Paterson (2006). A ideia que os americanos quando procuram notícias na internet acessam apenas 5 portais é, na verdade, uma tendência no mundo todo. No nosso país, os grandes portais de internet (tanto em visibilidade quanto em recursos) migraram em grande parte dos veículos tradicionais. Isso dificulta ainda mais a inserção de outros grupos, com discursos contra-hegemônicos, na rede. No próximo capítulo, analisaremos o

portal Índio Educa e sua tentativa de ganhar visibilidade e propagar seu discurso na web.

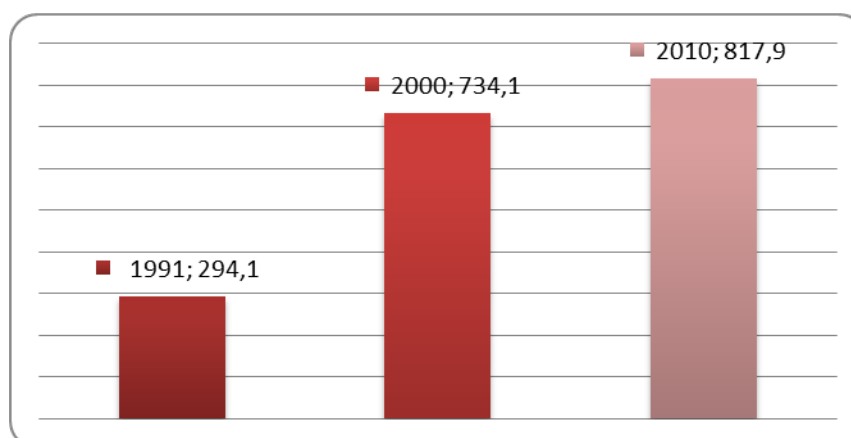
4. ÍNDIOS DE ONTEM E DE HOJE

A história do índio, suas lutas e conquistas são essenciais para entendermos os objetivos e desejos dos grupos indígenas na web. Esse capítulo se propõe a trazer uma visão geral da história do índio e alguns dados que nos servirão de cenário para entender melhor a presença e atividade indígena na internet.

Para fins didáticos iremos trabalhar com o termo “índios” mesmo sabendo que esse conceito se apresenta de forma incompleta, longe de abarcar a ideia de muitos e variados tipos de índios.

Eles eram os donos da terra e ao que parece, muitos. As estimativas de historiadores é que no século XVI eram entre 1 e 3 milhões, espalhados por todo território em que está situado atualmente o nosso país¹. Hoje, segundo o censo demográfico de 2010, são 896.917 mil índios divididos em 305 diferentes etnias e falando 274 línguas². Desse número, 817 mil se auto declararam indígenas quando perguntados sobre sua cor/raça, enquanto 78,9 mil disseram ser de outra cor, mas se consideravam índios, pois compartilhavam com o grupo costumes, cultura e tradições. O documento revela um crescimento de 205% da população indígena desde 1991, quando existiam apenas 294 mil índios no Brasil.

Figura 2 –Crescimento da população indígena nas últimas décadas



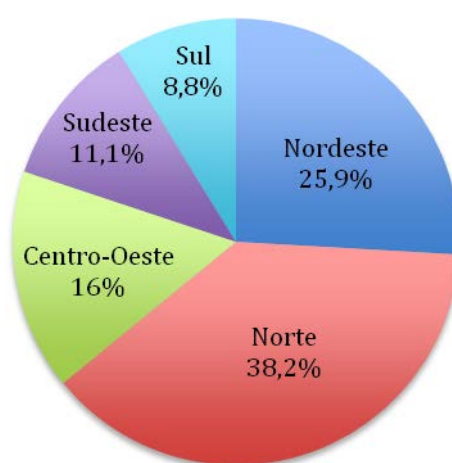
Fonte: Censo Populacional – IBGE, 2010

¹ MELATTI, 2007, p. 43-47

²Censo Populacional – IBGE, 2010. Disponível:
http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

Apesar do crescimento significativo apresentado pelo documento os diversos grupos indígenas representam apenas 0.47% da população brasileira, localizados em 505 terras oficialmente indígenas, equivalendo a 106,7 milhões de hectares (12,5% do território brasileiro). A região com o maior número de indígena a região norte, seguida da região nordeste.

Figura 3 –População indígena por região



Fonte: Censo Populacional – IBGE, 2010

Um outro dado alarmante que revela as consequências do processo colonizador na vida do índio são referentes a escolaridade e renda. O número de alfabetização entre os índios é de 76,7% (índios de 15 anos ou mais) e a média nacional é de 90,4%. E a porcentagem de índios sem renda é 52,9% sendo maior que o valor no restante do país, que é de 37%.

O estudo do professor Victor Leonardi, *Entre árvores e esquecimentos*, retoma a discussão sobre a história indígena desde o período colonial até a atualidade. História esta relegada durante muito tempo ao esquecimento.

Uma hipótese importante de Leonardi para explicar o descaso para com os povos e culturas ameríndias na historiografia brasileira diz respeito à inexistência de quadro teórico relevante sobre o problema. Este é o caso específico da ausência de categorias

explicativas sobre os indígenas na teoria de Marx. Defende Leonardi "...que foi por não terem encontrado estímulo teórico suficiente no marxismo que alguns historiadores brasileiros deixaram de lado esse tema, como se as questões que ele envolve fossem de interesse exclusivo da etnografia. É como se a industrialização e a modernidade tivessem feito desaparecer, do Brasil, o seu imenso sertão (DE SOUSA, 1998, p.168).

O interesse pelas terras indígenas para a plantação do açúcar fez com que o primeiro momento, até então sem conflitos de grandes proporções, do encontro entre os nativos e os colonizadores culminasse em um atrito que levaria à expulsão de grande parte das tribos indígenas da costa brasileira. A ideia, costumeiramente empregada nos livros de história, entre índios versus colonizadores é reducionista e fraca, já que existiam diversos e diferentes "índios". Uns que, de fato, lutavam contra os colonizadores, mas outros que se uniram a eles. A história nos revela uma série de facetas dessas tribos. Os conflitos internos, antes mesmo da chegada dos colonizadores em 1500, eram responsáveis por lutas e guerras entre os grupos. Isso somado as diferenças culturais e linguísticas, fortalecem a ideia já abordada por Leonardi (1996).

(...) as populações pré-colombianas são muito diferentes entre si, no aspecto físico, na língua, na cultura. Referir-se a seus membros como índios é uma atitude mental semelhante àquela que teria alguém que anulasse as particularidades culturais que distinguem, na Europa e na Ásia, os alemães dos suecos, os franceses dos turcos, os catalães dos coreanos, e assim por diante, chamando-os genericamente de euro-asiáticos só pelo fato de todos eles habitarem o mesmo continente. No entanto, na América, há quase quinhentos anos vem-se falando de índios para designar povos tão diferentes entre si como os Sioux e os Araucano. Os Nambikwara e os Mundurukú (p.279).

Apesar das notórias diferenças entre as etnias, o termo "índio" foi empregado a todos os nativos e até os dias de hoje, nos remete a imagem estereotipada que os colonizadores tinham do indígena. Melatti (2007) revela:

Entretanto, com este termo – índios – os conquistadores rotulavam as populações mais diversas, desde o norte até o sul do continente americano. Tais populações diferenciam uma das outras tanto no aspecto físico como nas suas tradições. Membros de sociedades tão distintas como os incas e os tupinambás, que falavam línguas completamente diferentes, que tinham costumes os mais diversos, sendo os primeiros construtores de estradas e de cidades, vivendo num império administrado por um corpo de burocratas e organizado em camadas sociais hierarquizadas, enquanto os segundos viviam em aldeias de casas de palha, numa sociedade sem camadas sociais, em que a maior unidade política era provavelmente a aldeia, eram tantos uns como os outros incluídos na mesma categoria: índios (p.31-32).

Ainda assim, a história trágica que resultou na extinção de tribos e de muitos indígenas foi a mesma para a maioria das tribos. Seja pela extinção física daqueles que se “rebelaram” contra a colonização, seja pela imposição cultural sofrida por aqueles que se renderam. Esse cenário de conflito perdurou em todos os momentos históricos do país. Expulsão dos índios de suas terras para o plantio da cana-de-açúcar no período colonial. No século XVIII, com a descoberta do ouro, foi a vez dos índios que habitavam as áreas que hoje são Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso serem expulsos. O extrativismo na Amazônia, a expansão pecuária no sertão nordestino etc. Em todos esses momentos os índios foram considerados empecilhos para a exploração econômica e foram, portanto, expulsos de suas terras. O resultado foi um verdadeiro etnocídio.

O anseio de ‘submeter’ o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano. [...] Para ele [o colono], ‘submeter’ os indígenas equivalia a reduzi-los ao mais completo e objeto estado de sujeição. Tomar-lhes as terras, fossem ‘aliados’ ou ‘inimigos’; convertê-los à escravidão, para dispor ad libitum de suas pessoas, de suas coisas e de suas mulheres (FERNANDES, 1989 apud UILIAN, ano, p.249).

Na visão do colonizador português os índios serviam para dois objetivos, segundo Leonardi (1996): mão-de-obra e expropriação de terras. Mesmo depois da formação do Estado brasileiro independente, os índios continuaram a ter seus direitos violados e eram praticamente invisíveis. Uma minoria sem direitos e sem voz.

Além das “perseguições dos fazendeiros”, os índios tiveram, durante séculos, as suas terras invadidas por latifundiários, posseiros, industriais, políticos... A esses invasores interessava, e ainda interessa, a negação da identidade étnica desses povos. Essa foi a situação vivida pelos povos indígenas no Nordeste do Brasil, dada a intensidade da investida sobre as suas terras e o seu modo de vida desde o período colonial. No Ceará, desde meados do século XIX, publicava-se oficialmente a não mais existência de índios no Estado. Os Tapeba foram os primeiros povos a se levantar contra essa “invisibilidade”. Atualmente, cerca de 15 povos exigem o reconhecimento de sua identidade étnica e o direito aos seus territórios (ALBURQUERQUE, 2012, p.6).

Foi somente nas últimas décadas que os direitos e garantias aos índios ganharam mais visibilidade. A CF/88 tem em seu corpo positivado, por exemplo, o art.231:

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-

lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (Constituição Federal, 1988).

É nesse cenário que grupos indígenas percebem a necessidade de se auto afirmarem e reivindicar direitos que durante séculos foram violados.

No caso dos índios, os direitos são reivindicados amparados na sua história e memória, que lhes respaldam a legitimidade e justiça das reivindicações, e também na perspectiva de um futuro em que o direito à cidadania seria assegurado a todos os sujeitos historicamente desprivilegiados e marginalizados, vítimas, ao longo dos séculos, de uma sociedade desigual, amparada no desequilíbrio da distribuição da riqueza. Se a Constituição de 1988 trouxe avanços para muitos setores sociais, ela é precisamente o resultado das expectativas e anseios coletivos que, num acúmulo, conseguiu furar barreiras de privilégios há muito intocadas (...) O que fica claro, a partir do próprio crescimento da organização indígena no Ceará, é que o processo de luta ao longo da década de 1980 e as conquistas da Constituição de 1988 foram decisivos para o surgimento e organização de várias etnias nas últimas décadas, que passaram a reivindicar e afirmar, interna e publicamente, a sua indianidade (ALBURQUERQUE, 2012, p.6).

Foram essas conquistas – ainda que pequenas diante da dívida histórica – que trouxeram à tona discussões sobre o grupo. O direito à terra, à voz, à visibilidade e à Comunicação entram no bojo das reivindicações indígenas e devem ser pautas ao alcance nacional e discutidas por todos. Deve-se repensar a imagem do índio não como um ser bárbaro e abobalhado, como exposto pela teoria do “mau selvagem” ou mesmo em seu oposto, “bom selvagem”, puro e encantador romantizado pela literatura do século XIX. Os dois extremos se revelam incompletos. Deve ser visto o índio como um grupo historicamente marginalizado que luta por seus direitos e garantias com o intuito de firmar sua voz e seus interesses.

Representação das minorias nos veículos de mídia tradicionais

Para tentar encontrar o local de fala dos grupos historicamente excluídos da produção de informação por meios tradicionais de mídia, se faz necessário entender o cenário existente durante séculos da construção do estereótipo desses grupos. Antes mesmos de analisar como as minorias estão utilizando os meios contra-hegemônicos para se posicionarem, em especial a internet, devemos fazer um retrato da abordagem da mídia tradicional quando se trata de questões indígenas. Isso porque compreendendo esse cenário, podemos entender melhor a importância da internet (enquanto veículo que pode exercer alternativas para os meios tradicionais) para o grupo.

Além disso, se faz relevante, também, a menção ao conceito de minorias e seu papel na construção de um discurso plural. E, nesse sentido, a defesa e a proteção de tais grupos deve ser encarada não apenas como um direito, mas também como uma garantia estatal para a sociedade como um todo. O dever de preservar as diversidades sociais através de leis constitucionais, infraconstitucionais e ainda, políticas públicas diz respeito à manutenção do histórico cultural, artístico e social para toda a coletividade.

Historicamente, percebe-se uma ligação estreita entre os conceitos de discriminação e minorias. Analisando, em especial, a história brasileira fica evidente as consequências do processo colonizador. A formação social e econômica do país teve como base a cultura escravagista, ora com a mão de obra indígena, ora negra. Ainda que esse modelo não se faça mais presente, para muitos estudiosos, ele tem como herança a formação de práticas discriminatórias até os dias atuais, sendo esses grupos marginalizados socialmente e economicamente.

Para o filósofo Norberto Bobbio (2002), o conceito de discriminação está ligado ao conceito de justiça, em que o Estado de Direito se fundamenta.

Num primeiro momento, a discriminação se funda num mero juízo de fato, isto é, na constatação da diversidade entre homem e homem, entre grupo e grupo. Num juízo de fato deste gênero, não

há nada reprovável: os homens são de fato diferentes entre si. Da constatação de que os homens são desiguais, ainda não decorre um juízo discriminante. O juízo discriminante necessita de um juízo ulterior, desta vez não mais de fato, mas de valor: ou seja, necessita que, dos dois grupos diversos, um seja considerado bom e o outro mau, ou que um seja considerado civilizado e o outro bárbaro, um superior (em dotes intelectuais, em virtudes morais etc.) e o outro inferior... Um juízo deste tipo introduz um critério de distinção não mais factual, mas valorativo (BOBBIO, 2002, p.108).

O preconceito, por sua vez, advém da dificuldade de atores sociais aceitarem a segmentação e a diferenciação de grupos, portanto é “conceito ou opinião formado antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos, ideia preconcebida; julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo” (ABREU *apud* SÉGUIN *apud* MORENO, 2010, p.145).

A discussão da temática ganha mais força à medida que novos processos de inclusão se fazem presente, mas durante séculos era um assunto pouco debatido. Essa perspectiva irá ser alterada somente após a Segunda Guerra Mundial, cujos resultados trágicos, do ponto de vista humano, serão responsáveis por questionamentos sociais relacionados à direitos humanos. Nesse primeiro momento do debate existe a visão preponderante de que os direitos das minorias estariam plenamente assegurados pelo enfoque individual e universal dos direitos humanos e por esse motivo, na década de 1950, pouco se debateu o tema; voltando a agenda internacional apenas em 1966, no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; e se consolidando somente em 1992 com a Declaração sobre Direito de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas.

De todo o contexto histórico de descolonização, que consagrou o princípio da não discriminação, foi somente a partir da inclusão do artigo 27 no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, de 1966, que novamente abordou-se acerca do tema minorias. Em 18 de dezembro de 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a

Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas .Apesar de seu caráter jurídico e não vinculativo, esta declaração é considerada o instrumento de abrangência global mais generoso em termos de “discriminação positiva”, vale dizer, a que mais confere direitos especiais às minorias (PIRES *apud* WUCHER, 2000: 03).

A importância da declaração não foi apenas a de positivar o repúdio a discriminação, mas também de ser considerada um marco inicial para as discussões relacionadas às minorias.

A sobredita declaração proíbe a discriminação com base na raça, no sexo, na língua e na religião. Porém, é omissa em relação à efetiva proteção das minorias. Assim, após o fim da estrutura bipolar do mundo, no âmbito da ONU, a Declaração de 1992 pode e deve ser considerada como o marco inicial dos novos debates sobre as minorias (MORENO, 2010, p.144).

Ainda assim, o conceito de minorias tem pouco consenso entre estudiosos da área, não permitindo que se tenha apenas uma definição. “Ou seja, os problemas de definição devem ser analisados na grande e considerável diversidade de minorias, bem como seus respectivos contextos em todo o mundo.” (MORENO, 2010, p.149). Percebe-se que a construção da definição a respeito de identidade muito se aproxima da ideia de pertencimento a determinado grupo.

O processo de construção de identidades é resultante destas complexas relações entre os diversos atores sociais num contínuo movimento de aproximações e distanciamentos decorrentes de sentimentos de semelhanças e diferenças entre os indivíduos, fazendo com que as pessoas se identifiquem e se reconheçam como integrantes ou não deste ou daquele grupo (DOS SANTOS, 2009, p. 6).

Como já abordado nesse trabalho, a comunicação tem um papel fundamental na ampliação da cidadania e na garantia do processo democrático, mas não apenas isso. A comunicação também tem o papel

decisivo no fortalecimento das identidades coletivas, como iremos ver nos tópicos seguintes. A análise da influência dos veículos de massa na construção das identidades nacionais, ou mesmo, de determinados grupos, se torna cada dia mais visceral.

Os sujeitos, ao serem representados na mídia, têm suas identidades construídas discursivamente, pois a representação é uma 'prática significante' e, conseqüentemente, "os meios de comunicação são agentes significantes", ou seja, através de seus discursos, "fazem as coisas [e as pessoas] significar" (HALL, 2000 apud DOS SANTOS, 2009, p.7).

Dentro do contexto de reconstrução sobre pertencimento à determinados grupos que vieram no bojo na globalização, os grandes veículos de comunicação são peças fundamentais para a compreensão desses fenômenos na atualidade. (MORENO, 2010, p.149):

A identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (HALL, 2000 apud DOS SANTOS, 2009, p.7).

Grupos que sempre se mantiveram à margem tanto do processo decisório político, quanto econômico, começam a perceber a necessidade de se auto-afirmar enquanto grupo e reivindicar direitos que outrora estavam muito distantes de suas realidades. O direito à Comunicação é um deles. O objetivo passa a ser não mais receber informações, mas também produzi-las. Construir seu próprio discurso, reivindicar seus pontos de vista, transparecer seus interesses não mais por meio de uma mídia enviesada, mas por conta própria. Como Scoralick afirma em seu artigo A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo, "A mídia, de uma forma geral, ajuda no sentido de formar mentalidades, construir valores e narrar a realidade à sua maneira, interferindo na construção das identidades" (2009, p.192).

A discussão se encaminha novamente para a função dos veículos de comunicação no auxílio da construção de um debate plural em que todos os grupos se vejam capazes de dialogarem nas mesmas condições. Na prática, entretanto, a função social da mídia se enfraquece quando os veículos são muito mais empresas de comunicação voltadas para a informação como mercadoria, do que propriamente para o serviço público.

A grande disparidade existente em alguns países faz com que a mídia perca seu caráter social e se transforme em palco para um discurso hegemônico proveniente de grupos com poderio econômico e político.

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade (SILVA, 2005, p. 91).

Isso pode ser nitidamente observado quando analisamos os veículos de comunicação tradicionais no país. A forte concentração da produção de informação, somado aos interesses políticos que permeiam os veículos, assim como o surgimento tardio da imprensa e o processo histórico ao qual nos submetemos são responsáveis pelo modelo atual de comunicação no país. No caso do Brasil, a televisão se tornou o veículo dominante no mercado de mídia, não apenas pelo seu amplo alcance, mas também por fazer girar grande parte do capital do setor. Para o trabalho vale ressaltar a construção do discurso hegemônico não pelas minorias, mas pelos veículos tradicionais, em especial pela televisão. E como tudo que se vê de fora, esse discurso se torna caricaturado e carregado de preconceito.

Ainda que o trabalho presente vise trazer a realidade dos índios e, nesse tópico, sua representação pelos veículos de televisão do país, vale ressaltar que os meios tradicionais – tanto o impresso como o próprio rádio – via de regra mantêm o mesmo discurso apresentado na televisão. Maria Goretti Leite Lima (2001) em sua dissertação de mestrado, analisando a construção do imaginário indígena na mídia impressa de Roraima por meio de charges e fotorreportagens, revela a ideia de um índio por vezes indefeso, como também postulador de seus direitos. Para o trabalho iremos trazer no

primeiro momento a visão do índio pela mídia tradicional, para depois, analisarmos a utilização pelo grupo da internet como modelo alternativo. Embora não possamos fazer uma análise cuidadosa e exaustiva da imagem do índio em todos os veículos de comunicação, como seria o adequado para o debate, iremos trabalhar com um deles. O veículo tradicional escolhido, portanto, foi a televisão devido não apenas ao seu alcance quantitativo, mas também pelo seu poder e pelo exercício – velado ou não – da violência simbólica, esta como “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofre-la.” (BOURDIEU, 1997, p.22).

É perceptível a construção durante séculos da imagem do índio por uma ótica externa ao grupo. A televisão como grande propulsora de informação das últimas décadas é mais um desses veículos que repassa para a coletividade um discurso munido de pré-julgamentos. O principal deles é relacionado a ideia do “primitivismo” indígena ou mesmo da debilidade da cultura do índio. Isso somado a ideia construída que existe apenas “um índio” caricatural, deixando de lado as mais variadas expressões e diferenças culturais que existem entre as muitas tribos.

A televisão reproduz uma imagem já difundida anteriormente pela literatura e por algumas correntes acadêmicas. O índio como protetor da natureza e até mesmo como vendido aos interesses econômicos. O pesquisador Otavio José Klein (2006) em sua dissertação de mestrado realizou uma análise sobre os indígenas *kaingáangs*³ no telejornalismo da RBS TV e ressalta:

O imaginário construído sobre os indígenas depende, fundamentalmente, do imaginário social, mas também dos interesses da emissora na disputa pela audiência e pelo mercado publicitário. A conjugação desses dois fatores conduz a que os agentes reforcem, por meio do material produzido sobre os

³Com a demarcação de suas terras em 1997, os *kaingáangs* se fixaram no interior do Rio Grande do Sul. Em 1945 eram apenas 660 (fonte: SPI). Esse número cresceu e hoje são mais de 6 mil *kaingangs* (fonte: www.portalkaingang.org)

indígenas, os diversos imaginários que aparecem nesse nível temático.

Em relação à protagonização no telejornalismo, concluímos que os principais protagonistas são os agentes midiáticos e que os sujeitos que protagonizam os acontecimentos encontram pouca possibilidade de protagonização na cena midiática. O tempo de fala e o tempo de imagem demonstram o controle do processo de produção pela instituição midiática. Diante disso, a possibilidade que os indígenas têm de protagonizar na mídia por meio da fala é muito pequena, porém nas reportagens temáticas do Dia do Índio, nas do gênero discursivo agonal e nas imagens de um modo geral aumenta consideravelmente o seu protagonismo midiático (KLEIN, 2006, p.251).

Fica nítida a predominância do discurso do ponto de vista do agente de mídia e não do retratado, neste caso o índio. Dessa forma fica evidenciada também a preferência por propagar um discurso sobre os índios, do que um propriamente feito pelos índios.

5. ANÁLISE E DESCRIÇÃO DO PORTAL ÍNDIO EDUCA

Internet e pertencimento

As mudanças estruturais que estamos vivenciando nas últimas décadas têm como pilar a revolução tecnológica. Como visto nos tópicos anteriores, essa mudança é baseada fundamentalmente nas possibilidades trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs), em especial a internet, já que seu uso possibilitou a construção de um novo tipo de organização social baseada em redes. Os resultados desse novo modelo globalizado são perceptíveis em todos os campos, seja na economia, na política, ou mesmo na organização social. Não importa qual região do planeta, a globalização se impõe a todos e vende a ideia de compartilhamento de uma cultura global, interligada pelas redes da web, em que as fronteiras geográficas são transpostas.

Assim, passa-se a viver uma realidade diferente, na qual as barreiras espaciais, temporais e geográficas já não são tão significativas, quando as redes globais de intercâmbios conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países sob os efeitos globalizantes provenientes da pós-modernidade e/ou modernidade tardia (HALL, 2001) ou alta modernidade (GIDDENS, 2002 apud CORRÊA, 2004, p.2).

Diferente dos outros tópicos, nossa discussão aqui se voltará para as mudanças relacionadas à sociabilidade dos indivíduos/internautas e não mais para a tecnologia em si. Nos voltaremos para os impactos que as TICs em relação ao indivíduo e sua ideia de pertencimento. Para nós, é importante não apenas trazer a ideia do potencial que a internet tem em ampliar vozes, transformar os antigos receptores em produtores de conteúdo, mas também de pensá-la enquanto uma rede que une e constrói laços, identidades. "No campo cultural, o impacto tecnológico refletiu na constituição de uma nova cultura, a *cibercultura*, e de uma nova forma de estabelecimento de relações sociais por meio da rede, a sociabilidade" (CASTELLS, 1999, apud CORRÊA,

2004, p.2). Dessa forma, a compreensão do modelo de produção adotado em escala global somada ao entendimento a respeito dos conflitos sociais decorrentes desse sistema nos dão um bom retrato de como a internet e a construção das comunidades virtuais são relevantes para o contexto social atual.

(...) a cultura contemporânea passa a ser caracterizada pelo uso crescente de tecnologias digitais, cria-se uma nova relação entre a técnica e a vida social e, ao mesmo tempo, proporciona o surgimento de novas formas de agregação social de maneira espontânea no ambiente virtual, com práticas culturais específicas que constitui a chamada cibercultura (CORRÊA, 2004, p.5).

Fazer parte de uma comunidade e compartilhar interesses em comum com um grupo sempre foram importante para o bem-estar dos indivíduos desde os primórdios da humanidade. O conceito de “pertencimento” tem duas vertentes. Uma relacionada a questões étnicas, sociais e culturais, também chamado de “enraizamento”, em um prisma local, no tocante a se sentir parte de algum grupo. E a outra, voltada para a inserção do indivíduo na coletividade, em uma perspectiva mais global, abrangendo a própria ideia de se sentir humano (LESTINGE, 2004, p.40).

A busca em torno da aquisição de novas identidades é necessária para o indivíduo poder delimitar seu lugar no mundo e se fazer reconhecer como diferente entre tantos outros. A possibilidade de ser reconhecido por meio de uma ou várias identidades transforma-se na fonte básica de significação social num cenário de ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições e enfraquecimento de importantes movimentos sociais, que se delinea ao longo da modernidade (CORRÊA, 2004, p.2).

Quando falamos sobre as mudanças trazidas por esse novo tipo de organização social, não estamos apontando uma mudança na necessidade de pertencimento do indivíduo, mas sim, uma nova maneira de estabelecer esses laços.

Diante desse cenário, o indivíduo desprovido de referências tradicionais sai à procura de pessoas com as quais possa compartilhar interesses em comum, ação que se repete, uma vez que é da natureza humana se relacionar socialmente. Nos últimos tempos, porém, tal prática parece ter sido intensificada com a presença das redes mundiais de computadores, que aproximam os

indivíduos e possibilitam o surgimento de novas formas de relações sociais, entre as quais destacam-se as comunidades virtuais, espécie de agrupamentos humanos constituídos no ciberespaço ou no ambiente virtual (RHEINGOLD, 1998, apud CORRÊA, 2004, p.2).

Essas novas formas de criação de vínculos são o ponto central do nosso debate, isso porque as comunidades que outrora mantinham seus laços somente no espaço "offline", hoje estão migrando também para o ambiente virtual, como no caso do portal em análise. Isso não quer dizer que uma forma supra a outra. O ambiente virtual se tornou, na verdade, outra maneira para criação de vínculos. A diferença reside principalmente nas novas ferramentas possibilitadas pelo meio. Uma delas é o amplo alcance que a propagação de conteúdo pode tomar.

Internet constituiu um espaço de comunicação conforme a contemporaneidade, marcada pela instantaneidade, pela desterritorialização e pela mobilidade – atributos de um tempo que pode ser considerado como “líquido/moderno”, segundo afirma Bauman (2001). Nesse ambiente em que se experimenta, fortemente, a compressão de um espaço-tempo que permite “viajar”, instantaneamente, para uma miríade de lugares e encontrar diferentes pessoas, conectadas em variadas partes do mundo. Robertson (2000), entre vários outros, argumenta que a articulação de redes de informação produz a supressão das distâncias geográficas e torna os fluxos de comunicação simultâneos e interconectados. Nesse mesmo sentido, ao explicar como a instantaneidade da comunicação proporcionada pelas redes virtuais vincula-se ao mundo globalizado e desterritorializado da atualidade (BONIN, 2012, p.137).

E nesse sentido, a internet amplia a visibilidade desses grupos, possibilitando a interação com usuários geograficamente distantes, mas que mantêm vínculos de pertencimento semelhantes, assim como de outros grupos sociais, aumentando ainda mais a cadeia interativa gerada pelo meio.

Isso amplia o conceito de "comunidade", o que antes era "costumeiramente usado para descrever um conjunto de pessoas em uma determinada área geográfica" (PRIMO, 1997). Segundo Palacios (1998) apud Sampaio-Ralha (2000, p.2) os elementos para essa identificação devem ser ampliados. Para o autor, outros devem ser considerados, tais como "o sentimento de pertencimento, (...) a permanência, a ligação entre o

sentimento de comunidade, caráter corporativo e emergência de um projeto comum, e a existência de formas próprias de comunicação".

Dessa forma, o conceito de "comunidade virtual" ganha legitimidade, isso porque abarca em si todos os elementos que constitui uma comunidade dita "real". A única diferença é que o local agora é o *ciberespaço*.⁴

E sobre o dilema realidade virtual X real, Lemos aponta que o ciberespaço não é desconectado da realidade. Pelo contrário, trata-se de um espaço intermediário que faz parte da cultura contemporânea. No ciberespaço todos são atores, autores e agentes de interação (PRIMO, 1997, p.3).

Antes de nos atermos a análise do portal Índio Educa, devemos trazer à discussão a organização do ambiente virtual, para que tenhamos um retrato nítido de como se estruturam os portais virtuais e seus modelos de interação. Segundo Oldenburg (apud CORRÊA, 2004), existem três tipos de lugares essenciais para a fomentação e manutenção de comunidades: o trabalho, a casa e os "*third places*" (terceiros lugares). Nesse último colocaremos os espaços de intensa interação social como bares, praças, igrejas, etc. Com as mudanças impostas pelo estilo de vida moderno "e a intensificação de problemas sociais como violência provocam mudanças de hábitos nas pessoas, que passam a evitar sair às ruas, diminuindo o contato social físico"(CORRÊA, 2004), os "terceiros lugares" tendem a se modificarem. É nesse contexto que as comunidades virtuais ganham terreno, impulsionadas pelas mudanças de hábito decorrentes da vida moderna. Isso não quer dizer que só nessas circunstâncias essas comunidades existiriam, ou mesmo, que não exista mais o interesse pelo contato social físico. Mas, percebe-se aqui a possibilidade da criação de vínculos que não necessariamente são estabelecidos pelos laços tradicionais, físicos.

Como consequência dessa situação, ganha impulso a constituição de comunidades virtuais, cuja principal peculiaridade é o fato de surgir de forma espontânea, quando se estabelecem agrupamentos sociais com base em afinidades. O indivíduo não é obrigado a

⁴Por *ciberespaço* entende-se o lugar onde se está ao entrar em um ambiente virtual, e como o conjunto de redes de computadores, interligados ou não, ao redor do globo (Lemos, 1996 apud PRIMO, 1997). Vale ressaltar que o ambiente virtual não é oposto e nem se propõe a rivalizar com o ambiente offline.

integrar determinada comunidade, a motivação é individual, é eletiva, subjetiva. Essa possibilidade de optar por traços de identificação é o que a diferencia do modelo tradicional de atribuição de identidades culturais, como o caso da identidade nacional, em que todo um povo era obrigado a aderir a determinados símbolos nacionais, como hino e bandeira, e a manter vínculos a lugares, datas comemorativas, histórias e a tradições específicas, por exemplo (CORRÊA, 2004, p. 7).

Pessoas de diferentes partes do planeta podem constituir uma comunidade por partilhar interesses em comum. O ambiente virtual, dessa forma, constitui um "terceiro lugar", onde os internautas podem discutir, compartilhar, divergir sobre temas, assim como um café ou um bar. A diferença reside na não necessidade do contato físico, de não ser limitado por um espaço geográfico. Em meio a essa gama de possibilidades, os internautas podem possuir diversas facetas no meio. Por vezes são indivíduos pertencentes a uma comunidade, outras vezes, meros consumidores, podendo ainda utilizar a web para pesquisa, debate, interação etc.

Os "terceiros lugares" da web, portanto, se materializam na forma de portais. Esses reúnem em si os serviços disponíveis na web. "Os portais são, nesse sentido, um dos serviços mais complexos do WWW, já que os outros, como os *sites*, os *blogs*, *fotoblogs*, *sites* de relacionamento, *sites* de buscas têm menos oferta de recursos do que eles" (SOUZA, 2009, p.205), podendo ser: de conteúdo, de negócios, cooperativo, privado, público, temático etc. São nesses portais que a ideia de "comunidade virtual" toma forma.

Um aspecto a ser considerado, nesta discussão, é a visibilidade que a internet pode conferir a certos grupos sociais, a certas identidades e a certas práticas, seja por acelerar a circulação de informações, de imagens, de postagens, de depoimentos, de vídeos, seja pela utilização de recursos hipermediáticos e hipertextuais. Inseridos na rede, sujeitos e culturas indígenas que antes pareciam distantes adquirem visibilidade, na medida em que se apresentam em distintas fotografias e filmagens, em cenários variados, por meio de narrativas também bastante diferentes (BONIN, 2003, p.137).

A internet, de fato, ampliou a visibilidade dos mais diferentes grupos. Permitindo, dessa forma, que novos indivíduos se sintam parte desses

grupos. Isso faz com que o meio, além de se tornar um ambiente propício para reivindicações e protestos, mas também um espaço para esses grupos se auto afirmarem, expondo na rede suas culturas, tradições, histórias.

(...) a Internet é o meio de comunicação que pode gerar de maneira mais efetiva essa sensação de „pertencer “e criar comunidades, ainda que outros, como o telefone, façam isso de uma maneira menos eficiente e ampla. Além disso, é o único meio que permite uma postura do usuário para além de uma recepção passiva. Ao contrário, para utilizar a Internet, desde o primeiro contato com ela, como escolher o que se quer saber ou que sítios *webs* que se deseja visitar, é necessário atuar. Ou seja, é preciso mais do que simplesmente se sentar, esperar e ver o que se apresenta no écran à nossa frente (SOUSA, 2005, p. 210).

Este meio se tornou indiscutivelmente uma ferramenta mais próxima desses grupos, mas isso não quer dizer necessariamente que a utilizem e a esgotem suas ferramentas de maneira a ter a visibilidade de outros atores sociais. Nos próximos tópicos traremos a discussão à respeito da dificuldade que esses grupos enfrentam na web e de que maneira eles estão presente e utilizam a rede.

Processo metodológico

Antes mesmos de nos atermos as discussões relacionadas a análise do portal Índio Educa é válido expor o desenvolvimento metodológico que embasaram o estudo.

Em primeiro lugar, é de suma importância destacar o cenário em que se encontram os portais indígenas. Mesmo que saibamos a dificuldade de se listar todos, fomos a internet com o intuito de visitá-los. O site <http://sitesindigenas.blogspot.com.br/> muito nos ajudou nesse sentido. Isso porque já trazia uma lista de páginas produzidas por indígenas na rede, além de sites relacionados com a temática. E como a própria página inicial sugere:

A proposta é reunir em um só lugar a diversidade de sites com esta temática facilitando a pesquisa e proporcionando o conhecimento e o fortalecimento deste meio de expressão das comunidades

indígenas e tudo o que se refere ao tema (Site: <http://sitesindigenas.blogspot.com.br/>).

A lista com 83 sites nos introduziu a rede indígena construída na internet. Entretanto, esse número precisava ser atualizado com a presença de novos sites na rede, refletindo a velocidade do meio. Chegamos, por fim, a 88 páginas feitas por indígenas. Vale frisar que para o estudo realizado, exploramos os portais, blogues ou sites que podem ser encontrados por buscadores, destacando a possibilidade de esse número ser maior.

Segundo Eliete da Silva Pereira (2007), o primeiro portal indígena é datado de 2001, entretanto, vale ressaltar a presença do portal Thydêmá na web desde 2000, mas oficialmente regularizado somente a partir de 2002. De lá para cá surgiram outros em um ritmo crescente, mas também nota-se uma velocidade rápida de suas extinções, revelando uma efemeridade desses sites. Em 2007, eram 37.

Para a análise, consideramos todas as modalidades de sites, construídas por sujeitos e/ou grupos, assim, auto-identificados indígenas. Essa presença indígena na rede é marcada por uma inconstância, pois existem sites que são publicados e posteriormente, abandonados, ou retirados do ar. No decorrer dos últimos quatro anos, chegamos a mapear de 27 a 39 sites, numa verificação em 24 de setembro desde ano, havia senão 37. (PEREIRA, 2007, p.5)

Hoje, são 88 sites, sendo que 13 não estão em funcionamento, mas que mantêm seus domínios⁵ na internet. A maioria deles são blogues pessoais de indígenas com pouco domínio sobre as técnicas para a elaboração de site na internet. Os blogues, em sua maioria, são hospedados em portais especializados na manutenção dos mesmos (wordpress, blogger, etc). Esses grandes portais facilitam a entrada de novos usuários produtores de conteúdo em blog, já que esses não precisam de ter conhecimento de programação para a construção. Se por um lado isso permite a inserção de mais pessoas como produtores de conteúdo, por outro, esses ficam iguais a

⁵O domínio de um site na internet é a sua identificação na rede. Para localizarmos um site digitamos seu domínio no navegador. No caso estudado, os sites permaneciam com seus endereços na internet, mas sem produzir conteúdo.

muitos outros na questão da aparência, já que existe opções limitadas de *layout*. Isso dificulta e muito quando o assunto é visibilidade. Milhares de blogues com a mesma cara em um universo de tantos outros. O mesmo cenário ocorre com a maioria dos sites. O design simples somado ao pouco domínio de técnicas de hierarquização das informações resulta em uma explosão de cores, figuras e textos que muitas vezes são confusas e pouco atrativas para o receptor.

Para o trabalho, as categorias de análise foram:

- 1- Interatividade
- 2- *Layout*
- 3- Produção de conteúdo
- 4- Usabilidade

A primeira, interatividade, será medida em relação ao número de comentários, “curtidas” e outros mecanismos que o portal tem para manter contato com os internautas. O *layout*, por sua vez, diz respeito ao *design* empregado no site, ou seja, a disposição de imagens e textos com o intuito de transformar essa composição em uma página harmoniosa. A categoria produção de conteúdo faz um retrato das matérias já produzidas e o intervalo de tempo que o site leva para se abastecer com novas matérias. E, por fim, a usabilidade enquanto “extensão na qual os objetivos são alcançados com eficácia, eficiência e satisfação” (VILELLA, 2003, p.48). Essa categoria faz um balanço do site, já diz respeito à organização e acessibilidade aos *links* do portal.

Portal Índio Educa

O portal Índio Educa é uma exceção no cenário virtual indígena. Definido como um projeto pelos organizadores, o portal é assim colocado no site do grupo Thydêmá:

Projeto fruto da parceria entre Thydêwá, **BrazilFoundation** e Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, que veio

atender ao Plano de Ação Conjunto Brasil – Estados Unidos para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER). O grupo conta também com a parceria do Pontão de Cultura Viva: Esperança da Terra, parceria entre a ONG Thydêwá e o Ministério da Cultura.(...)Índio Educa nasceu em setembro de 2011 com o compromisso de levar até você a verdadeira história e cultura dos povos indígenas através das mais variadas formas, especialmente via internet (Site <http://www.thydewa.org>).

A ONG formada por nove indígenas e um não indígena como sócios efetivos nasceu em 2002 e hoje, já conta com 10 projetos (Cantando as culturas indígenas, oca digital, índios na visão dos índios, R.I.S.A.D.A, índio educa, esperança da terra, arco digital, celulares indígenas, índios online, índio quer respeito e paz) e o apoio à produção de sites como índio online.net e o próprio portal Índio Educa. Ambas as páginas são referências no meio virtual indígena. O primeiro coleciona diversos prêmios pela iniciativa de construir um portal que una as comunidades indígenas e que possam, dessa forma, fortalecer suas culturas, trocar experiências e fazer suas reivindicações. O segundo, objeto de análise do trabalho, nasceu em 2011, mas a ideia de sua criação é datada de 2008, quando a lei 11.645 fez a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena obrigatória nos currículos das escolas brasileiras. A proposta do portal Índio Educa é oferecer a professores e estudantes uma releitura dos eventos históricos pela ótica do índio. O site conta com mais de 200 artigos feitos por 10 diferentes etnias. Além disso, o portal permite que professores modifiquem o material, isso porque o site é em formato de recursos educacional aberto.⁶

Analisando o portal propriamente, percebe-se que apesar de cores fortes na página inicial, é notável uma melhor organização das informações oferecidas no site, quando comparados com os outros portais indígenas. O destaque é, visivelmente, o *menu*. Colorido e com um desenho referente a cada uma das doze opções de páginas internas (ser índio, história, cultura, atualidade, fotos, vídeos, biblioca, multimídias, quem somos, ajudando o professor, mitos e verdades e fale conosco), o *menu* ocupa quase a totalidade da página inicial. A imagem de fundo estática, além de forte, também dificulta a leitura do texto que está na cor branca. Quando

⁶Segundo a matéria realizada no portal <http://www.emdialogo.uff.br>, o site tem a licença *Creative Commons*, o que garante a modificação do material por professores e estudantes.

abaixamos a barra de rolagem estão presentes elementos relacionados a matérias produzidas no próprio portal e as mais comentadas. Em seguida, retoma-se o *menu* e depois, os parceiros do portal.

Nota-se claramente que a página inicial é típica de um site estático, ou seja, de uma página cuja intenção é estar presente na rede, não necessariamente focada na interação com os usuários. Isso não quer dizer que não ocorra. O diálogo se dará, mais visivelmente, em páginas específicas do site, como por exemplo, Fale Conosco e Ajudando o professor. A interação presente na página inicial se resume ao destaque das matérias mais comentadas nos últimos sete dias.

Figura 4–Página Inicial do portal Índio Educa



Fonte: <http://www.indioeduca.org/>

Páginas internas:

Ser índio, história, cultura, atualidade, fotos, vídeos, biblioca, multimídias, mitos e verdades.

Essas páginas se assemelham em suas estruturas. Introduzida com um texto explicando a página, em seguida de matérias internas relacionadas ao tema. No caso da página “Ser índio” o texto introdutório explica a temática da página e o que as matérias trataram.

No imaginário de muita gente o índio é aquele indivíduo que mora na floresta, vive apenas da caça, da pesca e algum tipo de coleta. Mas será mesmo essa a realidade indígena brasileira? No Brasil, somos hoje em torno de 305 etnias indígenas, falantes de 274 línguas indígenas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (censo 2012) a população indígena é estimada em 896.900 mil indivíduos, o que corresponde a 0,4% da população brasileira. No passado éramos muito mais. De acordo com o Professor Aryon Rodrigues em um artigo denominado “Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”, publicado em 1993, éramos em torno de 5 milhões falantes de cerca de 1.200 línguas distintas.

E as matérias têm o intuito de cumprir o objetivo de auxiliar professores e estudantes. Dessa forma, elas são voltadas para a desmistificação de estereótipos. Exemplos de matérias são: A crença da ferrada de formiga, Índio: Do estereótipo ao preconceito, Dia do índio: comemorar ou se indignar?

Nas laterais da página o destaque volta a ser o *menu* e os posts e matérias mais comentadas e as mais visualizadas. Tendo destaque as matérias (visualizadas nos últimos 30 dias): Pinturas corporais indígenas (5.552 visualizações), Artesanatos indígenas (3.462 visualizações) e O que é ser índio hoje? (1.711 visualizações). E as mais comentadas (nos últimos 30 dias): Fale com o índio! (12 comentários), Pinturas corporais indígenas (4 comentários), Estamos aqui! (3 comentários). Esses dados são referentes a análise do portal realizada até o dia 22/11/2013.

Na parte final da página, encontramos medidores de "curtidas" em redes sociais (no caso, facebook e google+) e comentários da página. Esses

dois instrumentos possibilitam um maior grau de interação com os internautas que acessam o portal. A página Ser Índio tem 262 “curtidas” no *facebook* e 52 comentários, sendo destaque entre as demais, pela interação entre o site e o público.

Figura 5–Página "Ser Índio" do portal Índio Educa

ÍNDIO EDUCA Ser Índio

O que é ser índio Hoje?
 Publicado em: 10/10/2011 | Categoria: Ser Índio
 Por: Alex Matheus

No imaginário de muita gente o índio é aquele indivíduo que mora na floresta, vive apenas da caça, da pesca, e algum tipo de coleta. Mas será mesmo essa a realidade indígena brasileira?

No Brasil, somos hoje em torno de 305 etnias indígenas, falantes de 274 línguas indígenas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (censo 2012) a população indígena é estimada em 896.900 mil indivíduos o que corresponde a 0,4% da população brasileira. No passado éramos muito mais. De acordo com o Professor Aryo Rodrigues em um artigo denominado "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas", publicado em 1993, éramos em torno de 5 milhoes falantes de cerca de 1.200 línguas distintas.

No tags for this post.

Matérias recentes publicadas em: Ser Índio

CRENÇA DA FERRADA DE FORMIGA...	DIA DO ÍNDIO: SE COMEMORA OU SE INDIGNA?...	POEMA: A vida do índio...	VALORES E CONHECIMENTOS CULTURAIS DE ARMAS TR...
CANSEI DE SER CIVILIZADO! AGORA VOU SER SELVA...	O ÍNDIO DESCOBRIU PRIMEIRO...	A Visão Indígena Brasileira pelo olhar Tenete...	A DIFERENÇA NA IGUALDADE...
O ÍNDIO E A LUTA NA POLITICA PARTIDÁRIA...	Estou na cidade e Continuo sendo Índio...	O Índio e a Universidade...	De professor à cacique...

lista das matérias mais comentadas e abaixo a lista das matérias mais visualizadas

Fale com o Índio!	12
PINTURAS CORPORAIS INDÍGENAS	4
Estamos aqui!	3
O que é ser índio Hoje?	2
"Minha vó era bugre!"	1

Posts + vistos nos últimos 30 dias

PINTURAS CORPORAIS INDÍGENAS	5,652 views
ARTESANATOS INDÍGENAS	3,509 views
O que é ser índio Hoje?	1,718 views
Índio anda nu?	1,518 views
Fale com o Índio!	1,137 views

Tag cloud
 Kisedjé Índio educa história Kayapó Xambioá Kaiowá passeata contra violência Bertioqa tradição Povo Karitiana Mamaindê jenipapo Índio como gente cultura Guarani arte pintura comunidades indígenas Dourados

Categorias
 Cultura Mitos e Verdades Ajudando o Professor História Fotos capa Atualidade Multimídia Bibloca Ser Índio Vídeos Fale com o Índio

Clique aqui para ver todas as matérias em Ser Índio

Curtir Enviar Você, Índio Educa e outras 260 pessoas curtiram isso.

52 Comentários

Alessandro Swinerd - Parabênizo a todos envolvidos neste Projeto – Índios universitários, ONGs e o governo federal, por outorgar ao povo brasileiro a oportunidade de conhecer a cultura indígena de forma mais profunda.
 11, outubro 2011, 6:52pm - Responder →

Micheli - Olá alessandro. Agradeço sua colaboração e comentário. Se sinta a vontade em navegar no portal. Estamos aqui para ajudar, e te-lo como colaborador é muito bom. Vamos nos comunicando...

medidor de "curtidas"

Fonte: <http://www.indioeduca.org/?p=408>

2 - Quem somos

A estrutura se modifica um pouco nessa página. Sendo destacados os mantenedores e colaboradores do site.

O grupo conta com o apoio da ONG THYDÊWÁ, selecionada por um edital fruto da parceria entre **BrazilFoundation** e Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, que veio atender ao Plano de Ação Conjunto Brasil – Estados Unidos para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER). O grupo conta também com a parceria do Pontão de Cultura Viva: Esperança da Terra, parceria entre a ONG Thydêwá e o Ministério da Cultura.

Figura 6–Página “Quem somos” do portal Índio Educa

ÍNDIO EDUCA Quem Somos

Quem somos?
Publicado em: 01/10/2011
Por: admin
Categoria: Quem Somos

Quem Somos Nós
É um prazer receber você em nosso portal. Nós somos o grupo "Índio Educa".

O grupo conta com o apoio da ONG THYDÊWÁ, selecionada por um edital fruto da parceria entre BrazilFoundation e Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, que veio atender ao Plano de Ação Conjunto Brasil – Estados Unidos para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER). O grupo conta também com a parceria do Pontão de Cultura Viva: Esperança da Terra, parceria entre a ONG Thydêwá e o Ministério da Cultura.

Índio Educa nasceu em setembro de 2011 com o compromisso de levar até você a verdadeira história e cultura dos povos indígenas através das mais variadas formas, especialmente via internet.

Já contamos com vários colaboradores e queremos ainda contar com você, indígena ou não, com certeza você tem uma forma de colaborar com esta iniciativa.

Conheça-nos! Entre em contato! Participe!
Contato: indio-educa@googlegroups.com
facebook: <https://www.facebook.com/indio.educa>

Gestores da Rede Índio Educa:

Sou Alex Makut, nasci e cresci na Comunidade São Jorge, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Hoje tenho 21 anos e estou morando na cidade, pois estou cursando o ensino superior em História na Universidade Federal de Roraima.

Amaré Gonçalves Brito 24 anos, indígena da etnia Kraoh-Kanela da Aldeia Lanranzi em Lagoa da Confusão – TO, acadêmico de Direito na Universidade Federal do Tocantins.

Martha Cândido Marcos : Olá amig@! Sou Martha Cândido Marcos, sou indígena Terena, da região de Aquidauana no estado do Mato Grosso do Sul. Estou estudando Geografia, em Dourados. Quero estar contribuindo no portal Índio Educa, como falar essa língua tão diversa em sala de aula. E estar aprendendo com vocês. Espero que gostem da Rede, de nós, e possamos estar dialogando cada vez mais sobre esse tema tão importante, que é os Povos Indígenas!

Katu arari! Ene kzeem! Sou Renata, 22 anos, os parentes me chamam de Aracy, sou natural de Niterói, Tupinambá do Rio de Janeiro. Cresci na cidade e mesmo com o fim das aldeias do meu povo no estado, minha avó nunca deixou de contar nossa história e praticar nossa cultura. Hoje espero contribuir compartilhando e também aprendendo com vocês. Sou estudante de Comunicação Social "Jornalismo". É importante para todos nós indígenas, que vocês conheçam nossa verdadeira história, essa não está nos livros mas é escrita em nosso dia a dia e contada por nossos parentes de geração a geração, seja vivendo na aldeia ou na cidade.

Sou Yolly Sabrina Taupiang, 25 anos, nasci na comunidade Araçá, e por facilidade de acesso a estrada para a capital, minha família mudou para a comunidade Mangueira Terra Indígena Araçá do Estado de Roraima. Sou acadêmica de Gestão Territorial Indígena na UFRR. Como uma das gestoras deste site pretendo dar o melhor na ajuda da construção de um país melhor para todos.

Me chamo Micheli Alves Machado com o nome indígena Kufia Mboiy Poty, sou da etnia Kaiowá da Aldeia Bororó da cidade de Dourados-MS e tenho 25 anos. Sou acadêmica do 6º e último semestre do curso de Pedagogia. Além de educadora meu papel é buscar um novo futuro para os jovens e crianças indígenas, e através dos poucos anões que ainda existe entre nós manter nossa cultura, crenças e língua materna. Sei que tenho um grande compromisso com meu povo e minha comunidade, pois tenho em mim a vontade de lutar por dias melhores, sem violência e discriminação, lutar por uma terra sem males.

Posts + comentários dos últimos 30 dias

Fale com o Índio!	12
PINTURAS CORPORAIS INDÍGENAS	4
Estamos aqui!	3
O que é ser índio Hoje?	2
"Minha vô era bugre!"	1

Posts + vistos nos últimos 30 dias

PINTURAS CORPORAIS INDÍGENAS	5,652 views
ARTESANATOS INDÍGENAS	3,512 views
O que é ser índio Hoje?	1,720 views
Índio anda nu?	1,522 views
Fale com o Índio!	1,136 views

Tag cloud
arte Kayapó Kaiowá Guarani
história passeata Índio como gente tradição pintura contra violência Kiaedjé Mamaindê Bertoga
cultura Povo Karitiana Dourados comunidades indígenas jenipapo Xambioá Índio Educa

Categorias
Biblioteca Multimídia Ajudando o Professor Fale com o Índio Fotos Cultura Ser Índio capa Vídeos História Mitos e Verdades Atualidade

Fonte: <http://www.indioeduca.org/?p=69>

3 - Ajudando o professor

Essa página é fundamental no site. Isso porque ela é objeto central do projeto, cuja proposta é auxiliar o professor. A estrutura se assemelha com as das páginas internas, mas há um convite para a interação entre o site e os professores. "Nesse espaço você pode deixar suas dúvidas, e responderemos e publicaremos em forma de matéria para ajudarmos outros professores e pesquisadores."

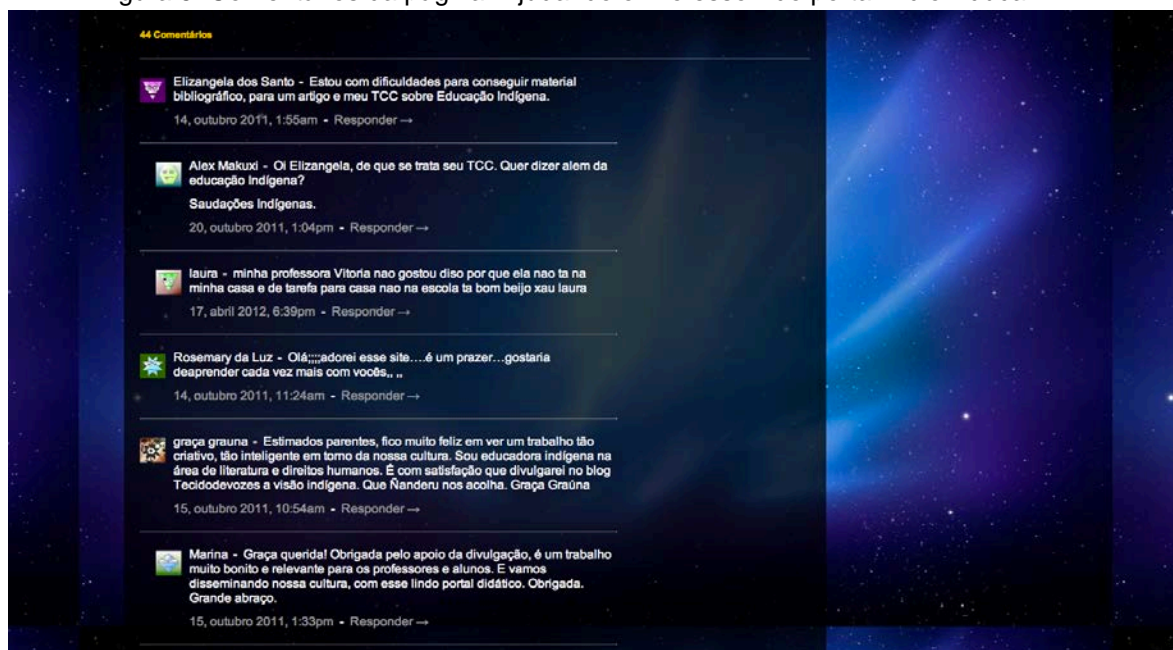
Figura 4–Página “Ajudando o Professor” do portal Índio Educa

The screenshot shows the 'Ajudando o Professor' page on the Índio Educa portal. The page is titled 'ÍNDIO EDUCA Ajudando o Professor' and includes a search bar. The main content area displays a grid of article thumbnails with titles such as 'O que (não) fazer no Dia Índio: Do estereótipo ao preconceito...', 'DIA DO ÍNDIO: SE COMEMORA OU SE INDIGNA?...', 'POEMA: A vida do Índio...', 'Indio não quer apito, Índio não quer fazer fu... CUIA...', 'DOSSIÊ CAXIRI NA Você é indígena?...', and 'O tal descobrimento do Brasil...'. The right-hand sidebar contains two sections: 'Posts + comentados dos últimos 30 dias' and 'Posts + vistos nos últimos 30 dias'. The 'comentados' section lists 'Fale com o Índio!' (12), 'PINTURAS CORPORAIS INDÍGENAS' (4), 'Estamos aqui!' (3), 'O que é ser Índio Hoje?' (2), and 'Minha vô era bugre!' (1). The 'vistos' section lists 'PINTURAS CORPORAIS INDÍGENAS' (5,652 views), 'ARTESANATOS INDÍGENAS' (3,510 views), 'O que é ser Índio Hoje?' (1,720 views), 'Índio anda nu?' (1,021 views), and 'Fale com o Índio!' (1,136 views). Below these is a 'Tag cloud' with terms like 'arte', 'comunidades indígenas', 'Xambôá', 'Dourados passeata', 'história', 'Índio educa', 'Povo Karitana Kixadje', 'contra violência', 'Cultura Kayapó', 'Kikowa Maimoná tradição Índio come gente', 'povoado', 'Bertioga pintura', and 'Guaraní'. At the bottom, there are 'Categorias' including 'História', 'Mitos e Verdades', 'caça', 'Biblioteca', 'Ajudando o Professor', 'Multimídia', 'Cultura', 'Fotos', 'Fale com o Índio', 'Ser Índio', and 'Vídeos Atualidade'. The page also includes an RSS feed link and social media icons for YouTube, Twitter, and Facebook.

Fonte: <http://www.indioeduca.org/?p=30>

O espaço dado para o diálogo com os professores é oferecido na parte “comentários” da mesma página, logo abaixo da apresentação das matérias.

Figura 5—Comentários da página “Ajudando o Professor” do portal Índio Educa



Fonte: <http://www.indioeduca.org/?p=30>

O local é aberto para professores, estudantes, índios e internautas de uma maneira geral. As perguntas variam sobre questões indígenas para lecionar em sala de aula à comentários, dúvidas e sugestões para a página. Aqui se percebe uma grande atenção dada pelos produtores do site em responder os comentários e dúvidas dos internautas. As respostas não são dadas em nome do site, de maneira institucional, mas com o nome dos produtores e colaboradores.

4- Fale conosco

Com a mesma estrutura das demais, essa página se destaca por ser um convite ao diálogo e por esse motivo é a página com mais comentários, são 200. Esse é o espaço para os internautas tirarem dúvidas, fazerem comentários sobre as matérias e o próprio site.

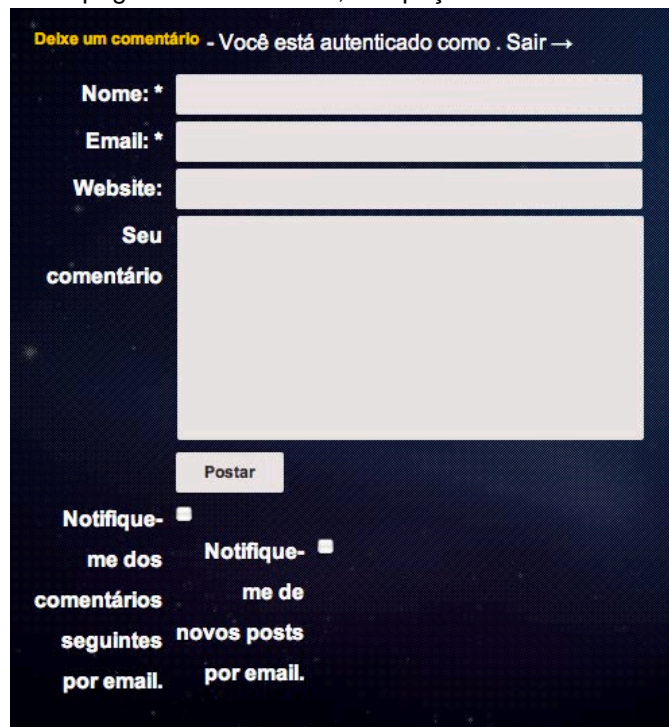
Para mandar mensagem, o internauta tem que se dirigir a parte final da página, após ler todos os comentários, e preencher o espaço destinado ao envio do comentário, como mostra a figura 10 na página seguinte.

Figura 9–Página “Fale Conosco” do portal Índio Educa



Fonte: <http://www.indioeduca.org/?p=576>

Figura 10–Ao final da página “fale conosco”, o espaço destinado ao envio de comentário



Fonte: <http://www.indioeduca.org/?p=576>

Considerações sobre o site

O site se apresenta, de forma geral, de maneira bem organizada. Quando comparado a outros sites feitos por índios ou com a temática indígena, o site ganha destaque. Isso porque tem um *layout* próprio e é perceptível a utilização técnica de elementos visuais e de programação, como por exemplo, a utilização de contadores e ferramentas de busca interna.

Quanto ao conteúdo, a produção de matérias frias é o grande foco do portal, isso porque seu objetivo é atingir professores e recontar a história do grupo e para tanto não é necessário trazer matérias factuais. Não que exista algum impedimento nesse sentido, mas nota-se que grande parte das matérias se destinam a fazer uma releitura de assuntos já enraizados, ou seja, que contemplem assuntos comumente trabalhos em sala de aula. Por exemplo, na matéria “O índio descobriu primeiro” o texto se refere ao período histórico comumente chamado de “descobrimento do Brasil”. A proposta é trazer um prisma diferente daquele tradicionalmente empregado em sala de aula, ou seja, a visão do índio.

Quem descobriu o essa Terra que chamamos hoje de Brasil foram os indígenas. Para descobrir um local é necessário que se conheça sua fauna, flora, serras, rios, ter conhecimentos do meio ambiente, manter uma relação cultural e espiritual com os seres da natureza. (Site: <http://www.indioeduca.org/?p=1569>)

Além se munir de argumentos, as matérias têm um tom de denúncia e reivindicações contrárias a história tradicional repassada em sala de aula que pouco se aprofunda na causa do grupo.

A disposição das matérias nas páginas internas parece um pouco confusa, isso porque alguns títulos aparecem em fotos de outras matérias, mas quando relacionado com outros portais indígenas, novamente, o site ganha notoriedade. Não apenas pelo volume de matérias produzidas, mas também pela qualidade, quando comparada a produção de conteúdo pelas outras páginas indígenas.

A atualização do site não é constante. Isso pode dificultar a fidelização do internauta, já que as postagens não tem um tempo específico para entrarem no site. A última notícia (até o mês de novembro de 2013) foi produzida em 13/11 e a penúltima 4/10. Esse grande intervalo pode fazer com que o internauta não acesse o site com tanta frequência. Uma estratégia interessante adotada pelo site é a divulgação da matéria produzida nas redes sociais, assim, aqueles que os seguirem saberão exatamente as datas que terão novas matérias no portal.

Figura 11–Página do *facebook* do portal Índio Educa



ÍNDIO EDUCA Índio Educa shared a link.
November 13

Patxon Metuktire
Vídeo que acabamos de apresentar na Oca Digital nos XII Jogos dos Povos Indígenas

<http://vimeo.com/17025423> — in Cuiabá, Mato Grosso.

Caiaipó Metutire - Xingú
Documentário sobre os índios Caipós, no Xingú. Brasil. Direção e Roteiro : Flavio Rossi Barone

Like · Comment · Share 15

10 people like this.

Alexandra Borba Parabéns, lindo vídeo Show.
November 13 at 2:31pm · Like

Write a comment...

Fonte: <https://www.facebook.com/indio.educa?fref=ts>

As redes sociais também podem se tornar um grande aliado na divulgação do projeto e do site. Como mostrado na imagem acima, os

internautas além de comentar e “curtir” as publicações podem também compartilhar para os seus contatos. Isso faz com que a visibilidade da publicação aumente. No caso colocado, a publicação foi compartilhada por 15 internautas. Um número ainda baixo, mas considerável, já que amplia de alguma forma a publicação.

A página do site na rede social *Facebook* chama atenção. Os *posts* são mais frequentes e a interação é maior. Encontramos, por exemplo, a divulgação não apenas de conteúdos relacionados ao site, mas a respeito da temática índio de maneira geral. São fotos, histórias, matérias de outros sites, charges etc. Quando analisamos a página índio educa no *Facebook* nos transparece uma ideia de comunidade virtual como colocado anteriormente. Uma rede em que vários e diferentes atores dialogam, interagem e se somam. Sem dúvida, estar presente e interagindo nas redes sociais amplia e traz mais visibilidade para o site, além de aproximar novos internautas com a temática.

Apesar dos posts variarem muito em relação aos comentários e compartilhamentos (uns mais, outros menos) é perceptível essa rede quando percebemos a união de diversos portais e sites, um compartilhando as matérias dos outros. Isso fica claro que o objetivo desses sites é a divulgação da cultura indígena. Além disso, a interação com diversas etnias, falando, inclusive suas línguas nativas.

Figura 12–Comentário em publicação da página Índio Educa



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
TERRA PROTEGIDA

Terras Indígenas > Demarcações > Introdução
pib.socioambiental.org

A demarcação de uma Terra Indígena tem por objetivo garantir o direito indígena à terra. Ela deve estabelecer a real extensão da posse indígena, assegurando a proteção dos limites

Like · Comment · Share 20

13 people like this.

Alfredo Himotona Yanomama, Yanomama yamaki urihipe hamai nape wamaki hunomai yami yamaki pirio pihio, wamaki mohot!!! urihi wamape wariai pou yaro.
November 12 at 4:18am · Like

Fonte: <https://www.facebook.com/indio.educa?fref=ts>

Mesmo com propostas distintas, percebe-se que o site atende o propósito de ser fonte de conteúdo, enquanto as redes sociais, de interagir. O internauta provavelmente procurará a página no *Facebook* para comentar, interagir, e irá para o site quando alguma matéria lhe chamar atenção. Isso faz com que a interação no *Facebook* seja mais relacionada as questões indígenas de maneira geral e do portal, voltado para dúvidas, sugestões da própria página.

O que podemos concluir é que dentro do cenário em que existem poucos sites feitos pelos próprios indígenas e menos ainda, sites que entendam a dinâmica da rede para produzir informação com qualidade, criar laços com os internautas e ainda utilizar as técnicas disponíveis para serem vistos, o site índio educa atende bem sua proposta de produzir conteúdo com um olhar diferente, um olhar do próprio índio. Isso não quer dizer que o portal utiliza todas as ferramentas disponíveis pela rede. No *ciberuniverso* a competição pela atenção dos internautas não fica restrita apenas aos 88 sites relacionados aos índios. São milhares deles. Falando sobre diferentes assuntos. Podemos encontrar sites de entretenimento, notícias e até de minorias que também querem ser ouvidas. Negros, mulheres, homossexuais, etc. Todos querem espaço e voz para expor seus ponto de vista e seus discursos. Dessa forma, ter visibilidade se torna algo imprescindível, mas requer também capacidade para se fazer ouvir.

De maneira geral, os sites e blogs indígenas têm uma aparência muito amadora. Isso além de não gerar a visibilidade desejada pelo grupo pode trazer também um ar de descredibilidade a uma mensagem e um discurso que não apenas tem o direito de ser transmitido, como é rico em termos de diversidade e pluralismo de vozes.

Quando se discute democracia da rede e espaço igualitário para todos os discursos é de fundamental importância que se destaque a necessidade de mesmas condições técnicas para todos os grupos. E, nesse sentido, fica evidenciado que grupos que sempre tiveram seus discursos e vozes contemplados nas tomadas de decisões desenvolveram e aperfeiçoaram suas técnicas e continuam tendo mais visibilidade. Assim, é natural que aqueles que sempre estiveram à margem da produção de conteúdo tenham

mais dificuldade nesse quesito. Os índios, além de terem uma tradição baseada na cultura oral, têm também vários dialetos e línguas que dificultam ainda mais a inserção do grupo na web. Desenvolver uma estratégia para usufruir das possibilidades e ferramentas que o novo meio permite é necessário para ganhar destaque na rede. Estar na internet, produzir conteúdo, trazer uma releitura e uma diferente voz para questões não é suficiente. É preciso entender a dinâmica do meio e assim ampliar, de fato, sua “voz”.

De maneira didática e sucinta, ressaltaremos as categorias citadas no tópico sobre procedimento metodológico e as conclusões referentes ao portal analisado.

- 1- Interatividade: Apesar de não ser a prioridade do portal, o site tem mecanismos interativos como as páginas “fale conosco” e “ajudando o professor”, além de estar presente ativamente em redes sociais como o *facebook*.
- 2- Layout: Visivelmente o *design* é de um site estático e que devido as cores fortes e grande quantidade de informação na página pode gerar um desconforto no internauta e remeter a ideia de confusão e poluição visual.
- 3- Produção de conteúdo: Aqui temos o grande destaque do portal. Como o objetivo é ser um site em que professores, estudantes e pesquisadores possam ter contato com uma visão diferente dos eventos históricos em que os indígenas estiveram presentes, o foco do portal é visivelmente a produção de matérias. Quando comparados com outros portais, é notório o destaque na quantidade e também na qualidade do material produzido. Existe, ainda, a preocupação de várias etnias escreverem, gerando assim, diferentes perspectivas.
- 4- Usabilidade: O portal precisa ser melhor organizado para que o internauta se situe melhor no site e entenda a proposta do mesmo. O que se percebe é que nas páginas internas a chamada para o link, por vezes, está com a imagem referente a outra matéria. Isso faz com que a página e os links para as matérias fiquem confusos.

Concluimos, portanto, que existe de fato a dificuldade de ter visibilidade não apenas dos internautas interessados, mas também de outros grupos sociais. Entretanto, não podemos negar a importância da rede na criação de novos laços de pertencimento, colocado em tópicos anteriores. Nesse quesito, não apenas os 88 sites consultados, mas também as redes sociais criam um grupo coeso e sólido que compartilham as mesmas reivindicações e o mesmo desejo de colocar o índio, de uma vez por todas, na posição de produtor do seu próprio discurso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças vivenciadas nas últimas décadas e a introdução de novos meios de comunicação a discussão sobre a inclusão de grupos no jogo político e social mudou de patamar. A internet foi creditada como revolucionária e seu papel democrático ressaltado. O que se percebe, contudo, é superestimação do meio, isso porque, como visto, no campo jornalístico a notícia tende a ficar mais concentrada nas mãos de poucos grupos produtores. Já na esfera de blogues, sites e portais não institucionalizados é notória a dificuldade que essas páginas têm para ganhar visibilidade. O problema que antes estava na concentração de poucos produtores, agora, com a internet está localizado no polo oposto, o receptor. A ideia de muitos produtores não necessariamente indica a entrada de todos os grupos sociais nos meios e nem mesmo aponta a web como uma arena ideal em que todos os estratos sociais a utilizem com as mesmas condições técnicas e de discurso.

A comunicação, se vista da perspectiva de que é, de fato, um direito humano, pode trazer mudanças grandes impactos sociais, tanto na questão democrática, quanto na ideia de pertencimento e coletividade. É por isso que esse debate é tão importante e urgente. No primeiro capítulo, detalhamos a base legal e jurídica que se fundamenta esse direito. Nota-se que é necessário um conjunto de políticas públicas para a concretude do mesmo. É importante frisar que o direito à comunicação tem abarcado em si diversos outros direitos e garantias, explicitando a complexidade do mesmo. Portanto, políticas públicas que visem a inclusão digital e o acesso a todos aos meios são apenas parte do conjunto de políticas que assegurem o direito à comunicação. Dessa forma, estar incluído digitalmente não nos garante ter assegurado o direito a comunicação.

Ainda assim, como exposto no capítulo referente a internet e democracia, ter acesso as tecnologias de informação e comunicação são essenciais para o estilo de vida moderno. Estar à margem dos meios digitais pode aprofundar ainda mais as já tão discrepantes desigualdades sociais (SILVEIRA, 2003). Cabe, portanto, ao Estado a criação de políticas públicas que assegurem tanto a inclusão digital quanto o direito à comunicação.

Todos os grupos, sejam eles minoritários ou não, têm o direito de produzir seu próprio discurso, ter suas reivindicações, contribuir para a tomada de decisão. Assim como, ter acesso as tecnologias. Entretanto, na prática nota-se uma grande dificuldade para concretude desses direitos. Isso, em grande parte, se deve aos grandes disparates econômicos que resultam na inercia daqueles que estão no poder na atualidade.

Os últimos capítulos são destinados a trabalhar mais precisamente o nosso objeto de estudo. Ao analisar o portal Índio Educa fica evidenciado a vontade de estar na web, criar laços, auxiliar professores a fazerem uma releitura da história do índio. O que falta, não apenas nesse portal, como na maioria dos outros sites indígenas: compreender melhor o meio e os diversos internautas em potencial. Transformar a interface em algo mais atrativo e utilizar ferramentas para se aproximar dos antigos e novos internautas. Isso, sem dúvida, nos revela a dificuldade que esses “novos produtores” têm. No caso indígena, é até natural que isso ocorra. Como já abordado no trabalho, o grupo é composto de diversas etnias. Parte delas têm sua cultura baseada na tradição oral, para outras até a língua portuguesa é uma novidade. Existem tribos que não desejam ter contato com a rede e outras que a utilizam de maneira a expor suas opiniões, reivindicações etc. Nesse cenário, fica evidenciado os muitos índios existentes e as dificuldades de dominar uma técnica incorporada recentemente por algumas etnias.

Isso não quer dizer também que o portal não cumpra sua função. Não só cumpre, como se posiciona na internet como um site com um discurso contra-hegemônico, fazendo da rede um local com vários tipos de fala, de produtores e receptores. A proposta do site é interessante e válida, já que introduz de alguma forma esse grupo no meio, mas “estar” na internet não revela de fato o potencial que a rede possui. Cabe, portanto, a esses grupos desenvolver estratégias para atrair e fidelizar novos internautas (receptores) para que o grupo ganhe maior visibilidade.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. PELOS DIREITOS DE SER ÍNDIO: artes e atitudes educativas. Anais do Encontro Internacional de Direitos Culturais, n. 1, 2012.

ARENDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro, Bertrand, 1999, 2a ed.

ARMANJE, Micheli Rabaioli; RADDATZ, Vera Lucia Spacil. A prática do Rádio na Reserva do Guarita.

BOBBIO, Norberto. Igualdade e liberdade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

_____. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Unesp, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BELTRÁN, Luiz Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, IMS, ano III, no 6, set. 1981.

BERLIN, I. "Two Concepts of Liberty." (1958) in Berlin, I., *Four Essays on Liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

BONIN, Iara Tatiana. Identidades étnicas e tecnologias de informação: uma análise do site Índios online Edgar Roberto Kirchof1.

CARDOSO, Gustavo, e Manuel CASTELLS. *A Sociedade em Rede—Do Conhecimento à Ação Política*. (2006).

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, Senado Federal, 1988.

COUTO, Edvaldo Souza; MELO, Caio ; MOREIRA, Ana Paula e XAVIER, Maise . Da cultura de massa às interfaces na era digital. *Revista da FAGED*, Salvador, EDUFBA, 2008, v. 14, p. 105-118. Versão online em www.revistafaced.ufba.br

CORRÊA, Cynthia Harumy Watanabe. Comunidades virtuais gerando identidades na sociedade em rede. *Ciberlegenda*, n. 13, 2004.

DAGNINO, Renato. Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico. *Campinas, no prelo* (2006).

DA União, Controladoria-Geral. "Acesso à Informação Pública." *Uma introdução à Lei 12.527*, 2011.

DA SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. 2005.

DA SILVA PEREIRA, Eliete. Mídias Nativas: a comunicação audiovisual indígena—o caso do projeto Vídeo Nas Aldeias. *Ciberlegenda*, v. 1, n. 23, p. 61-72, 2010.

DA SILVEIRA, Sérgio Amadeu. "Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica." *Software Livre e Inclusão Digital-Organizadores: Sergio Amadeu de Silveira e Joao Cassino, Sao Paulo: Conrad 7* (2003): 11.

DE SOUSA, Ivan Sergio Freire. A CONQUISTA DO SERTÃO VISTA DE UMA PERSPECTIVA ORIGINAL. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 15, n. 3, p. 167-170, 1998.

DE OLIVEIRA, Raquel Gomes; SANTOS, Luciana de Fátima Pinto. Jornalismo cidadão, uma forma de “desmediação” que reforça processos indentitários e de visibilidade—Estudo dos casos Viva Favela e Índios Online.

DE JANEIRO, Rio. Censo demográfico 2010. Manual do Recenseador. CD-1.09. Rio de Janeiro, 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembléia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>.

DEMO, Pedro. "Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social." (2005).

DI FELICE, Massimo, and M. McLuhan. As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea. *Relações públicas comunitárias—a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus Editorial* (2007): 29-44.

DI FÁTIMA, Branco. Primavera Árabe: vigilância e controle na sociedade da informação. *Silva*, p. 41, 2003.

DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. Gerações ou Dimensões dos Direitos Fundamentais? Disponível em:
<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,geracoes-ou-dimensoes-dos-direitos>

DIAS, Cláudia Augusto. Portal corporativo: conceitos e características. *Ciência da Informação*, v. 30, n. 1, p. 50-60, 2001

DOS SANTOS, Suzy.; DA SILVEIRA, Érico. Serviço público e interesse público nas comunicações. Políticas de comunicação. Buscas teóricas e práticas. Murilo César Ramos y Susy Dos Santos (orgs) Paulus. São Paulo. Brasil, 2007.

DOS SANTOS, Raldianny Pereira. Sujeito, discurso e ideologia: a constituição de identidades na cultura midiática. *Culturas Midiáticas*, v. 2, n.1,2011.

DOWNING, John. "Mídia radical." *São Paulo: Senac* (2002).

EMERSON, T.I, *The System of Freedom of Expression*. New York: Random House, 1970

FOUCAUT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 13a. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2006.

FERREIRA, Lucimar Luisa. *Vozes indígenas na rede digital: discurso e autoria em blogs*. 2013.

JARDIM, José Maria. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Editora Da Universidade Federal Fluminense, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Direito e democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Três modelos normativos de democracia*. Lua nova – Revista Cultura e Política. São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1995.

HALL, S. (2000). Quem precisa da identidade? Em T.T. Silva (Org), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (pp.103-131). Petrópolis: Vozes.

_____. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____.; DA SILVA, Tomaz Tadeu; LOURO, Guacira Lopes. A identidade cultural na pós-modernidade. 2005.

HALLIM, D. C.; MANCINI, P. *Comparing media systems: three models of media and politics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

HAJE, Lara; LEAL, Sayonara; PAULINO, Fernando O. Políticas de comunicação e sociedade civil: movimentos pela democratização das comunicações no Brasil em 2007-2008. *Revista de direito de informática e telecomunicações*, 2008.

HUSBAND.C, "The Right To Be Understood: Conceiving the Multi-ethnic Public Sphere", em *Innovation*, 9 (2), 1996.

KLEIN, Otavio José. "Os indígenas kaingáangs no telejornalismo da RBS TV no Rio Grande do Sul: análise da produção." *Rio Grande do Sul. Unisinos/Unirevista* 1 (2006).

LEAL, Paulo Roberto Figueira Leal; STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. Mídia e democratização do espaço público: reflexões sobre a necessidade de uma comunicação para além das lógicas do mercado e do Estado. In: QUEIROZ, Adolfo (org.). *A Propaganda Política no Brasil Contemporâneo*. São Bernardo do Campo, São Paulo: Metodista, 2008, p. 176-185.

LEITE, Renata Daflon. Patrimônio em rede, memória criativa e performance: um estudo do blog Índios Online.

LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Paralelo 15 ed, 1996.

LEYSER, Maria Fátima Vaquero Ramalho. *Direito à liberdade de imprensa*. Oliveira, 1999.

LESTINGE, Sandra Regina. *Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento*. 2004.

LIMA, Maria Goretti Leite. *O índio na mídia impressa em Roraima*. Diss. Dissertação de Mestrado–Unicamp. Campinas, 2001.

LIMA, Genivaldo de Souza. DO CONTRATO SOCIAL: O PARADOXO DA LIBERDADE EM ROUSSEAU. *Contemplanção*, n. 6, 2013.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Editora Ufmg, 2006.

MCKNIGHT, L., Newman, R., & SOLOMON, R. (1996). *The Gordian Knot*.

Mill, John Stuart. *A liberdade; Utilitarismo*. Martins Fontes, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. *Comunicação & política*, v. 22, n. 3, p. 129-147, 2004.

MORENO, JAMILE COELHO. "Conceito de minorias e discriminação." *Direito e Humanidades* 17 (2010).

MOTA, Luiz Gonzaga, and Ubirajara da SILVA. "Critica das políticas de comunicação entre o Estado, a empresa eo povo." *VIEIRA, RA Amaral. Comunicação de massa: o impasse brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (1918): 200.

NUNES, Eduardo. ENTRE PRÉDIOS E NÚMEROS SOBRE DADOS DEMOGRÁFICOS, ÍNDIOS EM CIDADES E INDIGENISMO NO BRASIL. *Cadernos do LEME*, v. 1, n. 1, 2011.

PATERSON, Chris. "News agency dominance in international news on the internet." 2005), *Converging media, diverging politics: A political economy of news media in the United States and Canada* (2005): 145-164.

PAPPIANI, Angela. Programa de Índio: criando uma ponte sonora entre as culturas. *Novos Olhares: Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos*, v. 1, n. 1, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da Cidadania*. 2a Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RABOY, Marc. *Mídia e democratização na sociedade da informação*. IN: MELO, 2005.

RAMOS, Murilo César. "As políticas nacionais de comunicação e a crise dos paradigmas." *Comunicação e política* (1991).

RAMOS, Murilo César. "Comunicação, direitos sociais e políticas públicas." *Direitos à Comunicação na sociedade da informação*. São. São Bernardo do

Campo, SP: Umesp (2005): 245-253.

RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito* [tradução do Prof. L. Cabral de Moncada]. 5.ed. Coimbra: editor sucessor, 1974.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

_____. *Political liberalism*. No. 4. Columbia University Press, 1993.

RUA, Maria das Graças. "Análise de políticas públicas: conceitos básicos: programa de apoio à gerência social no Brasil." *BID* (1997).

SAMPAIO-RALHA, Jurema. *O Animador de Comunidades Virtuais*. Sd Disponível em< http://www.escola2000.org.br/pesquisa/texto/textos_art.aspx., 2000.

SCORALICK, Kelly. "A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo." *Revista de C. Humanas* 9.2 (2009): 191-203.

SÉGUIN, Elida. *Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SIEBEL, Maria Anita. *CIBERESPAÇO INDÍGENA—UM ESTUDO DE CASO NO SITE*.

SILVA, Tomás Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. "A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação." *Revista Temática, Ano V, n.*

STROHSCHOEN, Ana Maria. *Mídia e memórias coletivas*. EDUNISC, 2004.

TAVARES, Joana Brandão. *O Dia de Índio em cibermeios indígenas e jornalísticos*.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. *Comunidades virtuais*. Senac, 2002.

TAKAHASHI, Tadao. *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

Transparência e opacidade do estado no Brasil : usos e desusos da informação governamental / José Maria Jardim. — Niterói : EdUFF, 1999.

ULIAN, Gabriel. SERTANISMO E ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA NA AMÉRICA PORTUGUESA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DE UMA RELAÇÃO COLONIAL.

VILELLA, Renata Moutinho. Conteúdo, usabilidade e funcionalidade: três dimensões para a avaliação de portais estaduais de governo eletrônico na web. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2005